

Patrícia Dalmina de Oliveira

**A REDE URBANA NO EXTREMO OESTE  
CATARINENSE:  
Uma Reflexão sobre sua formação**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PEAU-Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Popini Vaz

Coorientador Prof. Dr. Sergio Torres Moraes

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca  
Universitária da UFSC.

Oliveira, Patrícia Dalmina

A Rede Urbana no Extremo Oeste Catarinense: : Uma  
reflexão sobre sua formação / Patrícia Dalmina Oliveira ;  
orientador, Nelson Popini Vaz ; coorientador, Sergio  
Torres Moraes . - Florianópolis, SC, 2016.  
170 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em  
Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Inclui referências

1. Arquitetura. 2. Rede Urbana . 3. Extremo Oeste  
Catarinense. 4. Rural e Urbano. 5. Santa Catarina . I.  
Vaz, Nelson Popini. II. Moraes , Sergio Torres. III.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.  
IV. Título.

Patrícia Dalmina de Oliveira

**A REDE URBANA NO EXTREMO OESTE  
CATARINENSE: Uma reflexão sobre sua formação**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-Cidade.

Florianópolis/SC, 30 de novembro de 2016.

---

Prof. Dr. Almir Franscico Reis  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Nelson Popini Vaz  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup>. Margareth de Castro Afeche Pimenta  
UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. , Dr. Elson Manoel Pereira  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> , Dr.<sup>a</sup>. Leila Christina Dias  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina



À Dalmina Fontana Dal Bosco  
e ao Firmino Dal Bosco  
colonizadores do Extremo  
Oeste e matriarcas dessa  
família. Aonde estiverem, a  
força de continuar é por vocês.  
Obrigada.



## AGRADECIMENTOS

Ao acreditar. É para dar sentido a essa palavra que iniciei a busca pelo conhecimento de onde tenho minhas raízes, de onde moro e por quem amo. Estudar o Extremo Oeste Catarinense é muito mais do que entender os laços geográficos, sociais e econômicos, é rever as raízes e respeitar aqueles que contribuíram para realização da sua história. É pelos caboclos, colonizadores e índios do Oeste Catarinense que inicio meus agradecimentos. A vocês, fonte dessa história, meu muito obrigada.

Nossos sonhos são meros devaneios se não são abraçados e realizados, mas ninguém se abraça sozinho, por isso gostaria de agradecer imensamente:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Nelson Popini que me conduziu com sabedoria e dedicação nesse processo, estimulando novos olhares e desafios. Agradeço ainda a palavra amiga, as conversas maravilhosas, o bom humor de todo dia, o sorriso e o café. Um verdadeiro mestre, que me encaminhou aos rumos certos, que entendeu e amou o Extremo Oeste junto comigo.

A meu coorientador, Prof. Dr. Sergio Moraes que me ajudou e amparou durante essa trajetória, estendendo sua mão nas horas que mais precisei. Agradeço a paciência, a atenção, as conversas, o apoio incessante, a amizade e a dedicação. Ao estímulo em me levar a diante e compartilhar seu conhecimento comigo.

Ao Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina, formado pelo seu fabuloso corpo docente por acreditarem nos sonhos dos estudantes e a CAPES pelo apoio financeiro que deu forma aos meus devaneios.

Agradeço aos professores das bancas de Qualificação e Defesa que disponibilizaram seu tempo, partilharam seus conhecimentos e auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho.

A Base do meu mundo, a Família que me apoiou e auxiliou por toda a trajetória. Ao Amor, que sempre me manteve no caminho, me deu esperanças e me ajudou a chegar aqui.

Aos meus alunos, amigos e colegas que por mesmo na minha ausência, nunca desistiram de mim e nunca me deixaram desistir. Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para esse trabalho.





A maioria dos estudos urbanos, em países subdesenvolvidos, se interessa de preferência pelas cidades grandes, principalmente pelo fenômeno da macrocefalia. Todavia, se considerarmos com atenção tanto as estatísticas como a realidade, vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das *cidades locais* que, ao nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente.

Outros fariam, preferentemente, de *cidades pequenas*. É sob esta denominação, aliás que são conhecidas na literatura especializada. Escolhi o termo *cidades locais* por diversos motivos.

(Milton Santos, 2014)



## RESUMO

A rede urbana articula as cidades através das suas funcionalidades e seus níveis de centralidade, pela compreensão da produção, circulação e comercialização das mercadorias. A proposta desse trabalho é refletir sobre a rede urbana do Extremo Oeste Catarinense considerando sua história e economia, sua inserção e divisão do trabalho. É a partir de sua história que consegue-se entender a formação do território atual, através do movimento dos núcleos colonizadores e a região de fronteira do Extremo Oeste e a Argentina. Para conseguir analisar a rede urbana no seu caráter local, buscou-se entender o Extrato superior da rede, ou seja, a Rede Nacional, a qual foi analisada pelo REGIC (Regiões de Influências das Cidades) e abordada nesse trabalho. A rede catarinense foi marcada por uma desintegração histórica que refletiu na formação do território e nas relações comerciais do Extremo Oeste Catarinense, sendo que a cidade de Chapecó foi a principal intercomunicadora entre a capital Florianópolis e o Oeste. Chapecó e as agroindústrias possuem grande influência no Extremo Oeste, o que motiva o seu estudo como uma cidade média. A partir de do entendimento geral busca-se identificar as polaridades e influências, possibilitando uma breve análise sobre a estrutura atual da rede no Extremo Oeste. Para isso entender os processos demográficos, as relações entre o meio rural e urbano, a formação da agroindústria, as associações de municípios, as gestões em seus níveis federais, estaduais e municipais, bem como as ligações aéreas e rodoviárias são de fundamental importância para o entendimento da estruturação da rede do Extremo Oeste Catarinense.

**Palavras-chave:** Rede urbana. Extremo Oeste Catarinense. Rural x Urbano.



## ABSTRACT

The urban network articulates the cities through their functionalities and their levels of centrality, through the understanding of the production, circulation and commercialization of products. The proposal of this work is to reflect on the urban network of the Far West of Santa Catarina considering its history and economy, its insertion and division of labor. It is from its history that it is possible to understand the formation of the present territory, through the movement of the colonizing nuclei and the border region of the Extreme West and Argentina. In order to be able to analyze the urban network in its local character, it was tried to understand the Superior Extract of the network, that is to say, the National Network, which was analyzed by REGIC (Regions of Influences of the cities) and approached in this work. The Santa Catarina network was marked by a historical disintegration that reflected in the formation of the territory and the commercial relations of the Far West of Santa Catarina. The city of Chapecó was the main intercommunication between the capital Florianópolis and the West. Chapecó and agroindustries have great influence in the Far West, which motivates their study as a middle city. From the general understanding it is sought to identify the polarities and influences, allowing a brief analysis on the current structure of the network in the Far West. In order to understand demographic processes, the relationships between rural and urban environments, the formation of agribusiness, associations of municipalities, management at federal, state and municipal levels, as well as air and road links are of fundamental importance for the understanding of the structure of the Far West Santa Catarina network

**Keywords:** Urban network. Far West Catarinense. Rural x Urban.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Mesorregião Oeste Catarinense no Estado de Santa Catarina.....	42
Figura 2 - Recorte espacial do Extremo Oeste Catarinense .....	44
Figura 3 - Estrada de Ferro de São Paulo a Rio Grande do Sul – 1913..	46
Figura 4 - Núcleo urbano de Itapiranga (Porto Novo), as margens do Rio Uruguai por volta de 1927. ....	48
Figura 5 - Empreendimentos colonizadores no Extremo-Oeste Catarinense .....	51
Figura 6 - Transporte de madeiras de São Miguel do Oeste pelo Rio Uruguai – 1941 .....	57
Figura 7 - 5ª Delegacia Regional de Polícia na Vila Oeste .....	58
Figura 8 - Divisão territorial de Santa Catarina da década de 1950 .....	61
Figura 9 - Fronteira entre Brasil e Argentina .....	67
Figura 10 - Esquema da Fronteira e sua interação .....	70
Figura 11 - Área em litígio entre Paraná e Santa Catarina (1853-1917)	71
Figura 12 - Regiões de Influência das Cidades (2007/2008).....	75
Figura 13 - Ligações entre Metrôpoles - Gestão Empresarial em 2004.	76
Figura 14 - Zona de Influência das Cidades – 1966.....	84
Figura 15 - Divisão Territorial de Santa Catarina em 1927 .....	89
Figura 16 - Santa Catarina - Número total de estabelecimentos ou unidades locais – Indústria 1995 – em destaque Chapecó. ....	93
Figura 17 - Número de estabelecimentos da Indústria de Transformação em Santa Catarina (1989, 1999 e 2009) – em destaque Chapecó.....	94
Figura 18 - Região de Influência de Chapecó .....	99
Figura 19 - Intensidade de relacionamento empresarial Chapecó - 2004 .....	100
Figura 20 - - Região de Influência em relação a São Miguel do Oeste – REGIC 2008 .....	100
Figura 21 - População urbana em 2000 – em %.....	106
Figura 22 - População urbana em 2010 - em % .....	107
Figura 23- Evolução Populacional 2000 a 2010 - em % .....	112
Figura 24 - População economicamente ativa Agrícola - 2010 em %.	113
Figura 25 - População economicamente ativa Comércio e Serviços - 2010 em % .....	114
Figura 26 - População economicamente ativa Industrial - 2010 em % .....	115
Figura 27 - População Extremo Oeste Catarinense - 2010.....	118
Figura 28 - Densidade demográfica, 2010 .....	121
Figura 29 - Pessoas que exerciam o trabalho principal em outro município em 2010- em % .....	123
Figura 30 - Pessoas que exerciam o trabalho principal em mais de um município ou país em % - 2010 .....	124

Figura 31 - Pessoas que frequentavam escola ou creche em outro município em 2010 – Em % .....	125
Figura 32 - Presença do IFSC no Estado .....	128
Figura 33 - Setor de saúde especializada do Estado de Santa Catarina, equipamentos de hemodiálise por município no ano de 2005. ....	130
Figura 34 - Gestão Federal Sul do Brasil – 2006.....	132
Figura 35 - Seção Judiciária de Primeiro Grau - São Miguel do Oeste .....	136
Figura 36 - Gestão empresarial Sul do Brasil – 2004 .....	143
Figura 37 - - Unidades de empresas atuantes no Extremo Oeste Catarinense - 2012.....	146
Figura 38 - Unidades de empresas atuantes no Extremo Oeste Catarinense - 2010.....	147
Figura 39 - PIB Municipal do Extremo Oeste Catarinense - 2006 .....	149
Figura 40- Itinerário de voos que decolavam do Aeroporto Serafim Enoss Bertaso – 2015 .....	151
Figura 42 - Itinerário de voos que decolavam do Aeroporto Serafim Enoss Bertaso – 2016 .....	153



## **LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS**

Gráfico 1 - Transporte rodoviário das principais cidades do Extremo Oeste - Número de conexões em outros estados brasileiros.....	154
Tabela 1 - Número de unidades locais e variação relativa nos municípios com as maiores taxas de crescimento em Santa Catarina - 1997/2002 ..	96
Tabela 2 - Evolução dos estabelecimentos do município de Chapecó/SC do ano de 1985 a 2010 .....	96
Tabela 3 - Estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços por município no ano de 2010 .....	97
Tabela 4 - Estabelecimento por grupo de área total 1995 – 1996 .....	109
Tabela 5 - Estabelecimentos de ensino em São Miguel do Oeste .....	126
Tabela 6 - Unidades de Atendimento INSS no Extremo Oeste.....	134



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>21</b>
<b>2 REDE URBANA: Definições e Conceitos</b>	<b>25</b>
2.1 A FORMAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA	32
<b>3 A MICRORREGIÃO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE</b>	<b>41</b>
3.1 O RECORTE ESPACIAL	41
3.2 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO	45
<b>3.2.1 A formação dos núcleos colonizadores</b>	<b>54</b>
<b>3.2.2 A integração do Extremo Oeste a Santa Catarina</b>	<b>56</b>
<b>3.2.3 A fronteira</b>	<b>66</b>
<b>4 A REDE URBANA BRASILEIRA</b>	<b>73</b>
4.1 O REGIC 2008	73
4.2 A REDE URBANA CATARINENSE	77
4.3 O OESTE CATARINENSE E A RELAÇÃO AGROINDUSTRIAL	85
<b>4.3.1 As Agroindústrias do Oeste Catarinense</b>	<b>85</b>
<b>4.3.2 A Influência De Chapecó</b>	<b>88</b>
<b>4.3.3 Chapecó: uma cidade média</b>	<b>91</b>
<b>5 O EXTREMO OESTE CATARINENSE</b>	<b>103</b>
5.1 OCUPAÇÃO URBANA RURAL: UMA DISCUSSÃO	116
5.2 DESLOCAMENTOS	122
5.3 GESTÃO FEDERAL	131
<b>5.3.1 Executivo</b>	<b>133</b>
<b>5.3.2 Judiciário</b>	<b>135</b>
5.4 ORGÃOS ESTATAIS	137
5.5 ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: A AMEOSC	138

5.6 GESTÃO EMPRESARIAL	142
5.5 SETORES PRODUTIVOS	147
5.5 LIGAÇÕES AÉREAS E RODOVIÁRIAS	149
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>159</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Saindo de Florianópolis, capital de Santa Catarina seguindo a rodovia BR-282 por 656 quilômetros chega-se ao final da estrada onde encontramos o objeto de estudo dessa dissertação, o Extremo Oeste Catarinense. Carinhosamente apelidado por alguns de Velho Oeste, que nem é tão velho assim.

Região de Santa Catarina desenvolvida por empreendimentos privados, o Extremo Oeste teve sua colonização iniciada em 1908, sendo paralisada e retomada diversas vezes até a década de 1940 quando a região começa a se consolidar. A colonização deu frutos a dezenove municípios que atualmente são caracterizados como cidades pequenas.

São as cidades pequenas que conforme Endlich (2009) possuem poucas iniciativas de estudo, o que dificulta o avanço teórico para a compreensão desses espaços, já que poucos pesquisadores escolhem estudar as pequenas localidades, sendo assim negligenciadas no âmbito acadêmico.

Esquecer das cidades pequenas é esquecer de uma parte da realidade urbana. Além de deixar de estudar uma parte concreta da espacialidade brasileira, também compromete o entendimento mais amplo da rede urbana brasileira. Entender a rede urbana das pequenas cidades é entender o domínio dos centros urbanos maiores. (ENDLICH, 2009).

Para Santos (2014), a cidade local<sup>1</sup> facilita o acesso da população aos serviços mesmo que seu preço seja mais elevado que nos centros de maior nível. Entretanto as cidades locais propiciam também um consumo mais próximo da produção primária do que o resto do país.

A falta de referências bibliográficas nesta temática é evidente. Basta pesquisar sobre a rede urbana das pequenas cidades que encontramos poucos estudos restritos ao noroeste do Paraná, recôncavo Baiano, Rio Grande do Sul, Amazonas. Apesar de também haver alguns estudos sobre a rede urbana de Santa Catarina, não encontramos essa mesma realidade para a região específica do Extremo Oeste Catarinense.

A rede urbana é definida por Corrêa (2014) como um conjunto de centros funcionalmente articulados, condicionando as transformações econômicas e sociais da cidade. Ainda de acordo

---

<sup>1</sup> Santos (2014) escolhe o termo cidades locais em vez de cidades pequenas.

com este autor a rede é um produto social historicamente contextualizado, que através das interações sociais espacializadas articula a sociedade numa porção espacial, o que garante existência e reprodução da sociedade.

Origina-se assim o objetivo primário desse trabalho: Entender a formação histórica da Rede Urbana do Extremo Oeste Catarinense e sua estrutura atual, identificando polaridades e influências.

Para realização desse trabalho, utilizou-se de levantamentos e estudos bibliográficos em diversas esferas, partindo da nacional, passando pela estadual, indo até o nível local da rede. Assim, para o melhor entendimento do nível local, consultou-se fontes primárias, obtendo dados junto à prefeitura municipal, órgãos públicos, instituições, empresas privadas, etc. A busca por fontes primárias foram de especial destaque para realização da pesquisa, por vezes, estão ausentes dos levantamentos bibliográficos situações peculiares a algumas cidades.

Para alcançar o objetivo principal do trabalho, o mesmo foi estruturado da seguinte forma: No Capítulo 2 uma discussão teórica sobre os conceitos da Rede Urbana, com destaque para dois autores principais: Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa. Nosso objeto de estudo é inserido na Rede Urbana Brasileira, diante disso, buscaremos nesse capítulo também entender como se estruturou a rede nacional.

No capítulo 3, a definição do recorte estudado, o Extremo Oeste Catarinense. A compreensão da formação do seu território; a formação dos núcleos colonizadores e a integração do Extremo Oeste a Santa Catarina.

Para o estabelecimento da Rede, no capítulo 4, buscou-se o apoio do trabalho do IBGE (2008) intitulado: Regiões de Influência das cidades, o REGIC, focando no estrato superior da rede. Entendendo a estruturação da rede urbana na escala nacional, partimos para o entendimento da rede urbana no Estado de Santa Catarina.

O Oeste Catarinense se integrou com a rede estadual a partir das relações econômicas proporcionadas pelo capital industrial. Nesse sentido a agroindústria foi fator determinante para a integração entre o Oeste e o restante do estado. Assim, a cidade de Chapecó se tornou uma forte polarizadora do Oeste Catarinense, tendo grande influência sobre a região do Extremo

Oeste Catarinense. Portanto, no capítulo 4 buscamos compreender a influência de Chapecó sobre a região estudada, um fator importante para entender a formação da rede urbana do Extremo Oeste.

A partir do entendimento da rede nacional e catarinense, busca-se no capítulo 5, o entendimento da Rede Urbana do Extremo Oeste Catarinense. Aliada ao fator histórico, econômico e social, que englobam as transformações agropecuárias, indústrias e demográficas, buscou-se um entendimento das relações existente entre as cidades dessa estrutura regional, bem como das singularidades das cidades principais e seus papéis na rede urbana do Extremo Oeste Catarinense.





## 2 REDE URBANA: Definições e Conceitos

Febre acadêmica dos geógrafos na França desde a década de 1980 e no Brasil nos anos de 1990, a “*rede*” era tida como perspectiva de abordagem da realidade. Conforme Rodrigues e Silva (2007) o estudo das redes emerge no final do século XX, como chave para o entendimento da organização territorial, através da configuração e materialização dos fluxos de capital, de pessoas, mercadorias e informações (RODRIGUES e SILVA, 2007).

De acordo com Souza (2015, p. 163) essa “febre” parece ter passado, mas mesmo assim, ainda deve-se explorar essa área, refinando seus conceitos e potencialidades. Para Corrêa (2015, p. 15) apesar dos numerosos estudos realizados, a temática da rede urbana não está esgotada. O Brasil possui dimensões continentais, “onde a longa desigual espaço-temporalidade dos processos sociais tem sido a regra e onde a rapidez e a intensidade da criação de centros e transformação da rede urbana são ainda notáveis no final do século XX.”

O tema vem repercutindo atualmente no Brasil, com recentes publicações, dissertações e teses defendidas nas universidades. Para Fresca (2004, p. 10) esse revigoreamento é determinado pelo “fato de que novos complicadores foram colocados para as análises diante da etapa atual de desenvolvimento do capitalismo, pautado na crescente concentração e centralização do capital.” Outro ponto determinante é a globalização<sup>2</sup>, onde as corporações econômicas atuam internacionalmente, fazendo com que estas sejam agentes da gestão do território.

Para entender o conceito de Rede, Souza (2015, p. 166) faz analogia a rede de pesca, “[...] um conjunto integrado e estruturado de fios, que formam uma trama ou malha; no encontro entre dois fios, eles se entrelaçam, formando um nó, o que dá estabilidade à rede (sem os nós, nem sequer haveria rede).” Apesar da simplista explicação de um conceito científico, Corrêa (2014) identifica como rede, o conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por diversas ligações, como pode-se entender na analogia de Souza (2015) entre rede e rede

---

<sup>2</sup> A globalização e a repercussão de grandes corporações em escalas mundiais serão tratadas a partir da página 32.

de pesca. Corrêa (2015, p. 16) esclarece: “[...] entendemos por rede urbana, numa definição mínima e inicial, o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si.”

Pensar na sociedade organizada em rede é fruto de uma representação visual, mais simples e concreta para a representação do espaço. E esta forma, sugere um espaço euclidiano unidimensional formado por pontos e linhas. (SCHOR e COSTA, 2011)

O princípio de redes vem sendo utilizado para diversos estudos: rede técnica; urbana; de movimentos sociais; de informações. A cada salto tecnológico, e a cada inovação, como a estrada de ferro, o telégrafo, o telefone e a internet, há um revigoramento do interesse pelas redes técnicas<sup>3</sup>, e um rejuvenescimento teórico-conceitual sobre *redes*. (SOUZA, 2015, p. 164).

A rede urbana assumiu diversas formas de manifestação desde a organização e expansão do capitalismo, tornando-se progressivamente mais importante na configuração do território. (CORRÊA, 2014). Para Dias (1995), a organização do espaço em redes tem como objetivo promover a comunicação e os fluxos entre dois pontos no espaço, em todas as escalas de análise, da local à global. Para Dias (1995), esses processos para serem viabilizados necessitam de estratégias de circulação e comunicação, duas das características de existência da rede. Fresca (2004) alerta, que as redes não se manifestam homogeneamente, mas ao contrário, são cada vez mais heterogêneas, possuindo destaque para os lugares privilegiados perante as decisões e fluxos; sempre ligadas as melhores condições de produção e reprodução do capital. Corrêa (2015) alerta que, nem sempre a rede urbana aparece explicitamente, como ocorre nos estudos sobre classificação funcional das cidades.

Em conjunto com a evolução da rede urbana no país, tem-se modificado as interpretações quanto ao termo “rede urbana”. Para conseguir entender as abordagens dos autores atuais, há a necessidade de buscar amparo nos clássicos. Conforme Fresca (2004), pode-se destacar os autores: Milton Santos, Roberto

---

<sup>3</sup> A rede técnica designa redes de infraestrutura, como abastecimento de água, viárias, telecomunicações

Lobato Corrêa e, Nice L. Müller, pois realizaram avaliações sobre a rede urbana brasileira; gerando proposições teóricas e metodológicas a partir desses estudos.

Historicamente, o termo vem sendo trabalhado por geógrafos e cientistas sociais por diferentes vias. De acordo com Corrêa (2015), o tema rede urbana tem diversas abordagens pelos geógrafos, sendo que a mais importante é a partir da diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidade e região.

Para Corrêa (2014, p. 93):

[...] a rede urbana, é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais especializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução.

Para existir uma rede urbana, deve-se levar em consideração três condições mínimas. Em primeiro, a sociedade necessita viver em economia de mercado, resultando numa mínima divisão do território de trabalho, gerada pelos produtos produzidos internamente e externamente. Segundo, devem existir pontos fixos para realizar as transações. Em terceiro, deve acontecer o mínimo de interação entre os pontos fixos, gerando uma hierarquia diferente e/ou produtos especializados entre os pontos fixos. (CORRÊA, 2014)

A rede é reflexo e condição da diversidade espacial e temporal dos processos sociais. Logo, a rede também constitui-se um reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho. Corrêa (2015) divide em quatro ângulos a abordagem da rede urbana com o intuito de clarificar o estudo, rede urbana e divisão territorial do trabalho; ciclos de exploração; forma espacial; periodização.

a) Divisão territorial do trabalho;

De acordo com Corrêa (2015, p. 26 – grifo do autor): “A rede urbana é simultaneamente um reflexo e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho, historicamente a forma mais

avançada na divisão social do trabalho.” Para Fresca (2004) a divisão territorial do trabalho se reflete através da ocupação do território, da produção, das relações sociais de produção, o nível de renda e distribuição espacial, e a circulação. Nesse sentido, o capitalismo é determinante pois influi nos arranjos espaciais – utilizando vantagens locacionais – para suas escolhas, as quais buscam a diminuição dos custos e na maximização dos lucros. Assim, há a valorização de certas localizações em detrimento de outras, fazendo com que algumas cidades se destaquem na rede.

A cidade originalmente constituiu-se uma divisão entre trabalhadores manuais e intelectuais, e em conjunto com a apropriação agrícola, passou a controlar a produção rural. Essa condição mais tarde é transmitida a toda rede urbana, pelas funções articuladoras das cidades (bancos, comércios, indústrias, transporte, armazenagem, educação, saúde, etc) que a rede urbana se fez como divisão territorial do trabalho. Setorizando-se por exemplo produção agropastoril, industrial; circulação; e de consumo (CORRÊA, 2015, p. 26).

As cidades que possuem maiores funções articuladas se tornam centros de acumulação de capitais, cabeças de redes com diversas extensões (mundiais e/ou nacionais), são as grandes metrópoles. São nelas que se concentram as tomadas de decisões das empresas, controlando investimentos e inovações, de acordo com a dinâmica capitalista (CORRÊA, 2015, p. 27).

A rede urbana é um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos. (CORRÊA, 2015, p. 27)

Assim, ao se tratar de rede urbana e divisão territorial do trabalho, deve se considerar que a rede é efetivamente condição para a divisão territorial do trabalho.

b) Ciclos de exploração;

O trabalho excedente<sup>4</sup> é a fonte de criação do valor excedente (juros, rendas e lucros). O valor excedente apropriado e acumulado é, em parte, investido em novas atividades, tanto de localização urbana como rural, visando à geração de novos e ampliados valores excedentes. Isso implica sua circulação, que engendra fluxos de pessoas, bens e serviços, ordens, ideias e dinheiro. (CORRÊA, 2015, p.28).

Parte do valor excedente é destinada a reposição dos meios de produção/consumo dos capitalistas; pagamento de salários. Estes implicam novos fluxos de a criação, apropriação e póstuma circulação de novos valores excedentes.

Em razão de necessidades vinculadas à produção, circulação e consumo no âmbito do capitalismo – decisão, produção, concentração, beneficiamento, armazenamento, venda no varejo, consumo final e, ainda, tendo em vista o alcance espacial máximo e mínimo dos consumidores e empresas, localizadas no território –, torna-se necessária a existência de vários pontos interferindo no processo de circulação. (CORRÊA, 2015, p. 29)

Isso faz com que haja centros urbanos, ou seja, pontos que interferem no processo de circulação. Nesses centros urbanos parte do valor excedente é apropriada e reinvestida, circulando e criando novos fluxos. “O conjunto de centros urbanos que participam da criação, apropriação e circulação do valor excedente é a rede urbana” (CORRÊA, 2015, p. 29).

c) Forma espacial;

---

<sup>4</sup> Conforme Corrêa (2015) as atividades capitalistas da cidade, em especial as indústrias, precisam de trabalhadores que dispõem unicamente de sua força de trabalho para sobreviver. É através desses trabalhadores que se extrai o valor excedente, fonte de acumulação capital. O autor salienta que essas pessoas devem ter nenhum ou pouco vínculo com o campo.

Derivada dos processos de criação apropriação e circulação do valor excedente, é através da forma que as funções urbanas se realizam. Logo, a rede urbana é uma forma espacial, “isto é, uma expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo território envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades” (CORRÊA, 2015, p. 37).

A rede pode assumir diversas múltiplas formas espaciais, de acordo com Corrêa (2015) as mais simples possuem a rede dendrítica<sup>5</sup> como melhor expressão; as mais complexas são as que tem em sua hinterlândia uma cidade regional importante, de diversos padrões locais dos centros urbanos.

#### d) Periodização

“A totalidade social é constituída pela combinação das instâncias econômica, jurídico-política e ideológica. Cada uma delas tem um tempo próprio de desenvolvimento, sua temporalidade caracterizando-se por uma relativa autonomia no bojo da totalidade social. [...] A este propósito, Santos afirma também que cada lugar cada região apresenta uma realidade socioespacial que resulta de uma combinação singular de variáveis que datam de idades diferentes. (CORRÊA, 2015, p. 40-41)

De acordo com Corrêa (2015) nos segmentos de uma rede urbana há diferenças entre os tempos espaciais, Alguns segmentos incorporam vários momentos da história, enquanto outros podem ser muito recentes. Salienta-se que a ação dos processos gerais não ocorre ao mesmo tempo em toda rede, ou seja, cada segmento sofre a ação em tempo e intensidade diferente, logo, a periodização acontece de modo espacialmente desigual.

---

<sup>5</sup> A rede dendrítica é ligada ao país em seu passado colonial, e em sua forma mais simples é orientada pela rede fluvial, onde os centros urbanos localizam-se junto ao rio principal, em conjunto com a foz dos afluentes importantes. “Caracteriza-se pela presença de uma cidade primaz localizada excentricamente à hinterlândia, geralmente junto à embocadura de um rio navegável. Esta cidade antecede geneticamente a ocupação da área à retaguarda e a criação dos outros centros da rede, tornando-se porta de entrada e saída da sua hinterlândia.” (CORRÊA, 2015, p. 39).

Santos (2012, p. 171), caracteriza a organização das redes através de três estruturas “[...] as massas, os fluxos e o tempo”. Para a estrutura de massas existem componentes a serem considerados como: densidade e distribuição populacional, distribuição e valor de produção, localização de consumo e equipamentos de transportes. Para os fluxos são considerados os fluxos demográficos, das produções agrícolas e manufaturadas, monetários, informativos e de ordens. No caso do tempo, essa teoria envolve os diferentes espaços que compõe o tempo, sendo esses dependentes um do outro, ou seja, a rede urbana é determinada pelo tempo e espaço.

De acordo com o estudo do IBGE (2008, p. 9) – Regiões de Influência das Cidades – foram considerados como fluxos investigados:

- 1) as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão; e 2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços (tais como compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários).

A rede urbana é formada por um conjunto de diferentes núcleos que possuem complementariedade funcional, seus fluxos e impactos vão além dos limites municipais. Conforme Corrêa (2014) a rede é um produto social, onde através de interações sociais especializadas articula a sociedade, garantindo sua existência e reprodução, ou seja, constitui um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. A rede, portanto é formada no tempo-espaço, e constitui como formação econômica, social.

A formação social compreende uma estrutura produtiva e uma estrutura técnica, que se expressa no espaço pela distribuição das atividades produtivas. Assim, a localização dos sujeitos, atividades e produtos, podem ser explicadas pelas necessidades externas, ou seja, pelo modo de produção puro e interno, pela estrutura de classe e por outras buscas. Com isso, a história da formação social é inter-relacionada à história da produção e sua complexidade sobre o espaço. A produção é um determinante

histórico e espacial, pois a produção só se concretiza com uma base territorial que tende a possuir características diferenciadas, formando arranjos espaciais articulados pelas atividades externas e internas (SANTOS, 2014).

Diante disto, fica claro o porquê do uso metodológico do conceito de formação socioespacial defendida por Milton Santos, pois não há uma história e uma sociedade fora do espaço, em consequência, não existe uma formação econômica e social sem uma base territorial. Considerando isto, torna-se possível entender as relações entre a formação econômica, social e espacial, bem como a produção no espaço regional e a rede urbana.

Ainda na visão de Santos (2014) o processo produtivo e socioespacial são arranjos espaciais articulados pelas atividades.

Existem vários tipos de redes urbanas de acordo com o padrão espacial: a complexidade funcional dos centros e o grau de articulação interna e externa de cada rede, ou seja, centros urbanos articulados entre si, caracterizando os vértices ou nós, onde as ligações são os fluxos entre centros (CORRÊA, 2014)

Corrêa (2006) afirma que os elementos a serem considerados na rede urbana são: 1) gênese dos núcleos urbanos; 2) funções que desempenham; 3) dependência a determinados produtos; 4) sítio urbano; 5) paisagem urbana; 6) quantidade de centros da rede; 7) padrão espacial da rede; 8) papel de diferentes agentes sociais no processo produtivo; e 9) articulação com espaços exteriores à rede em questão. Cada um desses elementos possui um elo com os demais.

## 2.1 A FORMAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA

A rede urbana brasileira para Corrêa (2004) é como um laboratório de pesquisa para o estudo da dinâmica do espaço social, pois a rede é resultado do processo de criação e evolução dos centros urbanos, diferenciados pelo espaço-tempo.

O Brasil é marcado pela complexidade genética<sup>6</sup> de sua rede, de acordo com Corrêa (2014) isso se deve há alguns fatores

---

<sup>6</sup> A complexidade genética também tem relação com os centros urbanos e seus agentes de propósitos de criação. Sobre a criação das cidades, Beaujeu-Garnier (1997 apud SILVA et al., 2011) exemplifica que pode-se dividir em três os motivos possíveis para



históricos para, por exemplo o fato das cidades surgem em diferentes datas, coexistindo no mesmo espaço, enquanto outras ainda serão criadas<sup>7</sup>. Logo, a rede urbana no Brasil, nunca será totalmente finalizada. Na criação desses núcleos, o autor destaca alguns fatores que determinam a estratégia de localização: as atividades econômicas e núcleos criados pela coroa ou estado nacional (CORRÊA, 2014)

Conforme Corrêa (2014) a integralização na rede urbana brasileira é recente, pois historicamente a rede se desenvolveu de forma dendrítica, centrada no litoral do país. Para desfazer essa condição o processo foi gradual e desigual, com a divisão territorial do trabalho e ampliação das articulações inter-regionais, o que gerou uma rede nacional diversificada.

A rede urbana surge no Brasil, no período colonial como estratégia de localização, a criação urbana buscava a proteção e uma via de acesso para a penetração do litoral para o interior, como é caso de Salvador e Rio de Janeiro. A atividade econômica gerou um desenvolvimento urbano baseado nos engenhos de açúcar, seringais, garimpo, pousada de gado, no entroncamento de rotas. Os núcleos criados pela Coroa Portuguesa ou pelo Estado nacional nas Províncias e, posteriormente, nos Estados, facilitou a transferência de capitais (CORRÊA, 2014).

De acordo com Holanda (1999) a formação da colônia brasileira tem como marca principal a apropriação do território para a exploração dos recursos naturais a fim de satisfazer as necessidades da metrópole. Santos (2009, p. 19) complementa: “No começo, a ‘cidade’ era bem mais uma emanação do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante.”

Ao estudar o território brasileiro de 1500 a 1720 Reis Filho (1968 apud Santos, 2009) divide em três etapas de organização do território, onde destaca-se a expansão colonial, a criação de vilas e cidades. No primeiro período (1530-1570) destaca-se a fundação do Rio de Janeiro em 1567; no segundo período (1580-1640), com a fundação de dez vilas e de três cidades, bem como a urbanização em direção a Amazônia, e por fim, o terceiro período

---

criação: Econômicos, políticos e defensivos. Dessa forma, a cidade é marcada desde sua origem por essa escolha inicial.

<sup>7</sup> Corrêa (2014) cita o caso do estado da Amazônia no Brasil, onde cidades ainda serão criadas, devido a dimensão do território do Estado. Em vista da criação de novos núcleos urbanos e a estruturação de outros existentes, ocorrerá diversas modificações na rede urbana existente.

(1650-1720), que chama atenção por serem fundadas trinta e cinco vilas e elevando-se a duas delas à categoria de cidades: Olinda e São Paulo. Por fim a rede brasileira nesse momento era constituída por sessenta e três vilas e oito cidades.

É a partir do século XVIII que a urbanização do Brasil se desenvolve, conforme Santos (2009) é quando o fazendeiro/senhor do engenho fixa sua residência na cidade, indo para a propriedade rural no momento de corte e da moenda da cana. Como ressalta o autor a urbanização brasileira só atinge maturidade no século XIX, porém demora mais um século para adquirir as características atuais.

Se o índice de urbanização pouco se alterou entre o fim do período colonial até o final do século XIX e cresceu menos de quatro pontos nos trinta anos entre 1890 e 1920 (passando de 6,8% a 10,7%), foram necessários apenas vinte anos, entre 1920 e 1940, para que essa taxa triplicasse, passando a 31,24%. (SANTOS, 2009, p. 25)

Até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a rede urbana brasileira caracterizava-se por possuir um limitado grau de diversificação de seus centros, onde a diferenciação acontecia pelo seu papel como lugar central na distribuição de bens e serviços, como centros comerciais e de beneficiamento da produção rural, centros de moradias, atividade industrial ou outra função específica (CORRÊA, 2014).

O Brasil era formado por subespaços que evoluíam conforme sua própria lógica ditadas pelas relações com o mundo exterior, porém salienta-se que esses subespaços tinham entre si escassas relações e não eram interdependentes (CORRÊA, 2014).

De acordo com FRESCA (2004, p. 33): “Da posição de um centro na hierarquia urbana, derivava sua importância na rede atrelada a uma divisão territorial do trabalho que era dada em termos gerais, pelas ‘funções centrais distribuídas segundo um modelo hierárquico do tipo christalleriano’.”

Para Corrêa (2014) atualmente não se pode considerar que a rede urbana brasileira segue o padrão christalleriano<sup>8</sup> ou a regra do ordenamento das cidades. Bem como, não aceita a ideia de que apenas os países desenvolvidos possuem uma rede urbana. Santos (2009) acrescenta que a rede urbana tornou-se cada vez mais diferenciada, complexa, onde cada cidade responde por relações específicas próprias as suas condições econômicas e sociais, pois cada cidade é diferente da outra.

A partir da segunda metade do século XIX com a produção do café São Paulo se torna um polo dinâmico, influenciando uma vasta área que abrange os estados mais ao sul do Brasil, incluindo de modo parcial o Rio de Janeiro e Minas Gerais (SANTOS, 2009).

Santos (2009, p. 29) destaca que isso deriva-se das mudanças que estavam ocorrendo na região, implantação de estradas de ferro, melhoria dos portos, criação de meios de comunicação, atribuindo nova fluidez ao território brasileiro. “De outro lado, é aí também onde se instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez.” Uma integração limitada, de espaço e de mercado, onde participa apenas parte do território nacional.

A divisão do trabalho é um fator de crescimento para os subespaços envolvidos na região de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o que irá constituir um elemento de diferenciação para o resto do país. “É com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização se desenvolve, atribuindo a dianteira a essa região, e sobretudo ao pólo dinâmico, o estado de São Paulo” (SANTOS, 2009, p. 30). Santos (2009) caracteriza como a

---

8 Os termos christalleriano e dendrítico, designam redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos, não aceita por Corrêa (2015). De acordo Corrêa (2014) essa teoria foi formulada por Walter Christaller, em 1933, mostrando o funcionamento dos mercados periódicos, enquanto lugares de distribuição de bens e serviços. Essa região é considerada como homogênea e com um desenvolvimento econômico, possui uma hierarquia definida pelo conjunto de bens e serviços que oferece. A rede dendrítica tem sua origem no tempo da colonização, diante das conquistas dos territórios pelo capital europeu, pela sua localização perto do mar tem este como entrada e saída. Essa rede tem como característica duas divisões, de um lado, concentra a maior parte do comércio exportador e importador, grande parte da renda e uma elite fundiária e mercantil; do outro lado, possui uma grande quantidade de pequenos centros de venda, isto é, um comércio varejista, nessa rede não possui um comércio intermediário.

semente para a situação de polarização que São Paulo irá desenvolver ao longo do tempo.

Após os anos de 1940 e 1950, “[...] os nexos econômicos ganham enorme relevo, e impõem-se às dinâmicas urbanas na totalidade do território” (SANTOS, 2009, p. 27). No Brasil, a rede urbana, a partir de 1950, se integra com a duas metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro (FERNANDES, 2013). Esse mesmo ano foi marcado pelo auge do período nacional chamado de desenvolvimentista, que teve seu início em 1930. O auge aconteceu com a industrialização, com as camadas de classes que possuíam recursos financeiros e meios de produção (MINDLIN, 2003 apud FERNANDES, 2013). Os produtos eram produzidos visando as classes sociais que possuíam recursos financeiros, para adquirir bens de consumo durável. Da mesma forma, a industrialização possibilitou uma expansão no processo de produção, através de condições materiais para a sua concretização.

A industrialização tem como referência sua significação mais ampla, como processo social complexo, que inclui a formação do mercado nacional, quanto a busca pela sua integralização, além da expansão do consumo em formas diversas impulsionando a terceirização e ativando o processo de urbanização (SANTOS, 2009). A industrialização ultrapassa o nível regional e situasse na escala nacional, ficando mais presente em todo o território e favorecendo o crescimento demográfico das cidades médias e maiores, incluídas, normalmente nas capitais dos estados.

Conforme Corrêa (2001) a rede brasileira possui três características que se destacam por volta de 1960: a pequena complexidade funcional dos centros urbanos; o pequeno grau de articulação entre os centros; e, o padrão espacial com que a rede urbana estava construída.

Já em 1970, a rede urbana é caracterizada pela complexidade genética, por padrões espaciais diversos e pela crescente complexidade funcional, uma integração que apresenta padrões de desigualdade. A integração da rede urbana não é mais marcada somente pelas estratégias de localização, mas também pela divisão territorial do trabalho, que define as especializações e os centros urbanos (CORRÊA, 2014).

A posição do centro na hierarquia já não era mais suficiente para descrever a importância na rede de cidades, pois

começa a existir a necessidade de especificar suas funções, sejam industriais ou vinculadas aos serviços, levando em consideração uma transformação para uma sociedade econômica. (CORRÊA, 2014)

Corrêa (2014) relata que a industrialização, a modernização do campo, a saída do homem do meio rural, a mudança na estrutura comercial, os meios de circulação de mercadorias e as novas formas de comunicação - ocasionada pelos setores privado e público - afetaram a integralização da rede urbana brasileira em um meio desigual. Diante desse contexto de modernização e industrialização Scarlato (2003 apud FERNANDES, 2013) cita que o papel da modernização iniciado com as relações capitalistas da produção, trouxe para o Brasil, uma ampliação ao mercado interno, responsável pela estrutura de importantes cidades. Conforme Corrêa (2014) a exemplo disso pode-se citar as ligações entre São Paulo e as capitais regionais, sendo mais intensas que as demais metrópoles e suas respectivas capitais regionais.

A industrialização é considerada um marco histórico que transformou a relação entre produção e consumo, de trabalho, de empregador e de empregado, da relação social e familiar, cultural e lazer, bem como do homem com a natureza e com seu meio. Essas mudanças trouxeram impacto irreversível para o uso do espaço urbano (ADEODATO, 2010).

De acordo com Corrêa (2014) a Rede Urbana brasileira, possui uma desigual integração, o que para o autor revela os resultados de um processo de desenvolvimento capitalista que acentuou as diferenças entre os diversos segmentos da rede urbana brasileira. É através da rede urbana que há uma integração de parcela da população ao sistema social, e paralelamente uma exclusão, de parcela importante da população.

Conforme Corrêa (2014) a organização do capitalismo do final do século XX, caracterizada pela globalização e fragmentação, leva a diversas configurações de rede urbana, onde cada centro urbano participa com intensidades diferentes de várias redes urbanas. Em destaque, há a configuração das corporações multifuncionais e multilocalizadas que são estruturadas em rede e são importantes para a definição funcional dos centros, da sua natureza e da intensidade de integração na econômica global. Essas corporações, possuem poucos centros de gestão do território, porém são cabeças de redes mundiais.

Portanto, a rede brasileira é marcada pela justaposição e/ou superposição de processos para formação dos núcleos em momentos e objetivos distintos, resultando em núcleos diferenciados, por exemplo: altas densidades de algumas áreas urbano-industriais do Sudeste, em contraponto com áreas coloniais do Sul, Nordeste e o Agreste pernambucano, marcado pela baixa densidade de ocupação. Logo, conforme Corrêa (2014, p. 99), o padrão espacial e a complexidade funcional são correlatos, “[...] indicadores de um processo de transformação da sociedade e de sua organização espacial, da qual a rede urbana é uma de suas mais importantes manifestações e condicionantes”.

Sendo assim, as relações se intensificam, tornando-se modernas e eficazes, as quais se estendem por todo território nacional, abrangendo centros que não se situam contiguamente. A intensidade, generalização e não contiguidade são frutos de uma difusão moderna da comunicação, isto é, um centro urbano faz parte de várias redes, com vínculo pelos inúmeros papéis que desempenha, sendo ligado pelas corporações multinacionais com uma rede própria de organização. (CORRÊA, 2014).

A metrópole nacional é vista como o centro da rede, considerada o primeiro nível da hierarquia das Regiões de Influência das Cidades- REGIC (IBGE, 2008), é o principal articulador das redes urbanas. De acordo com Santos (2005) a influência da metrópole é mais informacional do que industrial, constatado diante do aumento do poder organizador da informação e a desconcentração do sistema fabril. Assim, a informação é o que torna a metrópole onipresente e irrecusável no território brasileiro.

Esse fato é constatado também por Corrêa (2014) quando menciona que a rede urbana brasileira tem sua formação pela articulação dos centros informacionais e das empresas. É nas cidades de maior influência que se encontram os órgãos do Estado e sede das empresas, onde são tomadas as decisões que afetam diretamente ou indiretamente um dado espaço.

Conforme Lencioni (2003), no caso de São Paulo<sup>9</sup> as empresas se localizam nas cidades médias do entorno metropolitano, mantendo a centralidade na metrópole, que

---

<sup>9</sup> De acordo com o REGIC (IBGE, 2008), São Paulo ocupa o posto de “Grande Metrópole Nacional”, sendo a principal articuladora de toda a hierarquia urbana presente no país.

assume assim o controle e a gestão desse território. A localização das empresas nas cidades médias deve-se aos impactos locais gerados e aos recursos disponíveis, a infraestrutura existente, as oportunidades de trabalho e seus desdobramentos, a complementariedade ou a competição industrial induzida, bem como, o desenvolvimento do setor terciário e de serviços.

As conexões das empresas são complexas, porém existe uma dominação hierárquica em que as metrópoles<sup>10</sup> detêm o foco. São Paulo, concentra o maior número de empresas, esse é o centro de comando nacional, onde as principais ligações das metrópoles se unem, em seguida está à metrópole do Rio de Janeiro, seguido por Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Recife (IBGE, 2008).

Quando se fala do ponto de partida das aglomerações, no aspecto quantitativo da urbanização brasileira, Fernandes (2013, p. 22), mostra que para a atualidade “As aglomerações urbanas chegam ao século XXI permeadas por diversas atividades e fluxos, cujos conteúdos abrigam grande parte das condições de produção da economia e também das condições de vida da maioria da população”.

Sposito (2000) ressalta as transformações econômicas que impactaram a rede urbana brasileira e na valorização das cidades médias. Para a autora, há três momentos centrais. O primeiro entre 1930 a 1955 com o surgimento das iniciativas privadas e públicas para o desenvolvimento da estrutura urbano-industrial no país, gerando uma melhor infra-estrutura para circulação, propiciando uma formação de mercado nacional e urbanização. O segundo entre 1955 até 1980, quando ocorre uma desconcentração de parte da produção de países com a industrialização consolidada, para países com a produção baseada no setor primário. Com a industrialização cresceu a demanda de produtos e o aumento do mercado interno e a importância das cidades médias. O terceiro é a passagem do sistema fordista para o sistema flexível de produção, desencadeando novas dinâmicas; a concentração da gestão empresarial e financeira nas metrópoles e a descentralização da indústria, favorecendo uma nova importância as cidades de pequeno e médio porte.

---

<sup>10</sup> A abordagem sobre a rede urbana brasileira atual será tratada a partir da página 65.





### **3 A MICRORREGIÃO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE**

A microrregião do Extremo Oeste Catarinense é formada por 19 cidades de pequeno porte, colonizadas através do parcelamento do território por empresas colonizadoras. Uma microrregião marcada pelos setores industrial, de serviço e agropecuário, sendo que, cada município<sup>11</sup> possui um determinado setor produtivo em destaque, logo, cada uma possui importância a nível regional.

O presente capítulo busca abordar em primeiro momento o recorte espacial utilizado, destacando os municípios que fazem parte da região estudada. No segundo momento, a busca histórica pela formação territorial através dos núcleos colonizadores. Em terceiro momento, destaca-se a integração do Extremo Oeste Catarinense a Santa Catarina, e o capítulo finaliza com uma abordagem sobre a Fronteira presente na região.

#### **3.1 O RECORTE ESPACIAL**

O recorte espacial deve ser pensando como espaço geográfico e espaço social. Para Souza (2015), o espaço geográfico corresponde à superfície terrestre, e o espaço social é o espaço geográfico apropriado e transformado pela sociedade.

O espaço geográfico fonte desse estudo situa-se no Estado de Santa Catarina, na Mesorregião do Oeste Catarinense como mostra na Figura 1. A região Oeste Catarinense é marcada pelas áreas que formam as microrregiões de Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê, totalizando uma área de 27.255,5Km<sup>2</sup>, sendo que a microrregião<sup>12</sup> de São Miguel do Oeste se encontra mais à oeste do Estado.

---

11 De acordo com Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, o município é “a circunscrição do território do Estado na qual cidadãos, associados pelas relações comuns de localidade, trabalho e de tradições, vivem sob uma organização livre e autônoma, para fins de economia, administração e cultura”

12 A microrregião de São Miguel do Oeste é composta por 20 municípios: Anchieta; Bandeirante; Barra Bonita; Belmonte; Descanso; Dionísio Cerqueira; Guaraciaba; Guarujá do Sul; Iporã do Oeste; Itapiranga; Mondafá; Palma Sola; Paraíso; Princesa;

Figura 1 - Localização da Mesorregião Oeste Catarinense no Estado de Santa Catarina



Fonte: Welter (2006, p. 4).

Hoje, a microrregião de São Miguel do Oeste é composta por 20 municípios<sup>13</sup>, destes 19 municípios formam a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina<sup>14</sup> - AMEOSC sendo estes: Anchieta; Bandeirante; Barra Bonita; Belmonte; Descanso; Dionísio Cerqueira; Guaraciaba; Guarujá do Sul; Iporã do Oeste; Itapiranga; Mondaiá; Palma Sola; Paraíso; Princesa; Santa Helena; São João do Oeste; São José do Cedro;

---

Riqueza, Santa Helena; São João do Oeste; São José do Cedro; São Miguel do Oeste e Tunápolis.

<sup>13</sup> Informações retiradas do site do <http://www.cidade-brasil.com.br/2-microrregiao-de-sao-miguel-do-oeste.html>, com acesso em 20 de novembro de 2016.

<sup>14</sup> A Associação de Municípios no Extremo Oeste Catarinense – AMEOSC, será melhor exemplificada no capítulo 5.5.

São Miguel do Oeste e Tunápolis<sup>15</sup>. O único município que não é pertencente a AMEOSC é o de Riqueza<sup>16</sup>.

O recorte utilizado nesta dissertação se relaciona aos municípios presentes na Associação de Municípios do Extremo Oeste Catarinense, ou seja 19 municípios. Todos são considerados de pequeno porte, com população que varia conforme o IBGE (2010) de 1.878 mil habitantes na cidade de Barra Bonita, até 36.306 na cidade polo de São Miguel do Oeste. Na Figura 2 observa-se a delimitação do Recorte Espacial estudado, o Extremo Oeste Catarinense.

Na formação das terras de Santa Catarina são encontrados cinco domínios geológicos: embasamento cristalino, coberturas vulcânicas, eo-paleozóica, cobertura sedimentar gonduânica, rochas efusivas, cobertura sedimentar quatemária. As coberturas vulcânicas cobrem cerca de 52% do espaço territorial do Estado de Santa Catarina. Na região Oeste Catarinense, a cobertura tem 80% em torno de área vulcânica (WELTER, 2006).

O relevo da região Oeste Catarinense é dividido em três unidades: planície costeira, serra litorânea e planalto ocidental. Na região Extremo Oeste de Santa Catarina predomina o planalto ocidental, de clima temperado mesotérmico brando super úmido, com atuação da massa tropical atlântica durante todo o ano, com maior intensidade durante a primavera e o verão e a massa polar atlântica, com maior intensidade durante o outono e o inverno. As temperaturas médias anuais da região ficam entre 16° a 20°C, sendo que, no verão, as temperaturas não excedem 38°C e no inverno podem ser inferiores a 0°C (WELTER, 2006).

Antes da colonização a vegetação encontrada era composta por floresta estacional decidual e ombrófila mista, mas com a devastação para a ocupação das terras, a vegetação original deu lugar a plantações de culturas diversas e pastagens (WELTER, 2006).

---

15 Informações retiradas do site oficial da AMEOSC, disponível em: < <http://www.ameosc.org.br/index/municipios-associados/codMapaItem/42438#> >  
Acesso em 17 de maio de 2014.

16 Como veremos no capítulo 4 e especificamente na Figura 21, a Região de Influência de São Miguel do Oeste não abrange o município de Riqueza, motivo pelo qual se manteve o recorte baseada na Associação de Municípios.

Figura 2 - Recorte espacial do Extremo Oeste Catarinense



Fonte: AMEOSC (2013)

### 3.2 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

É através da história que se encontra os elementos explicativos para o surgimento da rede urbana, pois de acordo com Endlich (2009) a rede urbana se constitui das heranças dos contextos econômicos e históricos diferenciados que se compõe em um conjunto articulado. Os papéis diferentes dos núcleos urbanos, os interesses, as circunstâncias sociais levam a produção da configuração regional. “Considerada como reflexo social, a rede urbana é, também materialidade e, portanto, condição para a reprodução social. (ENDLICH, 2009, p. 41).

O breve estudo sobre o surgimento das cidades na região do Extremo Oeste Catarinense, baseia-se no fato que “a rede urbana decorre de uma soma de tempos e processos (ENDLICH, 2009, p.43).”

No Estado de Santa Catarina, observa-se variadas referências temporais quanto ao surgimento dos núcleos urbanos, porém a região do Extremo Oeste Catarinense teve sua origem através de empreendimentos privados.

A colonização do Extremo Oeste Catarinense iniciou em 1908 pela empresa Brazil Development and Company responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo ao Rio Grande do Sul, a qual passava por terras catarinenses (Figura 3). Para o pagamento da estrada, a empresa recebeu o equivalente a 15 quilômetros de largura paralelas ao longo dos trilhos, incentivando o povoamento dessas terras. Não efetuando diretamente a colonização, a firma atribui a colonização e povoamento a diversas empresas, dentre as quais a quais à Empresa Peperi-Chaçecó para a gleba Peperi-guaçu, que abrangia todo o oeste catarinense. (BONA, 2004).

O Extremo Oeste Catarinense também sofreu um processo de colonização no final da década 20, conforme Bavaresco (2003, p. 12) após a abertura dos primeiros caminhos pelo tropeirismo, tendo alguns pontos de fixação populacional depois de serem resolvidos os limites com o Paraná e a Guerra do Contestado.

Entre 1925 e 1926 parte das terras da *Brasil Development and Colonization Company* foram compradas pela *Volsvereif*, também conhecida como Sociedade União Popular (SUP). De acordo com Hahn (2005) essa sociedade seria ponto de união entre a Igreja Católica e a população alemã das colônias do Rio

Grande do Sul (nomeadas de colônias velhas<sup>17</sup>) e iriam fundar a colônia de Porto Novo (Itapiranga).

Figura 3 - Estrada de Ferro de São Paulo a Rio Grande do Sul – 1913



Detalhe dos Estados do Paraná e Santa Catharina, 1913, com indicação do trajeto da Linha Sul da EFSPRG.

Fonte: Espig (2012).

Welter (2006) explica que depois da Guerra do Contestado teve início a posse de terras pelos fazendeiros, empresas colonizadoras, caboclos e índios, o que acarretou em um conflito

<sup>17</sup> Essas colônias velhas seriam as cidades de Arroio do Meio, Estrela, Lajeado, Montenegro, Salvador do Sul, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, Venâncio Aires.

social. Essa foi uma época que o governo estadual destinou poucos recursos para a região do Extremo Oeste, tendo a primeira visita realizada pelo governador Adolfo Konder, em 1929.

No século XIX inicia-se a imigração europeia para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Uma imagem fomentada pelas empresas colonizadoras de vida tranquila, terras férteis, lindas paisagens e o sonho de uma propriedade fizeram vários imigrantes virem ao Brasil. A primeira região a ser colonizada foi a do Rio Grande do Sul, onde os costumes antigos se juntaram a uma terra nova. Com a crescente migração, e o acentuado crescimento demográfico as terras começaram a se esgotar e encarecerem. Em decorrência desses fatos preliminares<sup>18</sup>, a região do Extremo Oeste Catarinense começou a ser procurada para novas colonizações (HAHN, 2005).

No Extremo-Oeste Catarinense observa-se que a ligação através de estradas era um fator de grande importância. Werlang (1992, p. 41) declara: “Para iniciar a colonização nas terras ao Oeste do rio das Antas, havia enormes desvantagens. O único acesso a estas terras eram as picadas ou o leito dos rios da Várzea e Uruguai que serviam de passagem às canoas e lanchas.”

Em primeiro momento, na colonização do Extremo Oeste Catarinense as terras às margens do Rio Uruguai apresentavam-se promissoras. A colônia de Porto Novo<sup>19</sup> (nomeada a partir de 1929 como Itapiranga) foi uma das primeiras colonizações por empresas particulares feitas na região do Extremo Oeste, fundada em 26 de fevereiro de 1926<sup>20</sup> (Figura 4). A colonização destacava-se principalmente por ter ligação com a Igreja Católica e por ser destinada aos imigrantes católicos de origem germânica. A colônia foi planejada e organizada pela *Volksverein für Deutschen Katholiken im Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para Alemães Católicos do Rio Grande do Sul), que foi fundada em 1912 e era orientada por religiosos da Companhia de Jesus, os Jesuítas do Rio grande do Sul. Conforme Hahn (2005, p. 21): “Desde o processo de planejamento da colônia a

---

<sup>18</sup> Preferimos não nos adentrarmos a essa questão, e nos atermos a parte histórica após o início da colonização do Extremo Oeste Catarinense.

<sup>19</sup> Parte integrante da Colonização do Vale do Rio Uruguai que compunha os municípios de Mondaí e Itapiranga, como veremos a seguir.

<sup>20</sup> De acordo com Hahn (2005) essa data é aceita historicamente e também é a data que atualmente se comemora a fundação do atual município de Itapiranga.

preocupação maior sempre foi com a ‘organização e o espírito comunitário<sup>21</sup>’ dos colonos.”

Figura 4 - Núcleo urbano de Itapiranga (Porto Novo), as margens do Rio Uruguai por volta de 1927.



Fonte: Middeldorf (1933 *apud* HAHN, 2005, p. 44)

O espírito comunitário foi diversas vezes abalado na colonização por diversos problemas, entre os principais nos primeiros anos de colonização estariam a falta de acesso ao crédito, a nacionalização do ensino em 1938 (destituindo a autonomia da igreja, através do ensino do português), e a pouca autonomia política local já que a colônia era ligada a Chapecó<sup>22</sup>. Para a resolução do problema de falta de crédito surgiu a primeira cooperativa de crédito de Santa Catarina em 1932<sup>23</sup>.

A situação melhora em 1926, quando conclui-se a Estrada do Prado, que ligava Mondaí (até então Porto Feliz) às cidades do Rio Grande do Sul. Outra estrada de grande importância ocorreu em 1929, depois da visita do então governador do Estado Dr.

---

22 A emancipação de Itapiranga só ocorreu em 1954.

23 A Creditapiranga (atualmente Sicoob Creditapiranga) foi fundada quando ainda não havia luz na região, que só chegou em 1958. É a mais antiga cooperativa de crédito do Estado de Santa Catarina e é de grande uso por parte dos empresários nos dias atuais.



Adolpho Konder, que ligava Mondai a Barracão no estado do Paraná. Essa última estrada estaria então cortando o Extremo Oeste-Catarinense no seu eixo Norte-Sul, facilitando a póstuma colonização. Jipes, ônibus, jardineiras e caminhões multiplicaram-se nos eixos rodoviários, permitindo que o avanço da colonização e fazendo a conexão as diversos núcleos a serem colonizados.

De acordo com Hahn (2005, p. 30) a Sociedade União Popular, possuía importante infra-estrutura (bancos, técnicos, jornais entre outros), e a partir da primeira metade do século XX tratou de estruturar a colonização de Porto Novo. “Através das Caixas Rurais (Sparkassen) fornecia crédito acessível a partir de recursos provenientes das poupanças dos agricultores, aos colonos dispostos a migrar para a nova frente de colonização.” Essas associações tinham como prioridade não o lucro, mas possibilitar que os colonos se agrupassem conforme sua origem étnica, a religião e a mesma região de procedência.

Dessa forma criou-se uma diferenciação entre a religião católica e a evangélica. Os católicos<sup>24</sup> ficariam na colônia de Porto Novo (Itapiranga) e os evangélicos na de Porto Feliz (Mondai)<sup>25</sup>(HAHN, 2005).

Em 1940, o Presidente Getúlio Vargas encampou as terras do extremo oeste que se encontravam dentro da faixa de 150 quilômetros, na fronteira com a Província de Misiones, na Argentina, essas terras foram então vendidas a diversas firmas colonizadoras.

É em 1940 que os empreendimentos colonizadores se consolidam e começam a ter maior ocupação. Primeiramente iria pai e filho do Rio Grande do Sul, homens os quais iriam organizar o lote e construir as benfeitorias, somente mais tarde iria o restante da família. De acordo com Hahn (2005) houve um salto populacional de 1930 a 1950 na colonização de Porto Novo. Em 1930 a população estimada era de 1.300 habitantes, já em

---

24 Hahn (2005) destaca a cláusula contratual número 17 do contrato de compra e venda de terras entre a SUP e o colonizador que dizia: “O comprador, quer solteiro ou casado, compromete-se a entrar como sócio na comunidade Católica de Porto Novo, logo que fixe residência em suas terras, sujeitando-se ao pagamento das taxas e mensalidades por esta estipuladas”

25 Os dois empreendimentos colonizadores são nomeados por Bavaresco et al (2013) como Vale do Rio Uruguai.

1950 havia 12 mil habitantes<sup>26</sup>, conforme Hahn (2005) esse salto populacional teria relação com a vinda da família para a colônia.

Para Bavaresco et al. (2013, p. 90), três empreendimentos colonizadores caracterizam o processo de colonização do Extremo-Oeste catarinense, os quais foram importantes para o desenvolvimento histórico, pois resultaria na emancipação da maioria dos municípios estudados.

Assim, aconteceu a colonização do Vale do Rio Uruguai, com os municípios de Itapiranga (Porto Novo) e Mondaí (Porto Feliz) que geraram os municípios de São João do Oeste, Tunápolis, Iporã do Oeste, Descanso, Santa Helena e Belmonte. A região de colonização de São Miguel do Oeste, que gerou os municípios de Bandeirante, Barra Bonita, Paraíso, Guaraciaba, Guarujá do Sul e Anchieta. E a Terceira colonização, de Dionísio Cerqueira, que deu origem a São José do Cedro e Princesa. Na Figura 5, pode-se visualizar as três áreas colonizadoras.

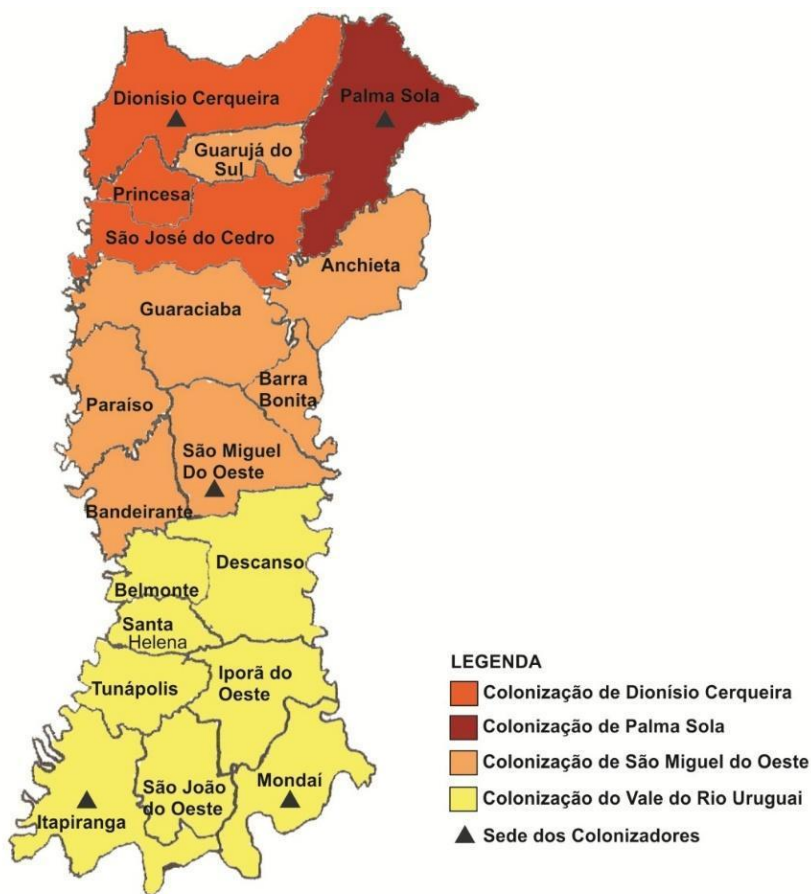
Os três empreendimentos colonizadores, possuem diversas características comuns, como a divisão do território em um grande loteamento, característica que propiciou a iniciação de uma agricultura de produção familiar, o que reflete na economia atual da região. Como exemplo, a colonização do vale do rio Uruguai foi dividida em lotes rurais de 25 hectares, já a região de São Miguel do Oeste foi assim dividida conforme Bona (2004, p. 26-27):

A área para a sede em forma de triângulo, foi dividida em quadras e em 500 lotes urbanos, [...]. A área que circundou o loteamento foi dividida em chácaras de 2,5 hectares, e o restante das glebas adquiridas foi dividido em blocos ou perímetros e, estes subdivididos em lotes coloniais ou rurais de, em média, 25 hectares (250.000m<sup>2</sup>) cada um, para serem vendidos aos colonos que chegavam principalmente do Rio Grande do Sul.

---

<sup>26</sup> De acordo com o Censo oficial de 1950, a população seria 13.542 habitantes.

Figura 5 - Empreendimentos colonizadores no Extremo-Oeste Catarinense



Fonte: Elaborado pela autora

A região de Dionísio Cerqueira, por ser uma região de campo foi povoada por vaqueiros, aventureiros a serviço do governo e fazendeiros desde o século XVIII e mais intensamente a partir do século XIX. A região de Campo Erê foi usada como sede de fazendas para a criação de gado que abasteciam as regiões do Paraná, Minas Gerais e São Paulo. Pela proximidade com a Argentina, a região também foi utilizada como entreposto

comercial, para a comercialização de erva-mate, que ali existia e para facilitar a compra de produtos de primeira necessidade.

A colonização empresarial de São Miguel do Oeste iniciou-se na década de 1940, modificando o modo de vida serrano da região para implantação de pequenas propriedades agrícolas a partir da venda de terras às famílias do Rio Grande do Sul, também no modo de loteamento. Conforme Bavaresco *et al.* (2013, p. 96), destaca-se a formação de latifúndios na região dos campos, devido ao processo de concessão de terras iniciado no século XIX à fazendeiros dispostos a promover a ocupação. Atualmente, essas terras abrigam também muitas famílias que trabalham como arrendatários ou como posseiros.

Bavaresco *et al.* (2013) não faz menção à cidade de Palma Sola, que conforme Debona (2003) originou de 4 grandes fazendas, a Fazenda Palma Sola, a Fazenda São Vicente, a Fazenda Conceição e a Fazenda Tracutinga, as quais foram posteriormente divididas e vendidas a imigrantes. Mais tarde, em 1953, seu território foi anexado a Dionísio Cerqueira.

A região de Palma Sola, por ter sido dividida em 4 fazendas, caracterizava uma região de latifúndio. Em 1950 houve o loteamento de algumas áreas em pequenas propriedades as quais foram vendidas a imigrantes gaúchos. Porém, manteve-se a característica de latifúndios em grandes áreas até então não loteadas. Segundo o Diário Catarinense de 27 de dezembro de 1993 (*apud* DEBONA, 2003, p. 81), houveram diversas invasões de terras por colonos ao longo dos últimos anos devido a existência dos latifúndios, sendo que, em 1985 apenas seis propriedades ocupavam aproximadamente 41% das terras rurais de Palma Sola.

As colonizações do Vale do Rio Uruguai, São Miguel do Oeste e parte de Dionísio Cerqueira, tiveram uma divisão de terras em pequenos lotes, realizada pelas empresas colonizadoras. Moreira e Medeiros (2006) descrevem que a estrutura fundiária de cada propriedade era composta por lotes de no máximo 30 hectares, onde o planejamento do território e suas ações eram realizados com a participação familiar.

Essa relação é bem presente em Porto Novo, conforme cita Hahn (2005, p. 32), as terras foram divididas de três formas lotes rurais, chácaras e terrenos urbanos. Os lotes rurais como já dito possuíam área de 25 ha, as chácaras de 7,5 há, e os lotes urbanos eram variados, ambos deveriam estar localizados próximos de

futuras vilas. Os terrenos urbanos eram situados em áreas selecionadas para compor a sede das comunidades e da colonização.

Na colonização de Porto Novo, por ser etnicamente e religiosamente homogênea, a estrutura da colonização era composta por 120 – 170 famílias de pequenos proprietários que começavam a colonização em torno de uma capela (igreja) e escola<sup>27</sup>, além de uma base física propícia para desenvolvimento de associações econômicas, culturais e recreativas (KREUTZ, 1991 apud HAHN, 2005).

O papel da pequena propriedade foi fator determinante para a colonização do Extremo Oeste Catarinense. Comparando com a descrição de Rosaneli (2009, p. 73) sobre a colonização do norte do Paraná era “difundido o conhecimento acerca da dificuldade de cidades nas proximidades de grandes propriedades vingarem.”

O processo produtivo era realizado pelo colono através da agricultura itinerante ou nômade, conhecida pelos economistas rurais como sistema de rotação de terras. Em primeiro lugar, produzia-se a subsistência familiar, e posteriormente o excedente de produção era trocado com a casa comercial local por outros produtos incapazes de serem produzidos na propriedade rural. Esse processo criava uma dependência produtor-comerciante, sendo que o produtor não sabia quanto valia o seu produto. Como as trocas não eram realizadas em dinheiro, o agricultor possuía um sistema de crédito ou débito nas vendas, fazendo com que o comerciante ditasse os preços. Devido a importância do comércio o dono acabava por ter maior autoridade na vila, ditando algumas normas. Assim, inicia-se a dependência entre o agricultor e o comerciante, entre o rural e o urbano.

A formação desses núcleos colonizadores, não era fruto do acaso mas de uma relação entre o universo rural e sua economia. Uma aposta ao futuro, sem a qual o presente não estaria acontecendo, uma região marcada pela agroindústria e pela agricultura familiar.

---

<sup>27</sup> Pela colonização ter sido um investimento privado o estado não supriu inicialmente as necessidades de infraestrutura, assim as comunidades criaram as primeiras escolas comunitárias. Os imigrantes alemães mesmo endividados pela compra de terras não deixaram a escola de lado, era vista como fundamental para a linha colonial. (HAHN, 2005)

### 3.2.1 A formação dos núcleos colonizadores

Os camponeses colonizadores do Extremo-Oeste iniciavam uma comunidade que seria composta por algumas dezenas de famílias, e eram organizadas em grupos pelos habitantes residentes próximos. Após, definir um local centralizado instalava-se uma capela, um clube comunitário e uma escola, reunindo-se, semanalmente, para rezar, conversar, realizar jogos e encontros. (MOREIRA E MEDEIROS, 2006).

Hahn (2005) destaca que esse fracionamento na colonização de Porto Novo foi fundamental, pois auxiliou na criação de um sentimento comunitário o que foi importante para a edificação de estabelecimentos<sup>28</sup> escolares, religiosas e sociais sustentados por uma rede de associações.

As relações entre as pessoas da comunidade, geralmente, tinham caráter baseado na confiança e na solidariedade. A palavra era aceita e respeitada pela maioria, cumprindo os acordos estabelecidos. O diálogo era frequente, permitindo assim, que as relações fossem mais duradouras e justas. (MOREIRA E MEDEIROS, 2006).

De acordo com Moreira e Medeiros (2006), não se observava a existência de exploração de poder na mão de poucos. Hering (1987 apud BAVARESCO *et al.* 2003, p. 77) relata que: “Não havia em Santa Catarina, uma aristocracia rural ou qualquer outra que impedisse colonos e, posteriormente, comerciantes e artesãos de exercerem a profissão de sua escolha”.

A fundação das localidades e de seus núcleos urbanos, derivava da necessidade de fornecer à população rural áreas de apoio. Localidades que fornecessem os elementos de infraestrutura necessárias para a sobrevivência na região, bem como, ponto de comunicação para outra localidade de maior abrangência. De acordo com Hahn (2005) a cidade de São Miguel do Oeste já apresentava polaridade comercial na época e Itapiranga se encontrava em isolamento, já que para essa colônia só poderiam ir Alemães Católicos e Mondai Alemães evangélicos, isso acabou propiciando uma facilidade comercial para São

---

<sup>28</sup> Hahn (2005) destaca que atualmente ainda é comum encontrar associações que mantem a igreja, escolas e clubes sociais, na região de Itapiranga.

Miguel do Oeste. As colônias alemãs também eram consideradas racistas, dificultando o comércio com os povos caboclos. Destaca-se que todo o território do Extremo Oeste Catarinense pertencia a Chapecó, porém os pequenos proprietários e quando não podiam recorrer as grandes cidades, acabavam por comprar as mercadorias nas cidades maiores que são próximas, a cidade mais próxima como centro comercial era São Miguel do Oeste, antiga Vila Oeste.

As cidades naturalmente precisam de outras para se sustentar. Nesse movimento de interdependência, os núcleos urbanos recém fundados apoiavam-se na estrutura intra-urbana dos próximos os quais já estavam estabelecidos, em alguns casos, essa interdependência era mantida. Com o passar do tempo e com o avanço do povoamento essas cidades fortaleciam suas conexões e se conectavam com o restante do país, formando a chamada rede urbana (ROSANELI, 2009).

Percebe-se a importância das conexões para a divulgação desses empreendimentos, frequentemente em jornais, notícias e propagandas são expostas as distâncias e ligações destes com outras cidades, ou locais de proximidade. Monbeig (1957, p. 462 *apud* Rosaneli, 2009) expõe sobre essa necessidade de comunicação do pioneiro, pois o mesmo se recusava ao isolamento econômico e moral dos pioneiros no norte do Paraná<sup>29</sup>;

A proximidade de uma cidade é uma condição necessária para que o futuro pioneiro se decida a comprar um sítio. [...] A grande empresa do loteamento procura lutar contra o isolamento do sitiante e faz, conjuntamente, os planos de loteamentos rurais e de uma rede de estradas e de estabelecimentos urbanos (patrimônios).

---

29 Pierre Monbeig foi um geógrafo francês que estudou o Brasil e lecionou na Universidade de São Paulo entre as décadas de 1930 e 1940. Nos seus estudos desenvolveu alguns escritos entre eles, da passagem dessa referência: *Novos Estudos da Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957. Monbeig estudou o Noroeste Paranaense e as cidades criadas a partir do ciclo do café. Percebe-se que há uma ligação entre as necessidades dos pioneiros paranaenses e do extremo-oeste catarinense. Rosaneli (2009) dá sequência ao estudo do norte do Paraná através da sua tese de doutorado: *Cidades Novas da Fronteira do Café: História e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná*.

Seus escritórios elaboram uma estrutura agrária planejada.

Além da divulgação para conhecimento da infraestrutura ao futuro pioneiro, ainda havia a questão de disputa comercial. Como haviam vários empreendimentos colonizadores todos buscavam se destacar como melhores, visando o maior lucro possível. Hahn (2005) destaca que a Volksverein começou a adotar uma imagem afastada dos seus princípios associativista e se aproximava mais de uma empresa colonizadora que objetivava o lucro.

### **3.2.2 A integração do Extremo Oeste a Santa Catarina**

A região do Oeste catarinense foi a que se consolidou mais tardiamente perante o Estado de Santa Catarina, a sua ocupação se estende até a metade do século XX, “sendo parte do processo de expansão e ocupação das fronteiras no Brasil”. (MIOTO, 2011, p. 20)

A colonização do Extremo Oeste Catarinense não foi integrativa com o Estado de Santa Catarina, mas sim com o Estado do Rio Grande do Sul, logo a relação com a capital do estado catarinense Florianópolis era distante e autônoma. Nesse sentido o município catarinense que o Extremo Oeste teve maior relacionamento foi Chapecó<sup>30</sup>.

As empresas colonizadoras e a população que migrou para povoar o Extremo Oeste eram do Rio Grande do Sul, isso justifica a semelhança entre o extremo oeste e o estado rio-grandense dos traços socioculturais e a economia com destaque a extração de madeira e a produção de alimentos.

No final da década de 1940 a arrecadação de impostos do Extremo Oeste Catarinense começa a ter relevância para o estado, recebendo então a visita do Governador Adernal Ramos. São Miguel do Oeste estava se desenvolvendo como polo regional principalmente por ser um polo comercial e suprir as necessidades internas do Extremo Oeste Catarinense. De acordo com Bona (2004) Vila Oeste ganhou impulso com a construção da igreja São Miguel Arcanjo, juntamente com as pousadas, dos Hotéis do Comércio, Farroupilha, Oeste e Annoni, das casas

---

<sup>30</sup> Como veremos adiante, o território do Oeste catarinense pertencia a Chapecó.



comerciais, do bar, moinho, farmácia, oficinas, clubes, do Hospital Sagrado Coração de Jesus que se efetivaram na região além da linha de ônibus que ligava a Vila ao município de Carazinho.

Nessa época os habitantes de Vila Oeste, dependiam economicamente da extração e exportação de madeira para a Argentina realizadas por balsas feitas da madeira no Rio Uruguai (Figura 6), transportadas com as cheias do Rio até seu destino. Ainda conforme Bona (2004) com a seca ocorrida de 1943 a 1946, não pode ocorrer a exportação da madeira, acarretando em uma crise financeira na região. Em 1946, aconteceu uma enchente na qual alastrou-se um surto de febre tifoide, com isso inúmeras famílias foram dizimadas, e então foi impedida a vinda de novas famílias para Vila Oeste, acarretando uma estagnação no desenvolvimento local.

Figura 6 - Transporte de madeiras de São Miguel do Oeste pelo Rio Uruguai – 1941



Fonte: Museu Municipal Ruy Arcádio Luchesi (Década de 1940)

Em 1943, Getúlio Vargas criou o Território Federal do Iguaçu, por motivos de segurança o qual era formado pelas regiões oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, tendo como capital Laranjeiras do Sul. O objetivo era permitir que o governo federal ocupasse mais diretamente regiões fronteiriças de baixa densidade demográfica, com pequena rede urbana e com baixa influência do governo. Nessa região havia a presença de indígenas e de grupos paraguaios e argentinos que residiam e usavam a moeda e língua do país estrangeiro, preocupando assim o Estado sobre sua soberania na região.

Com a criação do Território Federal do Iguaçu, o Oeste Catarinense conseguiu diversos recursos para construções de escolas e estradas, incluindo para o município de São Miguel do Oeste, incentivando o seu desenvolvimento com caráter de progressista. Para coibir o contrabando de pneus e pinhos, além do refúgio de criminosos para a Argentina, criou-se a 5ª Delegacia Regional de Polícia (Figura 7) em 1946 na Vila Oeste<sup>31</sup> devido as melhores condições para a instalação definitiva.

Figura 7 - 5ª Delegacia Regional de Polícia na Vila Oeste



<sup>31</sup> Vila Oeste era como se denominava o município de São Miguel do Oeste na época em que se instalou a Delegacia Regional.

Fonte: Museu Municipal Ruy Arcádio Luchesi (Década de 1940)

Assim como descreve Bona (2004) Vila Oeste se encontrava localizada quase na parte central da atual de São Miguel do Oeste, possuindo conexão com diversos povoados adjacentes. Com apenas dois anos de colonização, já possuía 1600 habitantes e 183 casa residenciais despertando interesse da indústria, comércio e agropecuária. Com o controle da febre tifoide e a criação do Território Federal do Iguacu, a Vila ganhou novo impulso de desenvolvimento, fundando assim, em 21 de agosto de 1949, a Sociedade Amigos de Vila Oeste para se dar o início da criação do distrito, que até então pertencia a Chapecó/SC. E assim:

Demonstradas perante as autoridades do município de Chapecó a existência de população suficiente e demais condições exigidas, a pretensão dos vilaoestinos foi atendida, e assim no dia 21 de dezembro de 1949, criou-se o 15º distrito de Chapecó, com o nome de São Miguel do Oeste. (BONA, 2004, p. 36).

Conforme relata Hahn (2005) Itapiranga passava por dificuldades por ser pouco integrada ao mercado nacional e estadual. Em 1946 com a grande enchente Itapiranga acaba sofrendo um retrocesso econômico e sofre de um grande surto de febre tifoide, como em São Miguel do Oeste, várias famílias foram dizimadas. As únicas fontes de renda da população eram a madeira, a banha e o fumo. Sendo no final do década de 1950 a banha 73% da renda dos agricultores locais. O comércio e a indústria eram pouco desenvolvidos e constituídos por pequenos estabelecimentos artesanais e familiares. Em 1960 a cidade se encontrava isolada, as precárias vias de escoamento de produção, a diminuição da fertilidade natural do solo e a descapitalização dos agricultores geraram péssimas condições para a população local.

Em 1952 o então governador Irineu Bornhausen também visitou a região. Havia um apelo para a emancipação dos municípios de Dionísio Cerqueira, Itapiranga, São Miguel do Oeste, porém a Constituição Estadual de 1946, previa a condição de criação do município quando atingisse o mínimo de 10.000

habitantes. O apelo ocorria pelas pressões reivindicatórias que Chapecó sofria por parte do Extremo Oeste que reclamava por infraestrutura. Assim, em 1952<sup>32</sup>, o deputado Lenoir Vargas Ferreira propôs uma emenda à Constituição Catarinense possibilitando que os municípios que distassem até 90 km da fronteira poderiam se emancipar. Com a aprovação dessa lei, abriu-se uma porta para o desmembramento territorial desses municípios de Chapecó. A lei de 30 de dezembro de 1953 emancipa os municípios de Dionísio Cerqueira Itapiranga, Mondaí e São Miguel do Oeste, criando uma nova divisão territorial, expressa na Figura 8.

Em 1953, no dia 30 de dezembro, a Assembleia Legislativa do Estado, através da Lei nº 13, aprova a resolução nº10, criando o município de São Miguel do Oeste. Logo, em 1954, empossa o primeiro prefeito, havendo a criação da usina hidrelétrica do Rio das Flores, construção do Colégio La Salle Peperi, Colégio São José, iniciou a construção do aeroporto, estradas, escolas municipais. E em 1959, dar-se início da execução da praça Walnir Bottaro Daniel.

De acordo com Mioto (2011, p. 20) “é possível afirmar que até os primeiros anos do século XX a integração de Santa Catarina com a economia nacional e, especialmente com a paulista, era reduzida.” Salienta-se que nessa época o estado de Santa Catarina era fragmentado, as regiões eram autônomas ou seja, sem uma metrópole regional que centralizasse a sua rede urbana. Conforme Mioto (2011) a desintegração do estado fez com que as sub-regiões do Estado ligassem-se com outras partes do país sem que estivesse conectadas internamente.

Nesse contexto, o Extremo Oeste começa a desenvolver relações comerciais com o Estado de São Paulo. O comércio de suínos, cereais e alfafa era realizado em São Paulo através da troca por utensílios e suprimentos para as casas comerciais do Extremo Oeste Catarinense.

O Oeste Catarinense já realizava essas relações comerciais com São Paulo, logo, por influência dos municípios maiores como Chapecó e Videira, a região do Extremo Oeste também começa a negociar em São Paulo. Essas relações comerciais

---

<sup>32</sup> Fonte: IBGE disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=421720> Acesso 12 de julho de 2016.

baseadas na troca de animais para consumo na região paulista fez com que surgissem os primeiros frigoríficos na região do Oeste Catarinense, o primeiro, teve suas instalações no município de Videira, em 1940 (BAVARESCO et al. 2003).

Figura 8 - Divisão territorial de Santa Catarina da década de 1950



Fonte: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia<sup>33</sup>

Na região de Itapiranga a economia local se encontrava pouco integrada a nacional e regional. As práticas agrícolas necessitavam se aliar as novas tecnologias para se integrar ao novo mercado. (HAHN, 2005). A região de Mondai e Itapiranga tiveram como diferencial durante o período da colonização a vinda de vários imigrantes diretamente da Alemanha. Essa população vivia no meio urbano e eram detentores de ofícios e profissões não agrícolas, mas estavam desempregados no país de origem. Na fase inicial estes migrantes desenvolveram atividades ligadas a agricultura porém, os laços sociais mantidos com o país

33 Disponível no Arquivo Digital de Mapas Catarinenses através do site: <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/sc/sc000.html>, acesso em 30 de junho de 2016.

de origem propiciaram o acesso a recursos financeiros e técnicos que contribuíram para a realização de diversos investimentos.

Com o objetivo de mudar o quadro de Itapiranga na Região, a *Misereor*<sup>34</sup>, entidade alemã, demandou a elaboração de um Plano de Desenvolvimento<sup>35</sup> com análise de viabilidade para implantação de indústrias e serviços como requisito para continuar a beneficiar a região com verbas. De acordo com Hahn (2005, p. 58 – grifo do autor):

Assim, por iniciativa da *Misereor* e com o apoio da Prefeitura, Volksverein e da Caixa Rural, foi contratada, no início dos anos 1960, a empresa Agro e Hidrotécnica de São Paulo, especializada em planejamento estratégico, para fazer um minucioso levantamento sócio-econômico, com o objetivo de elaborar um plano de desenvolvimento para o município.

Entre 1961 e 1962, a empresa realizou levantamento de dados técnicos em Itapiranga, elaborando um plano de desenvolvimento econômico para a cidade, apresentando propostas de melhorias em todas as áreas de atuação. Todos os setores buscaram desenvolvimento, de modo geral todos queriam a melhoria das condições de vida e da comunidade local.

Como Itapiranga se encontrava isolada, uma das principais sugestões foi a melhoria da malha rodoviária com prioridade para os acessos aos municípios de Mondai e Chapecó. Na agropecuária a sugestão era melhorar os índices zootécnicos dos rebanhos, a sanidade e a genética dos plantéis, e a produtividade das principais culturas e criações. Para isso iniciaram em 1964 uma assistência técnica aos agricultores e econômica através da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC).

---

34 A *Misereor* é uma Organização Nacional Episcopal da Alemanha que na sua origem se ocupava de obras de caridade em favor de populações famintas de todo mundo. Atualmente, conforme Hahn (2005), também trabalha com organizações não governamentais em projetos destinados também a pequenos agricultores, e comunidades de periferias.

35 De acordo com Hahn (2005) o plano passou a ser propriedade da Caixa Rural de Itapiranga o qual coordenava o projeto. A *Misereor* custeou todas as despesas do ressecamento e da elaboração técnica. Ainda, auxiliou financeiramente para compra de animais e para melhorias nas propriedades dos pequenos agricultores.

No final da década de 1960, intensificou-se a modernização do campo contribuindo para o endividamento dos colonos. Destaca-se que alguns colonos já estavam endividados, pois necessitaram de empréstimo para a aquisição das terras no Extremo-Oeste, sendo que até então não haviam liquidado a dívida. Logo, a situação foi agravada com a necessidade de buscar novos empréstimos para compras de máquinas e insumos. (BAVARESCO et al., 2013)

Em Itapiranga através do plano de desenvolvimento, duas indústrias foram sugeridas. De acordo com Hahn (2005, p. 62):

[...] a primeira foi a instalação de um abatedouro de suínos com o objetivo de industrializar e agregar maior valor ao principal produto do município: o suíno. A outra indústria sugerida foi um laticínio, através da qual se poderia inserir um grande número de produtores com um menor custo.

Através da instalação dos complexos agroindustriais em Itapiranga, houve uma transformação no sistema de produção e o estímulo do crescimento econômico da região de Itapiranga.

Bavaresco et al. (2003) salienta que com o passar do tempo e com o aumento da demanda dos frigoríficos, o pequeno agricultor tinha que aumentar sua produção, sempre visando ao comércio, passando então, de agricultor para produtor. Surgiu assim, uma produção mais organizada e amparada pela agroindústria, a qual proporcionava para esses produtores uma assistência técnica, insumos, medicamentos e vacinas, oferecidos pela empresa que o produtor era integrado. Dessa maneira, o sistema de produção de suíno, continua até os dias de hoje.

De acordo com Welter (2006) é em 1970 que teve início a avicultura em escala industrial na região oeste de Santa Catarina, sendo constituídas pelas próprias empresas de suíno. A avicultura teve início em Concórdia, depois Chapecó até chegar a Itapiranga e São Miguel do Oeste. Em 1960 a Sadia começa a abater 90.000 aves, 70% do mercado nacional. E em 1973 abre a Sadia em Chapecó responsável pelo abate e industrialização de perus e frango. As empresas que seguiram no ramo de aves foram a Perdigão, o Grupo Chapecó, Ceval e a Coopercentral conhecidas atualmente.

Com o uso de fertilizantes e a modernização nas técnicas de produção, surgiram algumas multinacionais produtoras de sementes, defensivos e máquinas, que começaram a marcar presença no processo de modernização do campo na região, resultando em um Extremo Oeste, a partir, da década de 1960, marcado por multinacionais e empresas agroindustriais. O município que começou a se destacar nessa época foi São Miguel do Oeste pelo comércio e serviços.

A agroindústria para garantir a matéria prima criou o sistema de integração, ou seja, o produtor recebe da empresa insumos e assistência técnica para engorda de suínos e aves, em troca, o produtor deve vender à mesma empresa o animal pronto para abate. Na compra do animal são descontados os insumos adquiridos pelo produtor, assim, a empresa garante o produto que está adquirindo e a exclusividade de compra. Em 1970-1975 o sistema integrado representava 95% das negociações. (CEAG/SC, 1980, P. 74 *apud* BAVARESCO, 2003. p. 85).

Esse novo modo de produção sobrepôs o modo de produção autossuficiente adotado na colonização, o governo também ofereceu estímulo aos agricultores sob a forma de subsídios para o plantio de trigo e da soja. Portanto, além do milho para a produção integrada, ainda no modo de agricultura familiar, a produção casada entre trigo/soja foi ganhando forma. Porém como os lotes não passavam de 25 hectares e o relevo geográfico impedia a mecanização da lavoura, e a modernização do campo acabou encontrando barreiras na maior parte do Extremo Oeste.

Os municípios de Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul e Palma Sola foram exceção a esse processo devido ao terreno regular e a ausência de blocos de pedra na superfície, propiciando a mecanização da agricultura. São Miguel do Oeste por não poder mecanizar a área agrícola e por ser o núcleo central do Extremo Oeste catarinense acaba abrigando os empreendimentos na área de industrialização de soja/trigo/milho.

Em 1979 é criado o Porto Seco em Dionísio Cerqueira, oficializando a passagem internacional de comércio e turistas, reforçando a característica predominante do município desde sua colonização: o comércio com a Argentina. A ampliação do porto em 2003 com a instalação do Ponto de Fronteira Alfandegado, o único integrando Brasil e Argentina na época, fortaleceu o comércio exterior da cidade.



A produção dos suínos acabava por alargar as relações capitalistas do Extremo Oeste com o Meio Oeste, principal produtor na época, contribuindo para que Estado de Santa Catarina tornar-se o principal abastecedor dos frigoríficos instalados em São Paulo. Destaca-se nesse momento a importância de Chapecó para o Extremo Oeste, pois como veremos adiante haviam ali instaladas algumas sedes de agroindústrias as quais estreitaram relações com o principal município comercial do Extremo Oeste Catarinense, São Miguel do Oeste. Assim, aquelas relações tradicionais mantidas com os comerciantes locais, até mesmo a produção para a autossuficiência foi substituída por relações entre o capital industrial e bancário.

Com o passar do tempo, o ciclo da agroindústria no Extremo Oeste Catarinense, Bavaresco et al. (2003, p. 89):

[...] nos últimos anos passou e passa por um processo de concentração de empresas. Fruto das exigências do mercado mundial, estas empresas para se manter na concorrência, modernizam-se, voltando para qualidade na produção. Essa modernização também exigiu, além da expansão industrial, o fechamento de algumas unidades com baixo rendimento. Explica-se o fechamento de várias unidades no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e a redução na produção de grãos. A transferência para outros pólos, objetivando aproximação do mercado consumidor, foi outra medida adotada pelas empresas. Como as agroindústrias processadoras de carne suína e aves, também observa-se uma concentração das indústrias que processam o leite (BAVARESCO et al. 2003, p.89).

Em 1995, a base econômica da região ainda é a agricultura, com ênfase na base familiar. Conforme Veloso et al. (2005) aproximadamente, 75,19% dos estabelecimentos rurais possuíam entre 10 a 20 hectares, colaborando para que os pequenos agricultores pudessem concorrer em grande parte, com a geração dos produtos de base agropecuária.

Alguns municípios acabaram por se destacar como de caráter rural e outros com caráter urbano pelo desenvolvimento da agroindústria como meio econômico e o setor agropecuário, considerado importante para a ocupação da mão de obra regional. Já São Miguel do Oeste é o município com maior densidade e maior população urbana, destacando-se pela prestação de serviços, comércio e agroindústrias. Dionísio Cerqueira também se destaca pelo comércio e serviços. Como veremos adiante, Itapiranga e Mondaí se destacam pelo seu caráter rural e agroindustrial.

A atividade agroindustrial, tem papel de fundamental importância na estruturação das cidades (FUJITA, MAIA, ALBA, 2013) pois estas abrigam empresas articuladas à cadeia produtiva agroindustrial, incluindo diversos ramos: logística, metalomecânico, moveleiro, embalagens, câmaras frigoríficas, biotecnologia, equipamentos, entre outros.

O processo agroindustrial teve um profundo relacionamento com o desenvolvimento do Oeste Catarinense, respectivamente, nos municípios de Chapecó, Concórdia, Videira, Joaçaba, São Miguel do Oeste, desenvolvendo a economia da região. A agro industrialização, também fez surgir outras indústrias fornecedoras de máquinas, equipamentos e embalagens, transporte, assistência técnica, marketing, vendas, financeiros e outros (WELTER, 2006).

### **3.2.3 A fronteira**

A região do Extremo Oeste de Santa Catarina é marcada pela Fronteira entre o Brasil e a Argentina. Com um recorte espacial envolvendo a região do Extremo Oeste Catarinense, o Extremo Sudoeste do Paraná e o Nordeste da Província de Misiones na Argentina, essa região possui interações econômicas, culturais, sociais e simbólicas (FERRARI, 2011). A tríplice fronteira pode ser melhor observada na Figura 9.

De acordo com Ferrari (2011, p.27), o conceito para fronteira parte da “[...] invenção do homem representar, organizar, controlar ou dominar determinado espaço territorial”, ou seja, conhecer as fronteiras político-territorial entre Estados, as quais são consideradas como fronteiras geográficas, representando o processo de construção socioespacial humana. Em outros termos, a fronteira pode ser separada por elementos

geográficos como montanha, rios, abismos, florestas e outros, separando naturalmente o homem (LAROUSSE, 2009 apud FERRARI, 2011).

Figura 9 - Fronteira entre Brasil e Argentina



Fonte: Ferrari (2011, p. 17).

Comenta Ratzel (1990, p. 73 apud FERRARI, 2011, p. 46), “[...] que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente, porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a geografia política”.

Nesse sentido, pode-se dizer que a geografia das fronteiras, do final do século XIX a início do XX, se encontraria no quadro da geografia política, onde o estudo das fronteiras foi considerado o primeiro plano na geografia política (FERRARI, 2011).

Ancel (1938 apud FERRARI, 2011, p. 63), considera que a fronteira “[...] não é nada por ela mesma, a gente não pode visar a compreendê-la e a discuti-la senão em função de uma noção muito mais profunda”.

Como conceito para o princípio de nação, Machado (2005 apud FERRARI, 2011, p. 70), considerada como uma:

[...] necessidade de as comunidades modernas serem reconhecidas e terem algum conforto ante um mundo instável e indiferente, ou seja, compartilhar língua, cultura, tradições, história permite que pessoas reconheçam umas as outras, com vantagem adicional de facilitar a cooperação e a proteção.

Na visão de Machado (2000, p. 9 apud FERRARI, 2011) a fronteira exprime o limite do território por uma ação institucional de forma a controlar o território do Estado, através de um instrumento de separação entre políticas, considerando a fronteira como um lugar de comunicação e troca.

O território para Ferrari (2011) significa ter apropriação de um espaço, onde esse espaço é a circunferência da fronteira, de forma, a diferenciar grupos com cultura, língua diferente e com caráter social. Essas fronteiras têm como função um controle político, militar, fiscal e aduaneiro, possuindo também a função ideológica e simbólica, através de sentimentos de nacionalidade com os símbolos nacionais, como exemplo, a bandeira.

Raffestin (1974 apud FERRARI, 2011) considera a fronteira como um fenômeno social e não mais exclusivamente como espacial, dando assim, um novo impulso para os estudos

sobre fronteira, possibilitando, hoje, entender a fronteira como ideia de contato e ligação e não mais como separação ou corte.

Esse contato entre as fronteiras, conforme Gottmann (2007 apud FERRARI, 2011) ao invés de separar as características, essas se misturam ou se embaralham, ou seja, ganham a conotação de interpenetração entre as populações das fronteiras ou vizinhas, considerando a dimensão social e a cultural.

Para a atualidade, diante da rapidez em que ocorre a mudança na comunicação, no transporte, na mundialização econômica, a mobilidade das pessoas na escala global, alude a um espaço sem fronteiras. Nesse sentido, pode-se dizer que a humanidade está indo em direção a um mundo sem fronteiras políticas, econômica, sociais, religiosas e culturais (FERRARI, 2011).

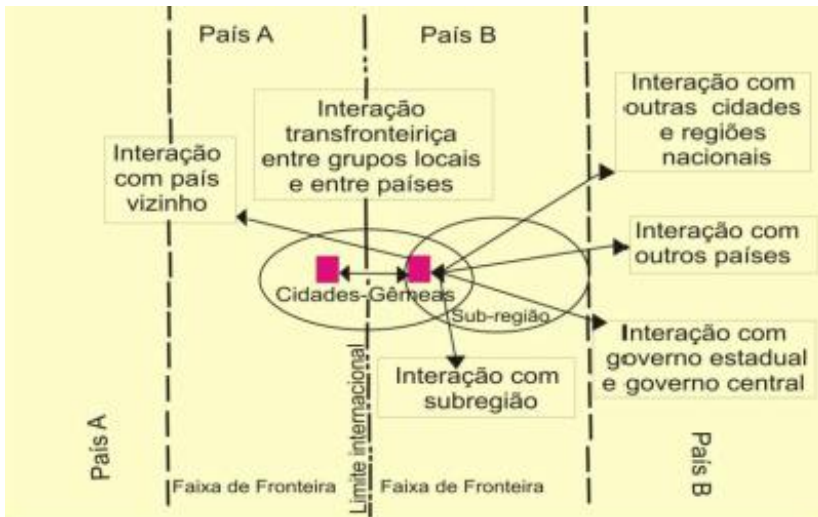
Estudar as fronteiras, na atualidade, é considerado um estudo interdisciplinar e se desenrola em direção as regiões fronteiriças, levando em conta, os dois lados da fronteira. Para a fronteira internacional, exemplo, o município de Dionísio Cerqueira e Argentina, que para Ferrari (2011) entende como sendo um espaço que se liga entre dois territórios distintos, cada qual com sua cultura.

As regiões de fronteiras, geralmente, enfrentam alguns problemas econômicos, pois não recebem investimentos para melhorar as políticas públicas, se tornando vulnerável para os fronteiriços que buscam maneiras para suprir suas necessidades. Um exemplo pode-se mencionar toda a faixa do Brasil que faz fronteira com países vizinhos e por não receberem ajuda financeira, essas áreas apresentam uma precariedade na saúde, na educação e em outros setores, o que resulta em um desequilíbrio social (FERRARI, 2011).

Diante desses problemas, Machado (2005 apud FERRARI, 2011) mostra que as áreas de fronteiras são consideradas marginalizadas, com fraco desenvolvimento econômico, social, cultural. Para Gallero (1998 apud FERRARI, 2011) essas áreas são espaços onde se desenvolvem o inter-relacionamento entre as comunidades que vivem de ambos os lados da fronteira, sendo uma combinação de elementos sociais, econômicos e culturais, tornando um espaço social dinâmico. A dinâmica da fronteira, pode ser visualizada melhor no Figura 10, que mostra a comunicação entre ambos os lados, passível de muitos encontros

e conflitos, pois são territórios com sistema e nacionalidade diferentes.

Figura 10 - Esquema da Fronteira e sua interação



Fonte: Machado (2005 apud FERRARI, 2011, p. 93).

O território de Palmas, com aproximadamente 30.621 km<sup>2</sup>, durante anos, foi motivo de disputa entre os dois países, as terras pertenciam ao Brasil, mas Argentina a todo custo, queria tomar essas terras para seu território. O Brasil dono do espaço e sem interesse de ceder as terras para a Argentina, criou o Tratado de Montevideu, em 1890, de maneira a negociar a demarcação do território em disputa, sendo esse, então, dividido pelo rio Chapecó à foz do rio Chopim. Mas, em fevereiro de 1895, através de análises de projetos realizados pelos dois países o Brasil ganhou a causa, sendo declarado que toda a terra de Palmas, localizado entre os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio pertenciam ao Brasil. Ficou assim, demarcada a fronteira entre os dois países, sendo somente em 1903, início do século XX, oficialmente demarcado a linha internacional dividindo os dois países (FERRARI, 2011). Mas, até os dias de hoje, esse é um assunto discutível pela Argentina.

Durante o litígio, se as terras de Palmas pertencessem ao lado Argentino, o Extremo Oeste Catarinense, hoje seria território

argentino, como pode ser observado na Figura 11 em tom de marrom.

Figura 11 - Área em litígio entre Paraná e Santa Catarina (1853-1917)



Fonte: Adaptado de Lazier (1986) por Ferrari (2011, p. 116)

A trílice fronteira durante o período de colonização espanhola e portuguesa, não era alvo de atenção para os colonizadores, sendo somente um ponto de passagem para a busca do ouro e índios para escravizá-los. Nesse período, o oeste catarinense ainda não era uma área produtiva, pois as condições naturais não eram favoráveis para nenhum cultivo exigido pelos

colonizadores. O início das atividades produtivas foi tardio, com marco inicial em 1839 (FERRARI, 2011).

Atualmente, a tríplice fronteira está localizada nas cidades de Barracão, no estado do Paraná, Dionísio Cerqueira, pertencendo ao Estado de Santa Catarina e Bernardo de Irigoyen, na Argentina (FERRARI, 2011).

Pode-se assim dizer, que as fronteiras são consideradas uma mescla de cultura, valores, formando uma identidade mista de ambos os lados da fronteira, onde cada lado tem sua própria cultura, costumes, política, mas essas quando em contato com a outra se misturam, criando uma cultura própria e peculiar.



## 4 A REDE URBANA BRASILEIRA

### 4.1 O REGIC 2008

A rede urbana brasileira vem sendo estudada desde 1966 pelo REGIC<sup>36</sup>, o qual iniciou sua base metodológica através da análise pela Teoria das Localidades Centrais. Ao longo do tempo essa teoria vem sendo criticada e aprofundada, e os pesquisadores do IBGE seguiram acompanhando o desenvolvimento da crítica e acabaram com um olhar mais autônomo sobre o entendimento da rede urbana brasileira (MIOTO, 2011).

A Teoria das Localidades Centrais visa classificar os centros urbanos conforme as principais funções urbanas e hierarquizar através dos fluxos de bens e serviços. De acordo com Oliveira (2011) no REGIC de 2007 (2008)<sup>37</sup> a função de gestão foi considerada como parâmetro definidor da hierarquia da rede urbana. Mioto (2011, p.81) afirma que: “Esses estudos podem, em alguma medida, refletir a organização do setor de serviços, já que categorizam a oferta dos mesmos em diferentes graus de complexidade nos municípios.”

O REGIC avaliou a gestão federal e empresarial, examinando o local de instalação de órgãos públicos de administração e justiça, bem como os centros de direção empresarial. De acordo com Oliveira (2011, p. 117) foram utilizados “[...] informações secundárias e registros administrativos, tanto de órgãos estatais quanto de empresas privadas, é possível avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica e identificar os núcleos de gestão do território, estabelecendo uma hierarquia de centros.”

Estudos complementares<sup>38</sup> também foram feitos a partir de dados secundários, estudos sobre diferentes equipamentos e

---

<sup>36</sup> Regiões de Influência das Cidades (REGIC)

<sup>37</sup> Esclarecesse aqui que o REGIC foi realizado em 2007 porém publicado em 2008. Para a referência bibliográfica utilizaremos o ano de publicação, 2008.

<sup>38</sup> “As categorias consideradas foram: i) comércio e serviços segundo níveis de diversidade; ii) instituições financeiras e oferta de serviços bancários, segundo abrangência e volume de saldos bancários; iii) ensino superior na graduação, segundo diversidade na oferta de cursos e alunos matriculados, e pós-graduação de acordo com oferta de cursos e nível de excelência; iv) serviços de saúde, segundo diversidade de especializações, nível de complexidade e volume de atendimentos; v) oferta de informações e serviços pela Internet, segundo os domínios de sites, a fim de detectar

serviços, como educação superior, serviços de saúde, atividade financeira e internet, buscando qualificar melhor a centralidade dos núcleos já identificados, além de incluir centros especializados possivelmente não selecionados. (OLIVEIRA, 2011). Foram então identificados os centros de gestão do território, classificados em cinco níveis pelo REGIC:

1) Metrôpoles: considerados os 12 principais centros urbanos do Brasil, que caracterizam-se pelo grande porte e pelos relacionamentos entre si, em geral, com grande área de influência. Subdivida em Grande metrópole nacional; Metrópole nacional; e Metrópole.

2) Capital regional: relaciona-se com o estrato superior da rede urbana, porém com capacidade de gestão inferior à da metrópole e com área de influência em âmbito regional. São 70 capitais regionais, subdivididas em Capital regional A, B ou C.

3) Centro sub-regional: com atividades de gestão menor complexidade, e área de atuação mais reduzida. Seus relacionamentos externos à sua própria rede dão-se, normalmente, apenas com as três metrópoles nacionais. Subdivida em Centro sub-regional A ou B, somando 169 centros.

4) Centro de zona: formado por cidades de porte menor e atuação restrita à sua área imediata, totalizam 556 centros que se subdividem em Centro de zona A ou B.

5) Centro local: demais cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, totalizando 4.473 centros locais.

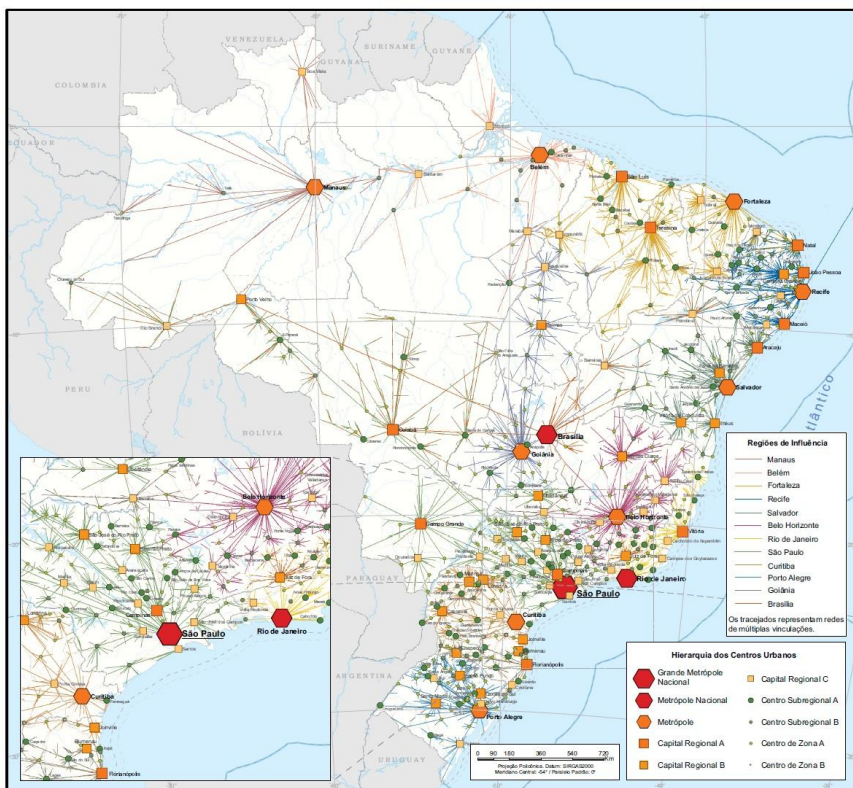
A rede urbana brasileira é caracterizada por 12 metrópoles que possuem relações de controle e comando sobre os centros de nível inferior, pois propagam decisões, determinam relações e investimentos e são portadoras de sedes de gestão governamental e empresarial, como pode ser visualizado na Figura 12.

---

centralidade quanto à provisão de cadeias de serviços especializados na área; vi) rede de televisão aberta e a hierarquia de sistemas de telecomunicação, também para detectar níveis de centralidade com relação à estruturação de cadeias de serviços e à existência de tecnologias especializadas na área; vii) conexões aéreas com base em avaliação de origem e destino, totalidade de voos, conexões, passageiros e cargas; viii) ligações entre localidades por transporte coletivo, segundo frequência, número de saídas e tempo médio de deslocamento; viii) deslocamentos por motivo de compras, lazer, saúde, cursos de graduação superiores e aeroportos; ix) edição de jornais; x) origem de insumos, e xi) destino de produtos agropecuários.” (FUJITA, MATIELLO, ALBA, 2009, p. 69)

São Paulo foi considerada pelo REGIC (2008) a Grande Metrópole Nacional, a qual comanda toda a rede urbana brasileira. Em contraponto ao se falar sobre a gestão hierárquica, considera-se Brasília, como o grande centro de coordenação do país, não por ser somente a capital federal, mas também por ser a sede da maioria das instituições públicas federais. De acordo com o IBGE (2008) as ligações primárias que se concentram em Brasília são dos 12 centros metropolitanos já mencionados. Destaca-se aqui as ligações secundárias e importantes entre Belém e Manaus; Fortaleza e Recife; Curitiba e Porto Alegre. Como pode ser visto na Figura

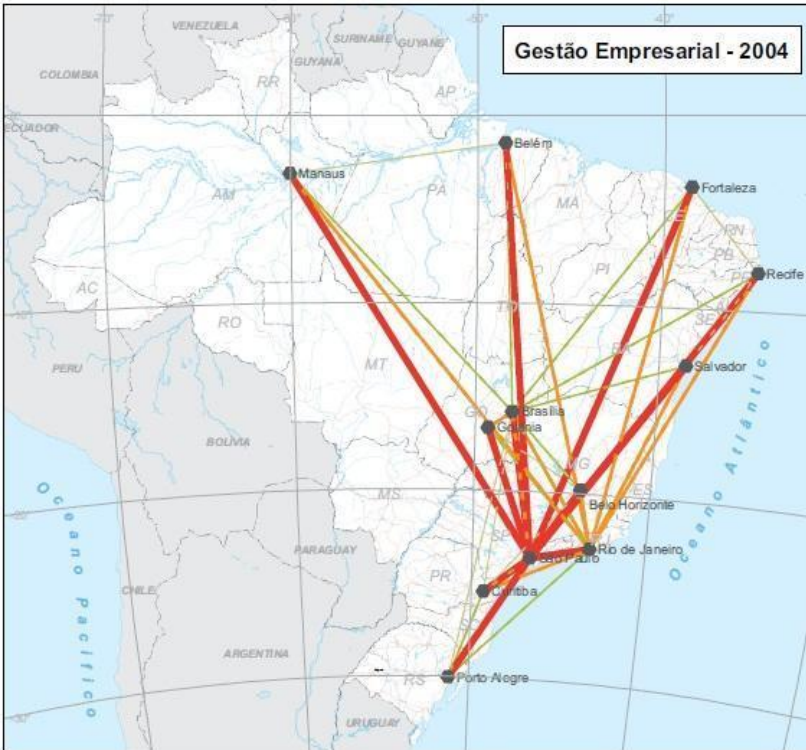
Figura 12 - Regiões de Influência das Cidades (2007/2008)



FONTE: IBGE (2008)

Para as conexões empresariais, é percebido que existe uma maior complexidade, porém, ainda há uma dominação hierárquica, cujas metrópoles detêm o foco. O município de São Paulo é o principal, concentrando o maior número de empresas, esse é o centro de comando, onde as principais ligações das metrópoles se unem. Em segundo, está o Rio de Janeiro, seguido por Brasília, em quarta ordem Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Recife (IBGE, 2008), como pode ser observado na Figura 13 abaixo.

Figura 13 - Ligações entre Metrôpoles - Gestão Empresarial em 2004



FONTE: (IBGE, 2008, p. 16)

Conforme Oliveira (2011) através da observação da distribuição de bens e serviços e o acesso da população, ficou

confirmada a estabilidade estrutural da rede urbana brasileira nos centros urbanos de nível superior. A autora destaca que apesar do REGIC avaliar as grandes linhas das regiões de influência a partir do setor administrativo público e da localização de sedes e filiais das empresas; fluxo de passageiros; deslocamentos entre hospitais; fluxos de migração, estas informações não são suficientes para garantir o nível de cobertura ou de generalidade desejáveis.

Uma vez que o padrão da rede é estabelecido pelo REGIC há a necessidade de entender os padrões de relacionamento, avaliando se os “[...] centros mantêm o padrão hierárquico característico das estruturas de localidades centrais ou tendem a fortalecer as ligações horizontais entre os centros do mesmo nível.” (OLIVEIRA, 2011, p. 117)

Como as grandes linhas das regiões de influência já estão estabilizadas, como podemos entender um extrato de uma Centro Sub Regional B, a qual pertence São Miguel? Diante desse questionamento iniciamos a análise da Rede Urbana do Extremo Oeste Catarinense a partir do estado de Santa Catarina e suas interpelações de caráter histórico com a região estuda.

#### 4.2 A REDE URBANA CATARINENSE

Considerado um estado peculiar por diversos autores (MIOTO, 2011; SIEBERT E SPENGLER, 2009), em 95.442 km<sup>2</sup> Santa Catarina apresenta um ordenamento territorial diferenciado dos outros estados brasileiros. Isso se deve ao acúmulo de capital local e regional que produziu bases particulares para a formação social regional do Sul do país, conforme Pimenta (2001), o sul em pouco mais de um século possui um denso espaço econômico.

Um forte grau de inovação, capacitação técnica e iniciativa na conquista dos grandes mercados consumidores nacionais foram características marcantes de uma industrialização que teve, na dinâmica dos capitais locais e na disponibilidade de uma força de trabalho imigrante qualificada, fatores fundamentais de sua permanente modernização. Apoiada nestes mecanismos e constituída por setores dinâmicos, sua industrialização conseguiu

controlar, a partir de bases regionais, parcelas significativas do mercado nacional e, mais recentemente, crescente presença no mercado internacional. (PIMENTA, 2001, p. 1)

Santa Catarina exhibe uma rede de cidades de porte médio policêntrica, ou seja, sem a macrocefalia urbana dos estados que são dominados por uma única metrópole. A estrutura produtiva do estado também é marcada pela regionalização, onde cada região possui seu setor econômico (SIEBERT E SPENGLER 2009).

Como já defendido anteriormente, é a partir da história que pode-se entender o ordenamento espacial, e ao pensar na rede urbana de Santa Catarina esse processo não seria diferente. É a partir do processo de colonização que as características da produção do espaço catarinense são gestados.

Santa Catarina já se difere de outros estados desde a colonização brasileira, conforme ressalta Mioto (2011) por não haver na região um produto para exportação que interessasse a Metrópole, a economia do estado não foi integrada a dinâmica de exploração da colônia, como é o caso do açúcar, borracha, mineração e o café.

A ocupação de Santa Catarina no século XVII, teve como objetivo a proteção do caminho que levava ao Rio do Prata. Surgem nesse período os primeiros núcleos urbanos: Florianópolis, São Francisco do Sul e Laguna. Nesses núcleos iniciou-se a migração açoriana a qual em sua maioria vivia da economia de subsistência e não permitia ampliação das relações comerciais aumentando o isolamento geográfico de Santa Catarina. (MIOTO, 2011)

Após o desenvolvimento do ciclo do gado brasileiro, Santa Catarina se tornou um ponto de passagem do Rio Grande a Sorocaba, conhecido como caminho do gado. Esse caminho propiciou o desenvolvimento de diversos núcleos de povoamento, em especial no Campos de Lages (MIOTO, 2011).

A imigração europeia ganha força na segunda metade do século XIX, consolidando importantes núcleos de povoação, os alemães firmaram-se no Vale do Itajaí e os Italianos no Sul do Estado.

No vale do Itajaí se destaca a cidade de Blumenau, onde após 1880 criou-se indústrias do ramo têxtil e também estabelecimentos menores como cervejarias. Joinville se expande em função da comercialização da madeira e erva mate. Na região Sul, as relações de integração se fortalecem com a descoberta das reservas carboníferas, por muito tempo fonte econômica principal da região.

O Oeste catarinense nesse momento não havia consolidado seu território, ainda estava sobre disputa entre Santa Catarina e o Paraná. Após a Guerra do Contestado, entre 1916 e 1916, o Oeste Catarinense começa a ser colonizado e sua ocupação é intensificada com a construção da estrada de ferro e a venda do território a empresas colonizadoras.

A rede urbana catarinense até 1930 era limitada, de acordo com Silva (1978 *apud* MIOTO, 2011), o Estado não havia desenvolvido nenhuma atividade econômica com demanda para exportação agroindustrial. Assim não se constituiu um excedente capitalizado em uma área do Estado, para que surgisse um núcleo centralizador da rede urbana. A economia do estado é marcada por uma agricultura auto suficiente camponesa diversificada e extrativista, e à medida que a região se especializa e produz mais, acaba se voltando para os polos nacionais diretamente, principalmente para suprir a falta de produção agrícola, como o nordeste e a região de São Paulo.

Cano (1998 *apud* MIOTO, 2011) salienta que a expansão agroindustrial catarinense teve como destino os mercados que possuíam agricultura insuficiente, como o nordeste brasileiro. A região do nordeste abrigava 40% da população total brasileira em 1920.

De acordo com Mioto (2011, p. 21):

[...] a partir de 1915 até a Grande Depressão, as exportações de Santa Catarina para o mercado nacional estavam ligadas também à diversificação econômica e à expansão urbana do Rio de Janeiro; à construção de ferrovias integrando a região Sul e Sudeste e ligando o interior do estado ao litoral; e à proximidade de Porto Alegre e Curitiba, duas capitais estaduais que até hoje apresentam papel importante na

polarização das relações entre os estados do Sul do Brasil.

Nesse momento Santa Catarina se caracterizava como um estado fragmentado, com zonas autônomas e sem uma metrópole regional que centralizasse sua rede urbana. Conforme já citado, neste momento destaca-se Porto Alegre e Curitiba que auxiliavam na polarização das regiões de Santa Catarina.

Vieira, Napoleão, Rocha (2013, p. 11) descrevem que a formação geográfica do estado catarinense pode ter influenciado na falta de uma metrópole estadual. A Serra do Mar (Geral no Brasil meridional) implicaria uma marca indelével na vida catarinense. Diferentemente dos estados do Paraná e São Paulo que o litoral é estreito, devido às restrições impostas pela Serra do Mar, no estado catarinense “[...] tal serra apresenta-se isolada no nordeste catarinense, em reduzido trecho, configurando-se a Serra Geral como elemento delimitador preponderante entre ‘a Região do Planalto’ e a ‘Região do Litoral e Encostas’”. Logo, a Serra do Mar e a Geral por serem distantes da linha da costa moldaram uma divisão espacial em duas grandes regiões distintas. Siebert (1996) complementa:

[...] a formação da rede urbana catarinense foi influenciada e condicionada por vários fatores: o relevo acidentado formando bacias hidrográficas isoladas; as decorrentes deficiências da rede de transportes; a formação étnica e cultural; e a localização da capital em uma ilha (SIEBERT, 1996, p. 29 apud SIEBERT e SPENGLER, 2009, p. 8).

Esse padrão fez com que o estado de Santa Catarina se diversificasse no quesito regional/setorial e ampliasse sua base produtiva. Apesar dessa dinâmica estar pautada na pequena produção, ela evoluiu para a média produção e em algumas vezes para um grande capital industrial que estava se formando. Esse momento é paralelo à ampliação do mercado interno e a concentração industrial de São Paulo.

É nesse momento sem precedentes que a diferenciação espacial e a ampliação da divisão do trabalho entre as regiões do país



se colocam como uma necessidade: a acumulação central exigia o alargamento de seu mercado e uma complementação de economia (MIOTO, 2011, p. 23).

Na década de 1930 ocorre uma forte expansão industrial no país, com São Paulo reforçando sua concentração industrial e outros estados expandindo suas indústrias. Santa Catarina promove nesse momento a pequena produção mercantil, sendo capaz de aumentar seu capital industrial. Os setores de madeira, carvão, alimentos e têxteis se expandem e surgem novas indústrias, como de cerâmica, papel e pasta mecânica, e metalomecânica. A acumulação até então agrária-extrativista-mercantil desdobra-se em capital industrial e agroindustrial.

No Oeste Catarinense a extração de madeira promoveu a aplicação do capital em outros setores principalmente ligados a atividades alimentares. Surgem moinhos e frigoríficos que absorveram a renda das atividades extrativistas. (GOULARTI FILHO, 2007, *apud* MIOTO, 2011).

Com o desenvolvimento agroindustrial e industrial das diversas regiões de Santa Catarina, a economia do estado se integra à economia nacional como região complementar a São Paulo. De acordo com Miotto (2011) outro aspecto que condiciona o padrão de (des)integração do estado é o sistema viário planejado em 1944 a partir do Plano Rodoviário Nacional, que apesar de idealizar uma ligação transversal entre Florianópolis e o Oeste (BR-282), dá mais atenção ao corredor Sudeste-SUL (BR-101). Vale salientar que os grupos dominantes da região não estavam interessados na integração do estado, mas sim em ligar as zonas produtivas aos seus mercados externos ou lugares de escoamento da produção.

No início da década de 1940, São Paulo se torna o maior receptor de produtos catarinense. Em 1950 a 1960, Santa Catarina tem como principal mercado de destino São Paulo e em consequência acaba por importar produtos cada vez mais desse estado. Em 1950 a taxa de importação por vias internas aumenta de 15% para 55%. (MIOTO, 2011, p. 31)

Historicamente nos anos de 1960<sup>39</sup> (SINGER, 1968 apud SIEBERT E SPENGLER, 2009), Santa Catarina era marcada por regiões independentes com pouca ou nenhuma comunicação entre si, com zonas economicamente autônomas, destacando-se a capital regional. Como confirma Vieira, Napoleão, Rocha (2013, p. 8)

[... Florianópolis, a capital de Santa Catarina, ao contrário das demais capitais brasileiras, não detinha força centralizadora capaz de polarizar a economia estadual, tão somente havendo no cenário catarinense centros regionais. Tal comportamento marcará a gênese e evolução da formação sócio espacial catarinense.

Na década de 1970 conforme Silva (1978 apud SIEBERT E SPENGLER, 2009), há a consolidação da estrutura da rede catarinense em zonas independentes, centralizadas por diversas cidades médias e sem um centro urbano hegemônico do estado. Mamigonian (1966 apud VIEIRA, NAPOLEÃO, ROCHA, 2013) reconheceu conforme Figura 14 os centros regionais maiores como Florianópolis, Joinville, Blumenau e Lages. Os centros regionais menores: Criciúma, Canoinhas, Porto União, Mafra, Joaçaba e no Oeste Catarinense Chapecó. Entre os Centros Sub-Regionais aparece em destaque São Miguel do Oeste.

Porém, conforme Peluso Júnior (1991 apud VIEIRA, NAPOLEÃO, ROCHA, 2013), em 1970 houve uma revolução de transporte rodoviário (execução de obras nas BR-101; BR- 282<sup>40</sup>; BR-470; BR-280; BR-15, entre outras), conjugado ao progresso das comunicações como o telefone, definiu um sentimento de identidade catarinense.

Nos anos de 1980 conforme Miotto (2011) o quadro da rede urbana catarinense sofre alterações. Destaca-se nesse momento a perda de influência do Rio Grande do Sul, sendo

---

39 Iniciamos aqui a trajetória da rede urbana de 1960 em diante, pois o objeto de estudo dessa dissertação é o Extremo-Oeste Catarinense, no período anterior à 1960 esse não apresentava relevância a rede.

40 Destaca-se aqui a importância da Associação Municipal AMEOSC para a realização dessa rodovia. Foi a partir da criação da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense e através da pressão política em Brasília que a rodovia se consolidou.

assumido pelo Paraná. A capital do Paraná, Curitiba, se integra com o estado Catarinense não apenas pela proximidade geográfica e a convergência dos setores produtivos (Nordeste e Oeste do estado), mas também pelo fato de ambos os estados serem beneficiados pela desconcentração produtiva regional.

Na década de 1980 havia diversos problemas da organização espacial catarinense, Siebert e Spengler (2009, p. 8) destacam:

a ausência de um sistema de planejamento regional integrado, a reduzida integração inter-regional, o crescimento das disparidades regionais em renda per capita, a insuficiência de ligações viárias no leste-oeste, o enfraquecimento das finanças públicas e a utilização predatória do meio ambiente.

Em 1990 em novo documento produzido pelo Estado - “Santa Catarina, estado onde investir” (SANTA CATARINA, 1990 apud SIEBERT e SPENGLER, 2009) - foi caracterizado a especialização funcional-produtiva do estado em sete eixos: alimentar, cerâmico, industrial, madeira, metalomecânico, mobiliário e têxtil.

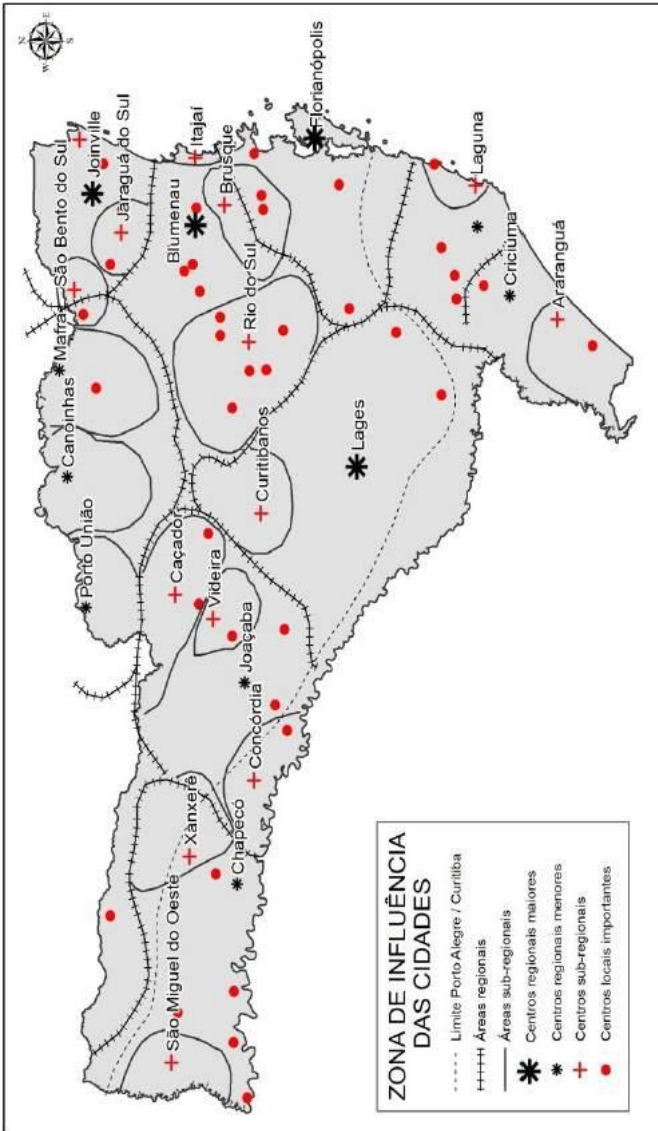
A indústria do estado se espalha em grandes agrupamentos setorialmente espacializados e organizados ao redor das cidades médias. Isso se reflete nas na distribuição populacional do estado, enquanto outras regiões a maior concentração populacional reside nas capitais, isso não ocorre em Florianópolis, capital do estado. Florianópolis<sup>41</sup> possui a equivalência de 6,74% da população de Santa Catarina. (IBGE, 2010)

Conforme Pimenta (2001) os cinco grandes agrupamentos são o agroindustrial, no oeste do estado; o têxtil e de confecções com núcleo o nordeste do estado; o terceiro grande bloco vem a ser as indústrias metalomecânicas, eletromecânicas e de eletrodomésticos, de materiais de transporte e plásticos localizados em Joinville e Jaraguá do Sul com presença menos significativa no Vale do Itajaí, oeste e sul do estado. No sul do estado destaca-se o grupo da cerâmica de revestimento; e por fim o polo moveleiro na região de São Bento do Sul e Rio Negro.

---

<sup>41</sup> De acordo com o IBGE (2010) a população de Florianópolis é de 421.240 habitantes enquanto do estado de Santa Catarina soma 6.248.436 habitantes.

Figura 14 - Zona de Influência das Cidades – 1966



Fonte: MAMIGONIAN (1996 apud VIEIRA, NAPOLEÃO, ROCHA, 2013, p.10)

### 4.3 O OESTE CATARINENSE E A RELAÇÃO AGROINDUSTRIAL

A região Oeste de Santa Catarina abriga o maior complexo de produção, abate e transformação de carne de aves e suína da América Latina. Foi na região do Oeste que grandes empresas tiveram origem como a Aurora, Chapecó, Sadia, Seara e Perdigão, nomes de grande conhecimento nacional.

Com economia ligada as atividades agrícolas e agroindustriais, e em apenas algumas décadas após a sua colonização construiu uma história que demarcou seu espaço no cenário nacional e internacional. Em conjunto com as agroindústrias outro favor marcante é agricultura de caráter familiar, onde o produtor é especializado em mercadorias que visam um mercado distante. A globalização do mercado levaram as mudanças rurais, e contribuíram para a abertura de uma nova discussão sobre o rural/urbano, e as redes. Conforme Lowe; Whatmore (1999, apud MIOR, 2010, p. 235):

“[...] os processos de mudança rural não devem ser vistas como determinados unicamente pela forças presentes na globalização do sistema alimentar, e seu estudo deve incluir os processos de reestruturação rural que envolvem as dinâmicas sociais e econômicas regionais.”

Os processos de reestruturação rural devem ser percebidos como dinâmicas econômicas agrícolas e não agrícolas dos territórios locais e regionais. De acordo com Mior (2010) a forma que ocorrem os relacionamentos sociais entre os agentes locais com locais, e estes com os não locais seria mais importante que pertencer ou não há um território. Nesse contexto Murdoch (2000) acredita que para entender essas relações o foco deve ser o nível intermediário das redes, ou seja, aquela que possui relação com a agricultura e outros setores socioeconômicos dos territórios rurais.

#### 4.3.1 As Agroindústrias do Oeste Catarinense

As primeiras agroindústrias surgiram na região do Vale do Rio do Peixe na década de 1940, o Frigorífico Saída e Frigorífico

Perdigão S/A Comércio e Indústria em Videira. De acordo com Saffnauer e Mendes (2005), foi em 1944 que a Sadia surgiu no município de Concórdia quando Atílio Fontana comprou e reativou o Frigorífico Concórdia. Em 1950 a empresa já havia se tornado um dos centros mais avançados do país na criação e industrialização de suínos. Na mesma época a indústria passava dificuldades para transporte dos produtos ao mercado nacional, por isso comprou caminhões isotérmicos e criou centros de depósitos de venda nas cidades de São Paulo, Bauru, Londrina, Campinas, Ribeirão Preto e Rio de Janeiro, além de investir no transporte aéreo em 1955.

Em 1960 a Sadia se expande e começa a atuar no mercado de avicultura, com um abate de 90.000 aves, número que correspondia a 70% do mercado nacional de consumo. Na década de 1970 a empresa começa a expandir suas empresas, adquirindo frigoríficos, moinhos e pontos comerciais no Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Em 1973 abre uma das suas principais sedes em Chapecó – SC<sup>42</sup> de abate e industrialização de perus e frango.

De acordo com Saffnauer e Mendes (2005, p. 13117):

Essa expansão da empresa nos anos 1960 foi favorecida pela política de agroindustrialização do campo através da criação, em 1965 do Sistema Nacional de Crédito Rural e do Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (FUNAGRI), e de fundos de financiamento às indústrias, como o programa de financiamentos às indústrias, como o programa de financiamento às pequenas e médias empresas (FIPEME), o Programa Agroindústria (PAGRI), o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), entre outros.

---

<sup>42</sup> Atualmente parte das diversas empresas que foram abertas em sua expansão foram vendidas ou desativadas, atualmente a Sadia trabalha com apenas 12 unidades produtoras, as quais receberam altos investimentos. A Sadia atua principalmente no abate de frangos, suínos e perus; e na fabricação de linguiças, salsichas, mortadelas, massas, além da fabricação de ração e incubatórios (SAFFNAUER E MENDES, 2005).

A política de agroindustrialização citada por Saffnauer e Mendes (2005), de acordo com Testa (1996 apud FUJITA, MATIELLO, ALBA, 2009) foi captada de forma diferencial pelas agentes agroindustriais. As agroindústrias privadas aproveitaram o capital para investirem na modernização de suas plantas e mesmo na construção de novas sedes nos ramos de suínos, aves e soja, como foi o caso da SADIA. Além da expansão das empresas existentes houve um estímulo nacional para a instalação de frigoríficos na região Oeste.

A partir de 1950 e das duas maiores agroindústrias da região Sadia e Perdigão crescerem na região, surgiram outras agroindústrias: S.A Indústria e Comércio Chapecó em Chapecó no ano de 1952. O Frigorífico Seara em Seara no ano de 1956. Indústria Reunidas Ouro S.A. no município de Ouro, em 1960. O Frigorífico Itapiranga, em Itapiranga (município de estudo do Extremo-Oeste Catarinense), em 1962. Indústria e Comércio – UNIFRICO em Salto Veloso no de 1963. A Cooperativa Central Oeste Catarinense, em Chapecó, e o Frigorífico São Carlos, em São Carlos. (FUJITA, MATIELLO, ALBA, 2009).

Destaca-se o fato que os frigoríficos foram abertos por comerciantes locais, ligados as atividades econômicas dos ciclos produtivos do Oeste Catarinense (já citados no capítulo 3), como complementa Fujita, Matiello e Alba (2009, p. 62):

Eram comerciantes que desenvolviam o comércio de excedentes agrícolas e gêneros de primeiras necessidades, estabelecendo uma rede entre produtores e os centros maiores do país, ou eram comerciantes ligados ao comércio extrativista, através da venda da erva-mate ou da madeira que era feito com o Brasil e também com a Argentina, ou ainda os colonizadores que enriqueceram vendendo as terras aos colonos do Rio Grande do Sul.

Foi a partir desse comércio que surgiram as agroindústrias que comandaram boa parte da economia regional, e que deram origem ao município de Chapecó como polo regional. Chapecó atualmente é marcada por atividades industriais, de comércio e serviços.

### 4.3.2 A Influência De Chapecó

O Oeste Catarinense é marcado como já visto, pela economia agroindustrial, tendo como principal polo Chapecó que de acordo com o REGIC (2008) é classificada como Capital Regional B. Maior cidade da região Oeste Catarinense, Chapecó possui 183.530 habitantes conforme o Censo de 2010, dos quais 91,60% vive na área urbana.

O crescimento de Chapecó se mostra evidenciado no cenário estadual e nacional. Conforme Fujita, Matiello, Alba (2009, p. 62), várias indústrias vem se instalando na região:

“De acordo com o Atlas do Mercado Brasileiro (2006) Chapecó foi considerada a quarta melhor cidade para se investir da região Sul e a décima terceira do Brasil.”

A formação do Oeste Catarinense e o desenvolvimento de Chapecó estão intimamente ligados, visto que na década de 1920 a área pertencente ao município abrangia por razões políticas e econômicas o que é hoje o Oeste Catarinense (Figura 15). Logo, ciclos econômicos do oeste (Pecuária, erva-mate, madeira, e agroindustrial) refletiram diretamente na cidade.

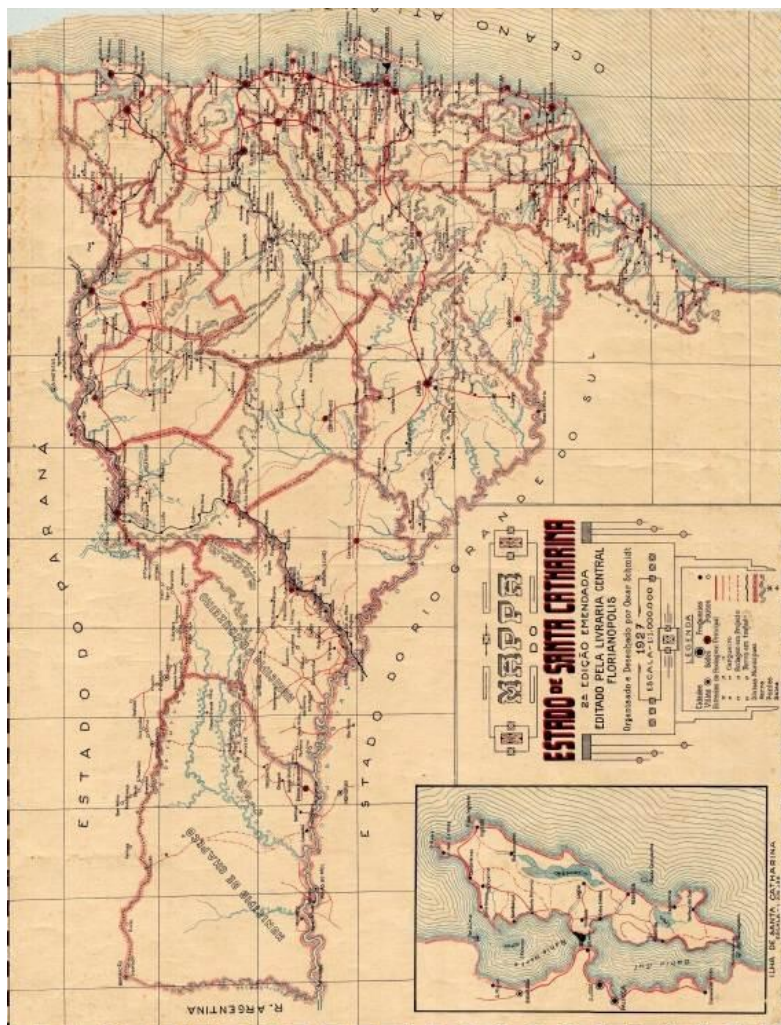
Município marcado pelo caráter industrial, desde 1937 o município de Chapecó, já possuía as maiores e mais diversificadas indústrias da região (Wagner 2005 apud FACCO, FUJITA E BERTO, 2014). Chapecó sofre grande influência das agroindústrias desde 1950, tanto na formação do seu espaço urbano como na polarização da região, é nessa década que a elite local mobiliza-se para instalar um frigorífico na cidade<sup>43</sup>, buscando ativar o fluxo migratório para o município e a economia regional.

---

43 Segundo Facco, Fujita e Berto (2014) na época Chapecó teve um grande linchamento, onde quatro pessoas foram linchadas e pesquisas apontam que eram inocentes, o linchamento teria acontecido por divergências políticas (As autoras não falam mais detalhes sobre o fato). Por causa desse linchamento a empresa Colonizadora e Industrial Ernesto Francisco Bertaso S.A não conseguiu vender por dois anos nenhum pedaço de terra na região. Buscando reativar a migração para região então a elite propõe o frigorífico.



Figura 15 - Divisão Territorial de Santa Catarina em 1927



Fonte: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia

As agroindústrias foram o motor básico da urbanização de Chapecó, fazendo com que o município assumisse o papel de polo regional e se tornasse referência para os municípios vizinhos. Em 1952, inaugura a Chapecó Alimentos, que se tornou

a maior indústria da região. Já na década de 1960, Chapecó ganha relevância comercial no Estado, pois diversas empresas sediadas na cidade possuíam relações comerciais com outras capitais do país e do exterior. Marco importante ocorre em 1963, com a instalação da Secretaria de Negócios do Oeste no município pelo Governo do Estado, essa secretária possibilitou o desenvolvimento de políticas públicas e a implantação de diversas obras. (FACCO, FUJITA E BERTO, 2014).

Em 1970 o município recebeu diversos incentivos governamentais federais e estaduais para a implantação de novas empresas. (FACCO, FUJITA E BERTO, 2014). Em 1973, destaca-se a instalação da Sadia S/A avícola na cidade, uma das maiores agroindústrias nacionais. Também nessa década implantou-se a primeira universidade da região.

Em 1974 foi inaugurada a BR 282, a mais extensa rodovia do Oeste Catarinense que faz a ligação entre o Oeste e o litoral, e com a rodovia BR-116 que corta o liga os estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul de Norte a Sul.

As agroindústrias, juntamente com o Estado, tiveram papel importante no desenvolvimento do município, devido à sua grandiosidade econômica e poder de influência sobre a organização da cidade. Rech (2008) afirma que o número de pessoas empregadas no setor alimentício aumentou de 1970 para 1980 mais de quatro vezes. (FACCO, FUJITA e BERTO, 2014, p. 198)

Em 1980 continuam as instalações das agroindústrias em Chapecó e a intensa migração das zonas rurais para o meio urbano, bem como, dos municípios menores do Oeste para o município de Chapecó. Fatos mais atrativos para migração, os empregos das agroindústrias atraíam as pessoas que buscavam uma vida melhor (FACCO, FUJITA e BERTO, 2014). Em conjunto com o desenvolvimento das agroindústrias começaram a surgir empresas fabricantes de máquinas frigoríficas, necessárias para o transporte de produto.

### 4.3.3 Chapecó: uma cidade média

As cidades de porte médio têm como vantagem aproveitar as aglomerações existentes dos polos maiores, ao mesmo tempo servem de base para a estrutura de apoio para a formação de uma rede urbana mais equilibrada. Segundo Adeodato (2010) as cidades médias possuem capacidade administrativa para uma gestão de serviços comuns aos que existem nas metrópoles, porém em escalas diferenciadas, e estes são compartilhados com os três níveis de governo: municipal, estadual e federal.

É importante ressaltar que conforme Sposito (2000) distingue-se a cidade de porte médio de cidade média, a primeira caracteriza-se pelo tamanho demográfico, já a segunda é relacionada ao papel desempenhado por esse nível de cidade em sua articulação na rede urbana, ou seja, na interurbana e ainda conforme a autora, no intraurbano.

É a partir desse raciocínio que se torna importante estudar as cidades pequenas e médias dentro da rede urbana, bem como suas definições, processos, papéis e urbanização. O papel da cidade média é o que desempenha a função de centro sub-regional, apresentando uma maneira de polarizar os centros menores e de articular relações de diversas ordens, principalmente, a relação com as metrópoles regionais, mesmo não compondo uma relação contínua, essa assume uma posição importante na hierarquia urbana entre cidades regionais e cidades locais, podendo ou não assumir importância regional.

Sposito (2004) salienta que há maior número de cidades de porte médio que cidades médias, isso talvez seja devido ao tamanho demográfico, mas não justifica sua posição como cidade média, visto que esta é ocupada por desempenhar funções regionais ou intermediárias. De acordo com Christaller (apud Sposito 2004) uma cidade é considerada média sobre dois aspectos, pela posição da cidade na rede urbana e pela sua posição geográfica, condição essa para saber se a cidade possui potencial para exercer uma função intermediária.

Conforme Sposito (2004) para definir uma cidade média deve-se considerar as seguintes preposições: a cidade não deve fazer parte de regiões megalopolitanas, metropolitanas e aglomerações comprometendo a intermediação, devido ao alto índice de integração e coesão da rede estruturada. A distância maior ou menor em relação às cidades de maior porte, para saber

como a cidade média assume o papel de maior centralidade em relação aos bens e serviços à sociedade. O papel intermediado de uma cidade deve-se às suas relações com centros urbanos maiores, menores, além das relações com os espaços rurais.

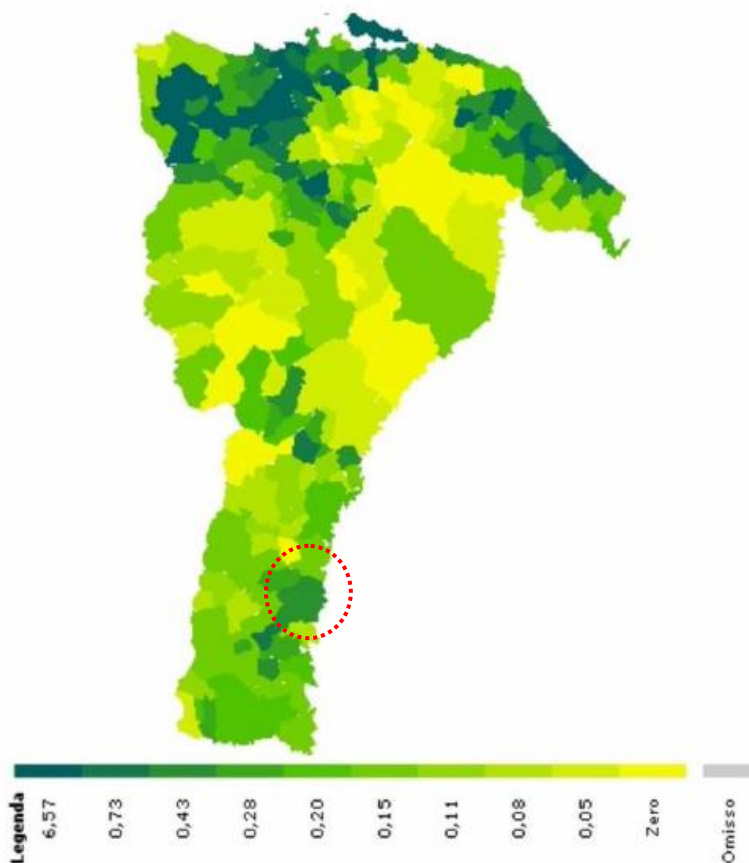
Para Santos e Silveira (2001), as cidades médias tem um papel de relação direta entre o meio rural e urbano, sendo especializadas nas necessidades da produção regional, é portanto, o suprimento próximo da informação requerida no meio agrícola, interpretes da técnica e do mundo. Observa-se assim o consumo consumptivo e o consumo produtivo, no primeiro refere-se ao consumo final das famílias (educação, saúde, lazer, os serviços que a cidade oferece) e das administrações, e o segundo se refere ao consumo das empresas e suas necessidades para produção de bens e serviços.

Assim, a cidade média não deve ser vista como uma posição intermediária entre metrópole e cidade pequena, é necessário entendê-la pela sua especificidade, e para isso, analisá-la perante o seu movimento de totalidade, de modo, a descobrir a sua influência e seu território. É divisão do trabalho e a rede urbana, que concede valores diversos às metrópoles, cidades regionais e locais. Além de considerar a divisão do trabalho na escala da rede urbana, deve-se analisar na escala local, pela porosidade do modelo e pela contiguidade do território.

Através do mapeamento do IPEA de 1995 (Figura 11) observa-se que a região de Chapecó é a que possui maior quantidade de estabelecimentos industriais da região Oeste de Santa Catarina. “[...]em 1995, no município de Chapecó havia 456 empresas industriais, 5.562 estabelecimentos comerciais e 7.519 empresas prestadoras de serviços.” (FACCO, FUJITA e BERTO, 2014, p. 205)

“Já no ano de 1998 estavam registradas no município 560 indústrias, 6.450 estabelecimentos comerciais e 8.856 empresas prestadoras de serviços, o que comprova que, apesar dos problemas econômicos e da crise nacional, em Chapecó, houve crescimento.” (FACCO, FUJITA e BERTO, 2014, p. 205)

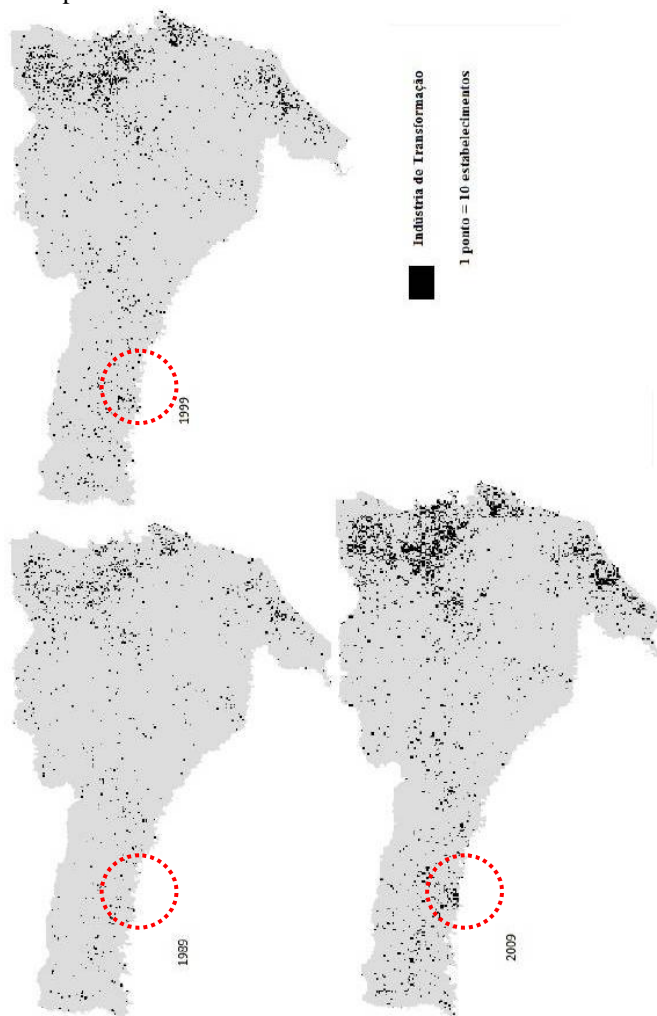
Figura 16 - Santa Catarina - Número total de estabelecimentos ou unidades locais – Indústria 1995 – em destaque Chapecó.



Fonte: IPEADATA (apud FUJITA, MATIELLO, ALBA, 2009), Adaptado pela autora

A evolução dos números de estabelecimentos da Indústria de Transformação, mostra o dinamismo das regiões do Estado, nesse ponto o Oeste Catarinense se destaca. Observa-se pela Figura 12, o aumento de números de estabelecimentos durante de 1989 a 2009, tendo como destaque o entorno de Chapecó.

Figura 17 - Número de estabelecimentos da Indústria de Transformação em Santa Catarina (1989, 1999 e 2009) – em destaque Chapecó.



Fonte: Mioto (2011, p. 98), adaptado pela autora

O desenvolvimento industrial refletiu diretamente na economia do município e no estado de Santa Catarina. De acordo com Fujita, Matiello, Alba (2009) o município ocupa o quarto

lugar no estado de Santa Catarina em 2008, entre as cidades onde a indústria tem maior participação do PIB.

De acordo com Facco, Fujita e Berto (2014) a cidade possui mais de 130 indústrias de grande porte dentre elas 12 são exportadoras e 2 estão entre as maiores indústrias brasileiras, Sadia na 63ª posição e a Cooperalfa em 511ª.

“Chapecó influencia fortemente a região oeste, destacando-se também nas atividades de comércio e na oferta de equipamentos e serviços.” (FACCO, FUJITA e BERTO, 2014, p. 188) De acordo com Pimenta (2012, p. 288) a indústria frigorífica do Oeste Catarinense concentrou-se em Chapecó, em função das vantagens de localização e infraestrutura que o lugar oferecia, já que a cidade foi ponto de irradiação de ocupação da região.

[...] esta concentração foi conferindo a Chapecó um papel cada vez mais centralizador da região Oeste do Estado.” Em 2012, a cidade contava com o Frigorífico Chapecó, a Sadia Avícola S.A., e o Frigorífico da Cooperativa Central Oeste Catarinense. É a partir de Chapecó que distribuem-se para áreas vizinhas atividades e unidades frigoríficas. (PIMENTA, 2012, p. 288)

Em conjunto com o desenvolvimento da Agroindústria Chapecó vem desenvolvendo a prestação de serviços, comércio e empresas. De acordo com o IBGE (1997/2002)<sup>44</sup> Chapecó teve uma variação relativa de 52,50% de aumento nas unidades locais de empresas. No estado de Santa Catarina foi a que apresentou terceiro maior variação, estando atrás somente de Balneário Camboriú e Florianópolis.

---

<sup>44</sup> IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 1997/2002

**Tabela 1 - Número de unidades locais e variação relativa nos municípios com as maiores taxas de crescimento em Santa Catarina - 1997/2002**

<b>Município</b>	<b>1997</b>	<b>2002</b>	<b>Variação relativa (%)</b>
<b>Balneário Camboriú</b>	4 179	6 543	56,60
<b>Florianópolis</b>	13 589	20 764	52,80
<b>Chapecó</b>	5 467	8 336	52,50
<b>Joinville</b>	14 186	19 656	38,60
<b>Blumenau</b>	12 542	17 213	37,20

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 1997/2002- Elaborado pela autora.

O crescimento industrial de Chapecó levou ao aumento do número de estabelecimentos comerciais e de serviços e assim a um maior dinamismo econômico, conforme a Tabela 2. Outro fator importante foi a concentração de instituições de ensino superior e técnico que se instalaram na cidade desde 1970 e 1980, o que aumentam o dinamismo da cidade e influência da mesma. (OLIVEIRA FILHO; GUILARDI; SCHLICKMANN, 2014)

**Tabela 2 - Evolução dos estabelecimentos do município de Chapecó/SC do ano de 1985 a 2010**

<b>Setores/Anos</b>	<b>1985</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Indústria</b>	137	220	450	771
<b>Construção Civil</b>	11	64	199	504
<b>Comércio</b>	360	570	1414	2769
<b>Serviços</b>	467	603	1447	2282
<b>Agropecuária</b>	15	24	141	211
<b>Outros</b>	8	226	0	0
<b>Total</b>	998	1707	3651	6537

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais/Cadastro de Empregados e Desempregados (RAIS/CAGED), 2011 – Elaborado pela autora



O comércio de Chapecó possui 2.347 estabelecimentos comerciais varejistas, o que representa aproximadamente 47% do total do comércio varejista total da região; “[...] esses estabelecimentos, por meio das suas forças centralizadoras têm a capacidade de atrair quantidades expressivas de consumidores extramunicipais.” (OLIVEIRA FILHO; GUILARDI; SCHLICKMANN, 2014, p. 24).

Como podemos ver na Tabela 3 o número de estabelecimentos de Chapecó é quatro vezes maior do que o município de São Miguel do Oeste. Esses estabelecimentos acabam por atrair quantidades expressivas de consumidores extramunicipais.

Tabela 3 - Estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços por município no ano de 2010

Município	Com. Varej	Com. Atacad.	Inst. Finac.	Med. Odon. Vet.	Ensino	Adm. pública.
<b>Chapecó</b>	2347	422	78	338	89	6
<b>Concórdia</b>	820	62	25	107	41	7
<b>Xanxerê</b>	667	81	21	91	29	3
<b>São Miguel do Oeste</b>	556	60	21	98	25	5
<b>Xaxim</b>	319	33	7	33	11	2

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais/Cadastro de Empregados e Desempregados (RAIS/CAGED), 2011. – Adaptado pela autora

A presença de grandes lojas e estruturas financeiras em Chapecó, proporciona um patamar superior as outras cidades da região. Através da leitura da hierarquia da rede urbana do sul do país, percebemos que como já mencionado Chapecó corresponde a Capital Regional B, o que refere a localidades no Centro-Sul com média de 435 mil habitantes e 487 relacionamentos. A cidade de Chapecó possuía 183.530 habitantes no Censo (2010) e a estimativa atual conforme IBGE é de 209.553 habitantes, ou seja, um número abaixo do estimado para Capital Regional Nível B.

De acordo com Oliveira Filho; Guilardi; Schlickmann (2014, p. 24) o município de Chapecó se tornou uma centralidade regional devido ao desenvolvimento econômico proporcionado pela produção mercantil da produção agrícola.

Chapecó faz parte da Rede de Influência de Curitiba ocupando o mesmo grau de hierarquia de Cascavel, Londrina, Maringá, Blumenau e Joinville. E da Rede de Influência de Porto Alegre juntamente com Passo Fundo e Santa Maria. Assim como Florianópolis (Capital Regional A) que se liga a essas duas Redes de Influência.

O REGIC (2008) destaca influência de Chapecó sobre os centros sub-regionais de Concórdia, São Miguel do Oeste e Xanxerê, além de extrapolar para alguns municípios do Rio Grande do Sul e Paraná. Essas cidades catarinenses constituem os micropolos da região Oeste Catarinense. Destaca-se a Cidade de São Miguel do Oeste, micropolo da região estudada o Extremo Oeste Catarinense. (Figura 18).

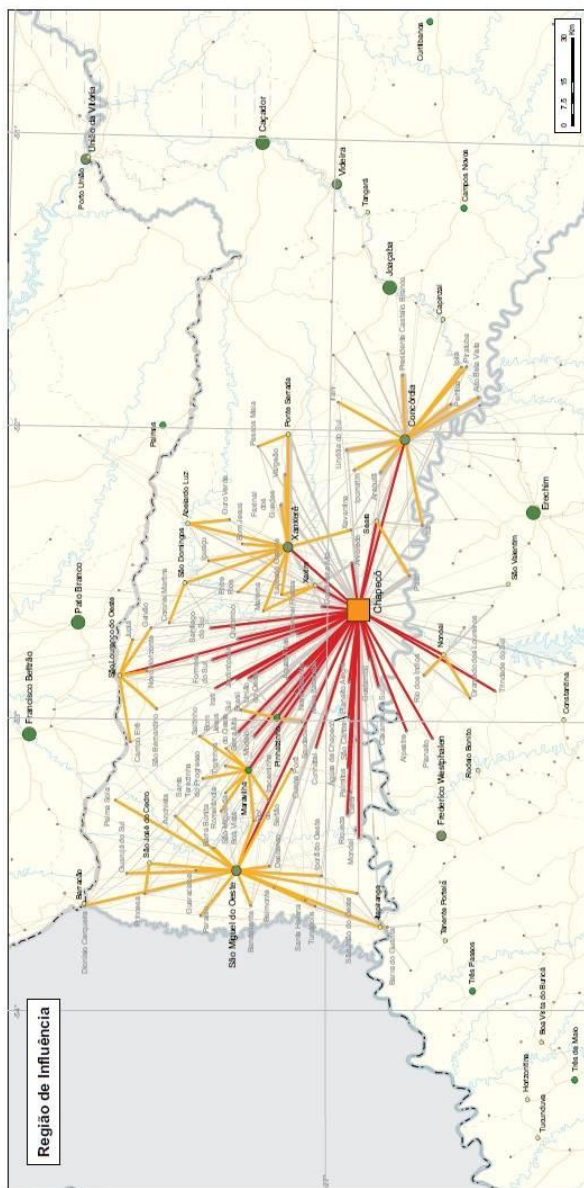
Como percebe-se pela Figura 18, a cidade de Chapecó é a mais influente de do Oeste Catarinense. De acordo com Fujita, Matiello, Alba (2009)

De acordo com a Figura 19, pode-se observar que as relações empresarias da capital regional Chapecó possuem maior intensidade com São Paulo (SP) seguido por Xanxerê, Florianópolis, Concórdia, Xaxim, Curitiba (PR), Joaçaba, Blumenau, São Miguel do Oeste e Porto Alegre (RS).

Como podemos perceber São Miguel do Oeste está em nono lugar na intensidade de relacionamento empresarial de Chapecó, isso se deve pelas empresas que possuem filiais na cidade, além das relações de dependências com empresas de maior porte.

São Miguel do Oeste conforme o REGIC é a Capital Sub Regional B do Extremo Oeste Catarinense, sendo articuladas por Chapecó, Florianópolis e fazendo parte das regiões metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba. A região é fruto da dispersão espacial de pequenos centros urbanos, contrariando o processo de metropolização e atualmente são de grande importância para a dinâmica dos sistemas urbanos brasileiros. Podemos observar melhor as relações do Extremo Oeste Catarinense pela Figura 20.

Figura 18 - Região de Influência de Chapecó



Fonte: REGIC (2008)

Figura 19 - Intensidade de relacionamento empresarial Chapecó - 2004

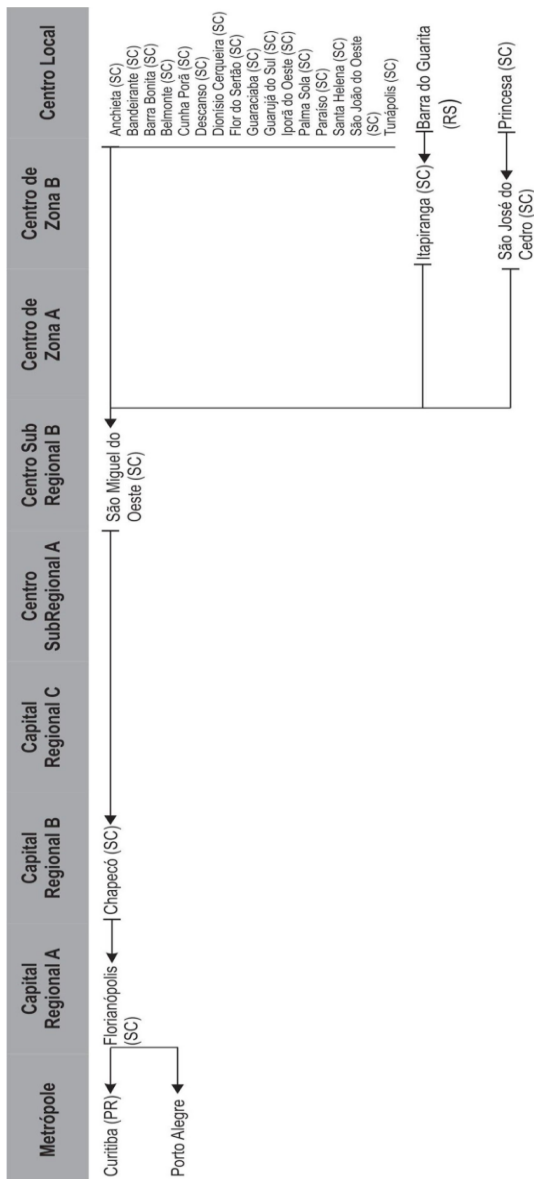
Chapecó - 2B  
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	46
2	Xanxerê (SC)	32
3	Florianópolis (SC)	30
4	Concórdia (SC)	24
5	Xaxim (SC)	23
6	Curitiba (PR)	23
7	Joaçaba (SC)	22
8	Blumenau (SC)	22
9	São Miguel do Oeste (SC)	21
10	Porto Alegre (RS)	19
11	Joinville (SC)	19
12	Lages (SC)	19
13	Passo Fundo (RS)	16
14	Erechim (RS)	16
15	Pato Branco (PR)	15
16	Brasília (DF)	15
17	Guatambú (SC)	14
18	Coronel Freitas (SC)	12
19	Quilombo (SC)	12
20	Pinhalzinho (SC)	12

FONTE: IBGE (2008)

São Miguel do Oeste polariza as sub-regionais C, com os municípios de Itapiranga, São José do Cedro e os demais municípios que fazem parte do Extremo Oeste Catarinense. De acordo com o REGIC (2008) 18 cidades do Extremo Oeste são polarizadas por São Miguel do Oeste, excluindo Mondaí que tem influência diretamente com Chapecó. Mondaí é caracterizada como como centro urbano.

Figura 20 - - Região de Influência em relação a São Miguel do Oeste - REGIC 2008



Fonte: Fonte de dados IBGE (2008). Elaborado pela autora.

O município de São Miguel do Oeste, também é influência para as cidades de Cunha Porã, Flor do Sertão e pela cidade de Itapiranga, fazer parte do Centro de Zona B, essa influência a Barra do Guarita no RS e São José do Cedro, por também pertencer ao Centro de Zona B, influencia Princesa, observado na Figura 20.

Buscaremos agora elucidar a Rede Urbana do Extremo Oeste Catarinense através de uma breve análise perante suas massas, fluxos e tempos.

## 5 O EXTREMO OESTE CATARINENSE

*Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização.*

*Francisco José Oliveira Vianna, 1966.*

O presente capítulo busca uma contribuição para o entendimento do processo da criação e transformação da rede e a diferenciação entre as cidades. Não buscamos aqui uma teoria elaborada, mas sim um referencial para entender a rede urbana do Extremo Oeste catarinense na sua configuração atual.

O primeiro entendimento sobre a rede urbana do Extremo Oeste tem seu foco histórico, a partir da formação do Extremo Oeste Catarinense, encontramos quatro cidades principais na colonização: Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Mondaí e São Miguel do Oeste. Foi através do núcleo de Porto Feliz (mais tarde Itapiranga), que temos a entrada dos imigrantes para as terras a serem colonizadas.

Conforme citado anteriormente Santos (2012), caracteriza as redes em três estruturas, massas, fluxos e tempos. Nas massas considera-se a densidade; distribuição populacional; localização de consumo e equipamentos de transportes. Nos fluxos são considerados os fluxos demográficos, das produções agrícolas e manufaturadas, monetárias, informativos e de ordens. O último o tempo, tem relação aos diferentes espaços que compõe o tempo.

Analisar os processos os processos de transformação da rede urbana articulados à dinâmica populacional, poderão aliados aos fatores históricos (já apresentados) demonstrar a evolução e a especialização das cidades do Extremo Oeste Catarinense.

Os núcleos urbanos derivaram das necessidades da população rural, com os elementos da infraestrutura necessárias para sobrevivência da região. O rural sempre esteve presente nas relações do Extremo Oeste Catarinense, ao analisar o Quadro 1, percebe-se que a População Rural da Região totaliza 71,08% da população total em 1980.

Quadro 1 - População rural e urbana no Extremo Oeste

	1980	1991	2000	2010
Rural	71,08%	63,51%	50,87%	40,96%
Urbana	28,92%	36,49%	49,13%	59,04%

Fonte: A autora, base de dados IBGE (1980; 1991; 2000; 2010).

Na década de 1980, especificamente 1982 a Aurora Alimentos<sup>45</sup> adquire o Frigorífico Peperi de São Miguel do Oeste, responsável pela industrialização de suínos. A Aurora mantém a marca Peperi afins de estratégia comercial, trazendo mais uma alternativa de consumo do grupo Aurora. Com o passar do tempo e o retorno do investimento, a Aurora decide adequar o frigorífico de São Miguel do Oeste ao mesmo padrão dos demais. Assim, São Miguel recebe altos investimentos na tecnologia de produção e em controle de qualidade.

Juntamente com a expansão Agroindustrial de São Miguel do Oeste, há o aumento da população urbana. Em 1991, a população urbana que em 1980 era de 29,92% passa a 36,49%. A ocupação urbana ocorreu devido à diminuição da necessidade de mão de obra para a produção agrária, a crescente modernização da agricultura e a industrialização. Isso fez com que a população que se encontrava no meio rural, passasse a buscar uma integralização com o meio urbano, através da oferta de bens e serviços. Com esse fenômeno, ocorreu um crescimento das cidades que tinham que absorver parte das forças de trabalho do espaço rural.

Com a fixação dos Frigoríficos na região, começam a nascer empreendimentos voltados para agroindústrias na cidade de São Miguel do Oeste. Em 1992, nasce em São Miguel do Oeste a Torfresma<sup>46</sup>, criada pelo ex-agricultor Claudimar Bortolin a partir da aquisição de um torno mecânico e o desenvolvimento de uma cadeira ergonômica para frigoríficos. Na década de 2000

45 Informações do livro comemorativo de 45 anos da Aurora. Disponível em: <http://www.auroraalimentos.com.br/sobre/livro-45-anos#undefined/13>

46 Informações através da reportagem exibida pelo programa Pequenas Empresas e Grandes Negócios no dia 25 de setembro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/videos/t/edicoes/v/ex-agricultor-monta-fabrica-de-equipamentos-frigorificos/5330655/>



a empresa possuía apenas oito colaboradores. Com a evolução agroindustrial e o desenvolvimento de produtos a empresa cresce e atualmente possui 290 funcionários, 9 mil metros quadrados de área construída, e possui 2 mil clientes. Entre o mercado de exportação estão nomes como: Emirados Árabes Unidos, Venezuela, Argentina, Sudão e Paraguai.

Conforme dados do IBGE (1980<sup>47</sup>) nos anos de 1980 a população rural da região era de 71,08%. Em contraponto, a população rural atual é de 40,96% (IBGE, 2010), isso representa um aumento de 195,58% da população urbana regional. Essa nova realidade trouxe redefinições de papéis, em alguns municípios concentrou-se um maior número funções e em outros funções foram perdidas. Isto ocasionou uma nova divisão técnica, social e territorial do trabalho, possibilitando uma rede urbana com população mais diversificada e complexa.

Através da Figura 21, percebe-se que em 2000 a cidade que mais se sobressaía pela população urbana era São Miguel do Oeste. São Miguel possui 84,74% da sua população caracterizada como urbana e apenas 15,26% como rural. O único município que se assemelha a esse índice é Dionísio Cerqueira com 60,42% da população urbana. São Miguel do Oeste como já mencionado se destaca devido a instalação de agroindústrias, recebendo os serviços e comércios. Dionísio Cerqueira por estar na região da Fronteira apresenta diversos órgãos do estado e também um setor comercial internacional.

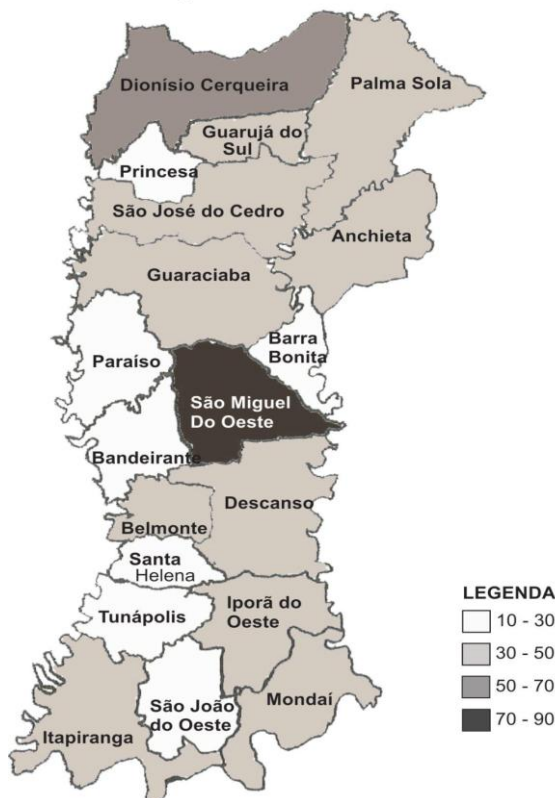
Percebe-se que a mobilidade da população em sair do espaço rural ao urbano, a partir, dos anos 80, foi considerável. Santos (2012) mostra que essa troca ocorreu diante da forte absorção demográfica que a cidade exercia sobre o meio a sua volta. Para tal fato, pode-se mencionar as pessoas empreendedoras, que de alguma maneira procuravam o meio urbano para empreender, principalmente, os jovens, que estavam em busca de melhores condições e perspectiva de vida. As mudanças significativas fizeram com que o número de municípios com uma população urbana fosse maior que a rural, sendo que em 2000, apenas dois municípios tinham uma população urbana maior do que a população rural, em 2010 esse número triplicou, totalizando seis municípios com sua população urbana maior que a rural, dos 19 municípios existentes na região

---

<sup>47</sup> Censo de 1980.

Extremo Oeste Catarinense. Percebe-se que apesar do crescimento industrial, terciário e de serviços, estes estão vinculados com a dominância econômica da produção rural. Esses dados podem ser melhor visualizado na Figura 22, tendo seus dados computados em percentagens.

Figura 21 - População urbana em 2000 – em %

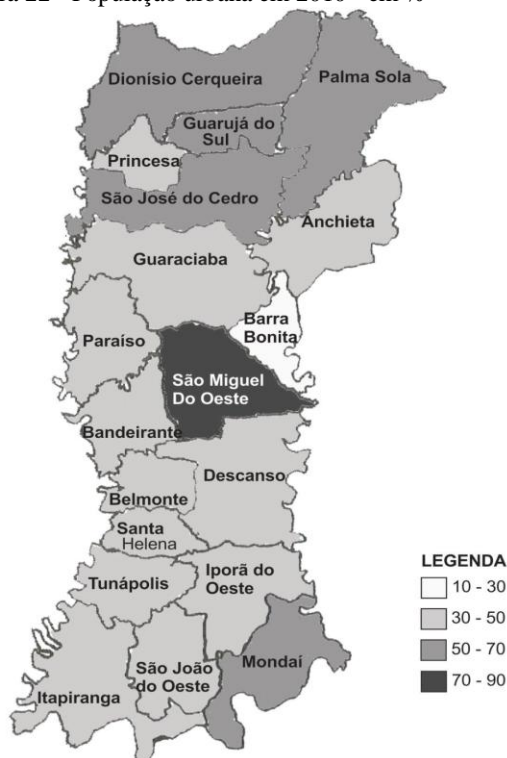


Fonte: Elaborado pela autora, base de dados: IBGE (2000).

Na Figura 22, pode-se observar que as cidades que possuem população urbana acima de 50% são as cidades de Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Mondai, Palma Sola, São José do Cedro. Entre as cidades que apresentam população urbana acima de 70%, está o município polo de São Miguel do Oeste, totalizando 88,32% de população como urbana.

Porém, em 2010, a população rural do Extremo Oeste Catarinense ainda possuía um percentual expressivo de 40,96%, conforme apresentado no Quadro 1. Barra Bonita por sua vez tem 85,16% de sua população rural. As cidades com predominância rural acabam sofrendo com o êxodo rural. Normalmente as pessoas tendem a se deslocar para as cidades mais urbanizadas próximas as quais muitas vezes não estão preparadas para receber essa população. Santos (2012) declara que se busca as cidades com as quais a cidade de origem tem maior vinculação econômica, ou dependência de serviços. No caso da Região Extremo Oeste e em base do aumento populacional representada na Figura 20, percebemos que as cidades de destino normalmente são Itapiranga, Iporã do Oeste e São Miguel do Oeste.

Figura 22 - População urbana em 2010 - em %



Fonte: Elaborado pela autora, base de dados: IBGE (2010).

O principal motivo, que leva as pessoas a saírem do meio rural para o urbano, está ligado à configuração fundiária, através das forças produtivas e às relações de produção do espaço rural. Observando a estrutura fundiária do Extremo Oeste Catarinense<sup>48</sup> (Tabela 4), constata-se que 98,08% dos estabelecimentos rurais conforme o Censo Agropecuário de 1995 e 1996 eram menores de 100 hectares, dos quais 35,85%, abaixo de 10 hectares, o que marca uma região formada por minifúndio e agricultura familiar. Ainda com 75,19% dos estabelecimentos rurais possuíam entre 10 a 20 hectares, favorecendo a ocupação da mão de obra regional no meio rural.

A região do Extremo Oeste de Santa Catarina mostra que uma das principais marcas tem origem no seu processo de colonização da década de 1950, ou seja, a forma que as empresas venderam as terras em pequenas propriedades. Apenas, dois municípios possuem um percentual acima de 2%, ou seja, estabelecimento com mais de 100 hectares, Palma Sola, com 2,46% e Belmonte, com 2,49%. Em contrapartida, observa-se, porém, um estrato superior a 2000 hectares na cidade de Palma Sola, fruto da sua colonização distribuída em quatro fazendas.

O fato da maioria dos estabelecimentos ser menor que 100 hectares pode ser um dos fatores que levam a saída da população do meio rural. A família não conseguiria dar sequência a divisão de terras para satisfazer filhos e netos, já que a divisão das áreas, seria economicamente inviável para plantação.

Diante dessa migração do rural para o urbano, as agroindústrias buscam investir nas regiões rurais. Dessa forma as indústrias podem aumentar a acumulação de lucros e também sobreviver, já que são ligadas ao capital rural. Um fator de grande importância é a transposição de tecnologias e ciência para as regiões rurais, o que visa reduzir em grande parte as diferenças entre a cidade e o campo e em consequência as migrações.

A busca pelo meio urbano se deve pelo que as cidades concentram, de acordo com Lefebvre (1999) não se restringe apenas a população, mas instrumentos de produção, capital, prazeres (simbolicamente instituídos), o Estado como mediação e seus mediadores, religiões, etc, que são distribuídos socialmente.

---

<sup>48</sup> No Censo Agropecuário de 1995/96, os municípios de Bandeirante, Barra Bonita e Princesa não haviam se emancipado, bem como se considera na região do Extremo Oeste o município de Riqueza-SC, que não faz parte do território analisado nesta dissertação.

Lugar de produção e consumo em maior intensidade, velocidade e complexidade.

Tabela 4 - Estabelecimento por grupo de área total 1995 – 1996

Cidade	Menos de 10 hec. em %	De 10 a menos de 100 hec. em %	De 100 a menos de 200 hec. em %	De 200 a menos de 500 hec. em %	De 500 a menos de 2000 hec. em %	Acima de 2000 hec.
<b>Anchieta</b>	32,10%	67,04%	0,60%	0,26%	0,00%	0,00%
<b>Belmonte</b>	32,43%	65,90%	1,25%	0,21%	0,21%	0,00%
<b>Descanso</b>	34,37%	64,59%	0,74%	0,30%	0,00%	0,00%
<b>Dionísio Cerqueira</b>	41,06%	56,75%	1,28%	0,60%	0,30%	0,00%
<b>Guaraciaba</b>	32,21%	67,05%	0,37%	0,31%	0,06%	0,00%
<b>Guarujá do Sul</b>	44,76%	54,44%	0,60%	0,00%	0,20%	0,00%
<b>Iporã do Oeste</b>	34,54%	65,18%	0,19%	0,09%	0,00%	0,00%
<b>Itapiranga</b>	33,54%	65,78%	0,21%	0,14%	0,00%	0,00%
<b>Mondaí</b>	42,05%	57,80%	0,15%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Palma Sola</b>	35,01%	61,41%	1,57%	1,12%	0,78%	0,11%
<b>Paraíso</b>	32,88%	65,76%	0,49%	0,74%	0,00%	0,00%
<b>Santa Helena</b>	36,72%	62,85%	0,43%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>São João do Oeste</b>	27,40%	72,41%	0,19%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>São José do Cedro<sup>2</sup></b>	35,96%	63,22%	0,58%	0,19%	0,00%	0,00%
<b>São Miguel do Oeste<sup>1</sup></b>	34,36%	64,46%	0,88%	0,29%	0,00%	0,00%
<b>Tunápolis</b>	34,84%	65,04%	0,13%	0,00%	0,00%	0,00%

<sup>1</sup> - Até 1995 os municípios de Bandeirante e Barra Bonita faziam parte território de São Miguel do Oeste, Bandeirante ganha independência em 19 de Março de 1995. Barra Bonita também conquistou sua emancipação político-administrativa no mesmo ano em 29 de dezembro de 1995.

<sup>2</sup> - Princesa pertencia a São José do Cedro na época se desmembrando dia 26 de setembro de 1995.

Fonte: Elaborado pela autora, dados do Censo Agropecuário de 1995 - 1996

Em contraposto o meio rural, é marcado em suas características mais gerais pela propriedade fundiária ligada as forças e relações produtivas específicas, indústria em fase artesanal, divisão do trabalho incipiente, dispersão populacional,

relação muito próxima dos indivíduos com o exterior, relações de vizinhança e identitárias nas vilas e distritos. Há também em outros recortes espaciais do meio rural uma relação mais próxima com a realidade urbana, com inovações tecnológicas, mecânicas e informacionais, trabalho assalariado, indústrias ditas modernas (SAQUET, 2010, p.159). Endlich (2010, p 12) se refere a essa realidade como muitos brasileiros passaram a chamar de Novo Rural, onde atualmente há um conjunto de atividades diferentes das tradicionais que são desenvolvidas no campo, novos produtos agropecuários, industriais, prestação de serviços e atividades de entretenimento.

Wanderley (2009) se refere ao Brasil como uma sociedade urbano-industrial, onde ocorre a “industrialização da agricultura” e “urbanização do campo”, onde o meio rural tende a se assimilar ao modo de vida urbano. Saquet (2010) salienta que essas relações de proximidade entre rural e urbano, estão cada vez mais multiterritoriais, com feiras coloniais e mercado do produtor rural nas sedes urbanas, e articulações partidárias no meio rural. Pode-se salientar também a utilização e dissiminação do uso da internet no meio rural, por exemplo, no Extremo-Oeste foi difundida com o programa beija-flor<sup>49</sup>.

O campo deixa de ser apenas vinculado ao trabalho na agricultura, pois agora as famílias não precisam empregar toda a mão-de-obra na própria terra, fazendo com que, conforme Abramovay (2000, *ipud* ENDLICH, 2010, P.17), cada vez menos habitantes do campo trabalham na agricultura, mas se vinculam também a atividades terciárias, logo o rural não pode ser vinculado a um setor econômico. Exemplo disso pode-se citar a cidade de Itapiranga no Extremo-Oeste Catarinense, em que o seu Valor Adicionado Bruto (VAP)<sup>50</sup> - tem como representativamente o setor industrial com 45,14%, no setor de serviços 31,12%, contra 11,58% do setor agropecuário, porém está cidade possui como maioria da população rural, com 58,98% dos seus 15.409 habitantes. É nesse contexto que se observa a necessidade de

---

49 O Programa Beija Flor tem como objetivo atuar nas comunidades rurais e pesqueiras de Santa Catarina através da instalação de telecentros, ou seja, u espaço na comunidade que possua computadores e acesso à internet. Informações obtidas no site oficial do programa: <http://www.sc.gov.br/agricultura-e-pesca/programa-beija-flor>

50 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais - Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria do Estado do Planejamento, Produto Interno Bruto dos Municípios.

compreender o mundo rural sobre outro contexto não mais sobre a civilização agrária, mas sim em uma sociedade urbana-industrial como acredita Wanderley (2009).

Devido à proximidade do meio rural em pequenos municípios, há a formação de uma interconexão entre os espaços rurais e urbanos e através da cidade é equacionado a distribuição da infraestrutura básica. Afinal, a instalação dos equipamentos públicos deve refletir o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, indiferente do local de moradia.

Ao proporcionar infra-estrutura e “amenidades modernas” ocorre a presença de residentes rurais não agricultores de origem urbana nas áreas rurais. Conforme Wanderley (2009), isso resulta da capacidade deste meio rural de oferecer condições confortáveis de vida, formando outra concepção das distinções entre os espaços rurais e urbanos.

Essas condições confortáveis de vida levam os residentes até então urbanos ocuparem o espaço rural mesmo trabalhando no núcleo urbano da cidade. Isso ocorre em países desenvolvidos, nos quais há uma valorização da vida do campo, incentivando o uso deste como moradia pelo intenso e fácil contato com a cidade. Percebemos a ocorrência dessa realidade nas cidades do Extremo Oeste Catarinense, em São Miguel do Oeste por exemplo diversas pessoas costumam comprar “Chácaras” residindo na zona rural e trabalhando no núcleo urbano.

Wanderley (2009) ressalta que essa vinculação com o “urbano” não pode ser vista como uma “crise do rural”, como se a cidade fosse um caminho sem volta ao campo. O acesso a bens e serviços, a empregos são relativos a demanda das famílias agrícolas. São os serviços e as facilidades encontradas e desenvolvidas nos centros urbanos que auxiliam e facilitam a permanência da família no campo.

Quando os moradores do meio rural migram para os núcleos urbanos, os mesmos mantem características da sua vivência rural, através do uso de hortas, pomares e jardins, de hábitos alimentares, entre outros. Esses moradores são motivados a migrar pela possibilidade de um emprego em estabelecimentos industriais, que tem se estabelecido nas cidades do Extremo Oeste Catarinense.

A evolução populacional (Figura 23) na região do Extremo Oeste Catarinense mostrou considerável aumento em quase todos os municípios, tendo como destaque o município de Itapiranga

com aumento de 17,22%. Apesar de Itapiranga ter sua maior parte da população rural, comprovando a teoria de um Novo Rural. As pessoas tendem a ficar na zona rural quando a mesma possui amenidades da vida moderna. Conforme destaca Hahn (2005) essa é uma busca das agroindústrias, buscar tecnologias para o campo afim de propiciar melhora na sua matéria prima e também a satisfação do agricultor.

Figura 23- Evolução Populacional 2000 a 2010 - em %



Fonte: Elaborado pela autora. Fonte de dados IBGE (2000; 2010).

Em seguida São Miguel do Oeste e Iporã do Oeste entre 11 e 15%. Em sequência temos Princesa e Guarujá do Sul entre 6 a 10%; e de Dionísio Cerqueira, São José do Cedro, Belmonte, São João do Oeste e Mondai com 0 a 5%.

Alguns municípios apresentaram queda populacional, entre eles o que apresentou maior diminuição populacional foi Paraíso



com -14,93%, em seguida Barra Bonita com -11,33% e Anchieta com -10,56%. Palma Sola, Bandeirante, Descanso e Santa Helena tiveram diminuição populacional entre -9 a -5%. Com menor queda temos os municípios de Guaraciaba e Tunápolis com -4 a 0%.

Em relação a população urbana e rural, Paraíso contava com 35,56% urbana em 2010; Barra Bonita apenas 14,86% população urbana; Anchieta possuía 40,53% da sua população urbana. Observa-se que a densidade demográfica das três cidades estava entre 20 hab/km<sup>2</sup> a 30hab/km<sup>2</sup>. Ao analisar a população economicamente ativa por setor econômico percebe-se que Anchieta, Barra Bonita e Paraíso possuem como atividade a agropecuária.

Figura 24 - População economicamente ativa Agrícola - 2010 em %.



Fonte: Elaborado pela autora, base de dados: IBGE (2010).

Os municípios que mais perderam população na região são economicamente relacionados ao setor rural e a produção agrícola, possuindo baixa ocupação populacional no setor industrial Anchieta 9,83%, Barra Bonita 2,14% e Paraíso 3,45%.

O município que ocupa maior número de pessoas em comércio e serviços é São Miguel do Oeste com 58,46%. Percebe-se que São Miguel do Oeste tem 14,48% da sua população ocupada pelo setor Industrial e apenas 12,83% pelo setor agropecuário.

Figura 25 - População economicamente ativa Comércio e Serviços - 2010 em %.



Fonte: Elaborado pela autora, base de dados: IBGE (2010).

Itapiranga em compensação tem maior equilíbrio 41,95% da sua população é ligada ao setor de comércio e serviços, 34,71% a agricultura e 18,89% a indústria, ressaltasse que a

agroindústria é o principal ramo industrial do município. Como pode-se ver pela figura 26, a diversos municípios que possuem entre 15 a 20% da população economicamente ativa no setor industrial. Destaca-se o município de Mondai que possui 19,70% da população, isso se deve a presença de indústria de laticínios e indústria de moveis na cidade. Como 38,78% da população de Mondai é considerada rural 34,80% da população são economicamente ativas agrícolas.

Figura 26 - População economicamente ativa Industrial - 2010 em %.



Fonte: Elaborado pela autora, base de dados: IBGE (2010).

O município de Princesa atual sede da Sollos Brasil (Empresa de móveis voltada ao mercado de luxo), possui apenas 21,74% da sua população como urbana. Em compensação 16,08% da população economicamente ativa é industrial, e outros

62,71% é agrícola. Como a cidade não tem grande gama de serviços e comércio acaba sendo polarizada pela cidade mais próxima, São José do Cedro.

Possível explicação para a redução populacional nos municípios poderia ser a migração intermunicipal. Os municípios que tiveram ascensão populacional como veremos adiante, tiveram aumento de serviços e comércios, propiciando novas oportunidades de emprego estimulando a migração. A migração ocorreu pela busca de melhores condições de vida, trabalho e educação. Não devemos esquecer a migração existente para municípios de maior parte como a Capital Regional do Oeste – Chapecó, ou a Capital do Estado Florianópolis.

## 5.1 OCUPAÇÃO URBANA RURAL: UMA DISCUSSÃO

No Extremo Oeste Catarinense, alguns municípios tiveram um gradativo aumento nas atividades industriais e na diversificação do comércio, o que impulsionou para uma consolidação de polos urbanos estreitamente ligados ao meio rural. Para entender melhor as relações que se estabelece entre os municípios, existe a necessidade de realizar uma revisão teórica sobre os conceitos de urbano e rural, e a sua interpolação com a rede urbana. Assim podemos observar melhor como essas relações se refletem na ocupação urbana do Extremo Oeste de Santa Catarina. Pois o que se entendia como ‘pessoas vivendo nos núcleos urbanos’ e o ‘estritamento entre as relações do meio urbano e do rural’, e em reflexo o ‘conceito de urbanização’, que conforme Santos (2005) sofrem mudanças.

A relação mantida entre o meio urbano e rural pode ser entendido através da visão de Shwartz (2006 apud Adeodato 2010); em primeiro momento o campo sustentou a indústria, após com a modernização houve um equilíbrio entre a força de trabalho da cidade e do campo. A urbanização então se encontra por toda parte, pois a economia e a sociedade são a extensão de todos os setores da vida nacional. Com isso, os problemas do campo se relacionam com os urbanos.

As relações entre o meio urbano e rural de acordo com Wanderley (2009) se inscrevem como espaços de complementaridade e interdependência, pois possuem modos particulares de utilização do espaço e da vida social. Saquet (2010, p.160), salienta que o que varia são os arranjos, as

intensidades, formas e conteúdos, as velocidades. Um só pode ser compreendido em sua relação com o outro, pois um está no outro, em uma relação de complementaridade.

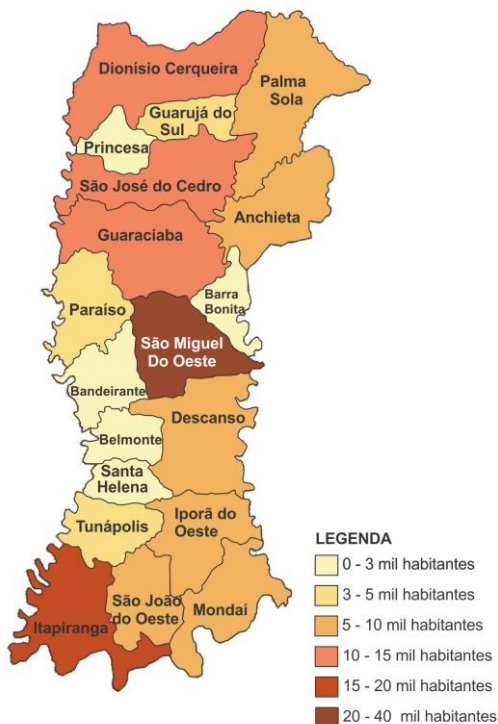
O conceito de urbano é construído por uma determinada dimensão populacional, gerada pelo número de habitantes e densidade demográfica, o que refletiria numa complexidade socioeconômica, ou seja, apta a aglomeração, o que não se restringe apenas a população mas também ao que Lefebvre (1999) entende por cidade, oferecendo oportunidades de empregos, acesso a bens e serviços, Para Wanderley (2009) o que definiria então uma área como urbana seria sua vocação para prestação de serviços, sua centralidade.

A cidade tem como função servir às áreas circundantes, como local central, onde a complexidade de funções de trocas e de serviços e produção, caracterizaria seu nível de urbano. Logo, a influência da cidade não depende somente da posição geográfica que ela ocupa, mas também pelo seu nível urbano.

Como vem se debatendo sobre o urbano e rural no Brasil, a maioria das cidades que possuem população inferior a 20 mil habitantes ou 50 mil habitantes não oferecem condições mínimas para assumir a vocação de centralidade, sendo atribuída somente como reconhecimento legal, enquanto espaços urbanos (WANDERLEY, 2009). Para Wanderley (2009) os critérios que são adotados ressaltam as funções administrativas que são atribuídas aos aglomerados, legalmente chamadas de urbano, sem verificar se estes possuem capacidade para assumir a posição de centralidade, o que acaba por reforçar a precariedade das zonas rurais circundantes, impedindo que muitas áreas urbanas também padeçam de limitações semelhantes.

Ao verificar essa realidade no Extremo-Oeste Catarinense observa-se que dos 19 municípios nenhum possui população acima de 50 mil habitantes (Figura 27). De acordo com alguns especialistas os municípios abaixo de 50 mil habitantes não poderiam assumir posição de urbanos, porém observa-se que o município Polo do Extremo Oeste Catarinense que conta com 36.306 habitantes é considerada pelo IBGE nos tentáculos de uma Rede Urbana como Centro Sub Regional B, mesmo patamar de outros municípios com mais de 100 mil habitantes. Levando assim ao questionamento já imposto por Lefebvre (2009) em que a população não deve determinar se o aglomerado é urbano ou não, mas sim seu conjunto de serviços.

Figura 27 - População Extremo Oeste Catarinense - 2010



**Fonte:** Elaborado pela autora, base de dados: IBGE (2010).

São Miguel do Oeste possui 88,31% da sua população caracterizada como urbana, e conforme o IBGE (2012) existem 2.061 empresas com unidades locais, ocupando 13.529 pessoas. Observa-se, porém que outra cidade da região, Barra Bonita, possui uma população de apenas 1.878 habitantes se enquadrando com “aglomerado urbano”, pois de acordo com IBGE (2010) possui 85,14% da sua população rural, oferecendo apenas 48 empresas atuantes, onde 149 pessoas possuem suas ocupações. De acordo com Wanderley esse município não deveria se enquadrar nessa categoria para atender as funcionalidades da centralidade, pois sofrem limitações em oferecer serviços as áreas

rurais circundantes, criando uma forte dependência com o município polo de São Miguel do Oeste.

Também de acordo com Wanderley (2009) esse municípios possuem autonomia para delimitar seus recortes físicos das zonas urbanas, tornando possível definir os próprios critérios jurídicos e políticos de distinção entre áreas urbanas e rurais e de classificação hierarquizada das mesmas. Com o Código Tributário Nacional (Lei nº5172, de 25 de outubro de 1966), os impostos municipais são arrecadados nas áreas urbanas e os federais nas áreas rurais. Sendo que, a lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana. Ressalta-se ainda, que para a área ser considerada urbana ela precisa comprovar a presença de equipamentos de infraestrutura e serviços, como os citados no artigo 32, parágrafo 1:

[...] pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II – abastecimento de água; III – sistemas de esgotos sanitários; IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado”. (Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966 - artigo 32, parágrafo 1º).

Isto acaba por gerar uma extensão exagerada das áreas urbanas e retração e desqualificação das áreas rurais, já que estes serviços são negados à condição rural. O meio rural corresponde então ao remanescente ainda não atingido pela cidade.

Wanderley (2009) adota para o espaço rural aquele com predominância dos espaços não construídos e pela condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade populacional, no qual prevalecem as relações de proximidade, realidade constatada na maioria dos municípios abaixo de 10 mil habitantes na região do Extremo Oeste, em que possuem uma dependência com o rural. As relações entre campo e cidade segundo Wanderley (2009), são uma via de mão dupla, onde, as assimetrias e descontinuidades se tratam de relações de complementaridade pelas quais as funções recíprocas se alimentam e são intercambiadas.

De acordo com INSEE (2003 *apud* Wanderley, 2009), os serviços necessários ao meio rural são considerados de proximidade, os intermediários, e os superiores. Os de proximidade atendem a vida cotidiana e se relacionam com a economia local, como transporte, pequeno comércio e vias de comunicação. Dentre os principais serviços intermediários os grandes comércios, bancos e serviços públicos em geral, que podem ser acessíveis a todos os habitantes. Os superiores seriam as universidades, espetáculos teatrais, exposições artísticas, raramente presente no meio rural.

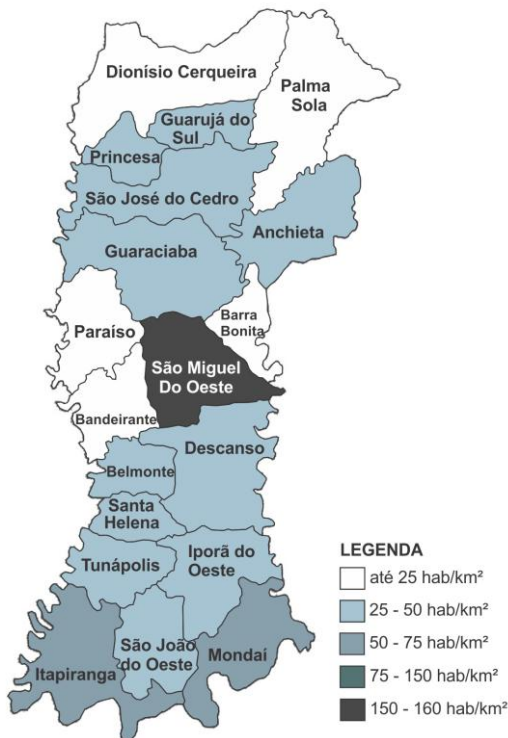
Os municípios de pequeno porte (abaixo de 10 mil habitantes) da região do Extremo Oeste Catarinense, possuem os serviços de proximidade, pequenos mercados, bancos, transporte, vias de comunicação, e em algumas indústrias locais, porém para o uso de serviços intermediários e alguns superiores (como universidade) recorrem a cidade de São Miguel do Oeste. A vocação da Centralidade se deve pela densidade que este município possui 155,12 hab/km<sup>2</sup>, sendo que o segundo município com maior densidade é Itapiranga com apenas 54,51 hab/km<sup>2</sup>, menos da metade da densidade de São Miguel do Oeste.

A maior parte da região apresenta densidade de 25 a 50 hab./Km<sup>2</sup>, totalizando 11 cidades, sendo elas: Anchieta, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Iporã do Oeste, Guarujá do Sul, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro e Tunápolis. Os municípios que apresentam menor densidade demográfica até 25 hab./Km<sup>2</sup> são: Bandeirante, Barra Bonita, Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Paraíso.

Os municípios de Itapiranga e Mondaiá apesar de contarem com grande parcela de sua população rural, possuem uma densidade de 75 a 150 hab/km<sup>2</sup>. Isso se deve as indústrias presentes nos municípios que acabaram por densificar sua área urbana. Wanderley (2009) exemplifica dizendo que a vocação da centralidade das sedes municipais será mais efetiva quando elas contiverem a maior densidade possível de serviços em seu território de influência, rurais e urbanos. Logo, independentemente de sua dimensão, um pequeno município pode vir a ser um espaço de gestão dos serviços de proximidade, possibilitando democracia a região.



Figura 28 - Densidade demográfica, 2010



Fonte de dados: Elaborado pela autora, base de dados: IBGE (2010).

Essas condições confortáveis de vida levam os residentes até então urbanos ocuparem o espaço rural mesmo trabalhando no núcleo urbano da cidade, isso ocorre em países desenvolvidos, nos quais há uma valorização da vida do campo, incentivando o uso deste como moradia pelo intenso e fácil contato com a cidade.

Esta migração urbano-rural, que vem gerando o que se considera um “renascimento rural” tem sido reforçada pelos acelerados avanços da comunicação virtual, que, de uma certa forma, “deslocaliza” os indivíduos, isto é, dissocia sua condição de morador de uma cidade dos benefícios que o mundo moderno oferece crescentemente a todos. (WANDERLEY, 2009).

Wanderley (2009) reafirma que o “rural” não se confunde com o agrícola, porém não se exige a importância da atividade agrícola para o meio rural. Isto decorre do processo de ocupação e uso do espaço, que são historicamente atrelados à produção agrícola e similares, sendo elementos presentes nas paisagens, porém percebe-se que existem outras atividades nele instalados.

A este respeito, cabe considerar, de modo especial, o acesso a bens que constituem os fundamentos indispensáveis para a própria permanência no campo, tais como a moradia e a eletricidade e, no caso dos agricultores, o acesso à terra e à água. (WANDERLEY, 2009).

## 5.2 DESLOCAMENTOS

Pela mobilidade e acessibilidade, que a escolha da vida no campo não significa mais a renúncia a bens e serviços, que antes eram identificados como urbanos. Silva (2002) declara que inegavelmente o Brasil é eminentemente urbano, pois se leva atualmente o modo de vida urbano no meio rural, não só em referência a qualidade de vida e meios de consumo, mas também da maneira de viver urbana, sem a dedicação exclusiva as atividades relacionadas com a agricultura, refletindo nas construções sobre a paisagem, espaço, território e a região. Por exemplo, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano que não se restringem unicamente ao domínio edificado da cidade.

Os municípios que apresentam menor deslocamento para o trabalho principal são Mondai com 2,21%; Itapiranga com 2,81% e Anchieta com 2,84% da população. O município considerado polo do Extremo Oeste, São Miguel do Oeste também possui baixo índice de deslocamento 4,22%. Em contraponto os municípios que apresentam maior deslocamento para o trabalho principal são Guarujá do Sul com 15,84%; Dionísio Cerqueira com 15,01% e Belmonte com 11,59% dos habitantes (IBGE, 2010).

Percebe-se que os municípios de maior densidade demográfica como São Miguel do Oeste, Itapiranga e Mondai possuem menor índice de trabalho fora do município de residência. Em comparação Descanso, Belmonte e São João do Oeste são as que mais sofrem deslocamento para o trabalho.

Figura 29 - Pessoas que exerciam o trabalho principal em outro município em 2010- em %



Fonte: Elaborado pela autora, base de dados: IBGE (2010).

O município de Descanso sofreu uma retração populacional de -5,42% entre 2000 e 2010. Já Belmonte sofreu baixo aumento populacional 1,82% e São João do Oeste aumento de 4,27%. Todas as cidades sofreram um aumento da população urbana entre 2000 a 2010, porém conforme a análise do setor produtivo as cidades tem maior produção na Agropecuária, de 30 a 35% da renda municipal. A população da cidade que não trabalha no setor agropecuário acaba se deslocando para outros municípios em busca de trabalho. Devido a pequena distância e facilidade de acesso, Belmonte e Descanso buscam trabalho em

São Miguel do Oeste, pelas oportunidades no setor de serviço e comércio que são destaque no município.

São João do Oeste, possui maior proximidade com o município de Itapiranga, onde o destaque da receita municipal é fonte da Agroindústria e o crescimento no setor de serviços e comércio.

Esse movimento pendular de ida e volta de um município para outro é reforçado pelo plano viário, que determina a localização do município polo da rede urbana e seu entorno. (WHITACKER, 2007) Os municípios adjacentes acabam buscando nos municípios polos relações de trabalho e estudo, gerando uma relação de dependência.

Figura 30 - Pessoas que exerciam o trabalho principal em mais de um município ou país em % - 2010



Fonte: Elaborado pela autora, base de dados: IBGE (2010).

Embora em diferentes concepções estas cidades são ponto de articulação entre seu espaço e os espaços dos municípios vizinhos, pois há um movimento de veículos e de pessoas constante, partindo desse espaço um movimento pendular de

produtos, materiais e serviços diversos, proporcionando um caráter duplo de atração e de dispersão. (WHITACKER, 2007)

Destaca-se aqui a peculiaridade do município de Dionísio Cerqueira que como apresentada anteriormente é uma cidade gêmea com Barracão, fazendo divisa com a cidade da República Argentina, Bernardo de Irigoyen. Na tríplice fronteira é comum residir em uma cidade e trabalhar em outra cidade ou outro país.

Além do deslocamento em relação ao trabalho, temos o deslocamento em relação as instituições de Ensino. Conforme o IBGE (2010) o maior deslocamento para outra cidade visando frequentar escola ou creche é realizado por Descanso (Figura 31). Outros municípios que apresentam deslocamento escolar é São João do Oeste, Dionísio Cerqueira e Guarujá do Sul. São João do Oeste novamente, utiliza-se da estrutura da cidade de Itapiranga devido à proximidade entre estas.

Figura 31 - Pessoas que frequentavam escola ou creche em outro município em 2010 – Em %.



Fonte: Elaborado pela autora, base de dados: IBGE (2010).

Em Descanso 25% das pessoas que frequentam escola ou creche precisam se deslocar para outro município para estudar. Devido à maior oferta de instituições de ensino no município de São Miguel do Oeste e a pequena distância entre os municípios é provável que o local escolhido para estudar seja São Miguel, principalmente pelas instituições de caráter particular escolar que existem em São Miguel do Oeste.

De acordo com informações da Prefeitura de São Miguel do Oeste<sup>51</sup>, os estabelecimentos de ensino estão distribuídos em Rede Privada, Rede Estadual, Rede Municipal e Rede Federal. Conforme a Tabela 5 podemos ver que o município possui 4 instituições particulares que em geral atendem a educação infantil; 3 que atendam o ensino fundamental; três que atendam ao ensino médio e uma que atende o ensino médio profissionalizante.

Tabela 5 - Estabelecimentos de ensino em São Miguel do Oeste

<b>Nível de Ensino</b>	<b>Rede privada</b>	<b>Rede estadual</b>	<b>Rede municipal</b>	<b>Rede federal</b>
<b>Educação Infantil - Centro Educacionais Infantis</b>	01	-	11	-
<b>Educação Infantil e Ensino Fundamental - Anos finais</b>	03	-	12	-
<b>Educação Infantil e Fundamental</b>	04	-	13	-
<b>Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio</b>	02	-	-	-
<b>Ensino Fundamental</b>	03	07	12	-
<b>Ensino Fundamental e Ensino Médio</b>	03	08	-	-
<b>Ensino Médio Profissionalizante</b>	01	01	-	01
<b>Ensino Superior</b>	01	-	-	01
<b>Ensino Superior a distância</b>	04	-	-	-

**Fonte: Plano Municipal de Educação de São Miguel do Oeste (2015)**

<sup>51</sup> Informações obtidas pelo Plano Municipal de Educação de São Miguel do Oeste, 2015. Disponível em: <http://www.saomiguel.sc.gov.br/noticias/1792/plano-de-educacao>

Além da fase escolar, as instituições de ensino superior também propiciam deslocamentos do tipo pendular, ou seja, se deslocam para a cidade para estudar durante o período noturno e retornam as suas cidades de origem. De acordo com a Tabela 5 Há uma instituição de ensino superior privada no município, a UNOESC. A Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC<sup>52</sup> Campi São Miguel do Oeste<sup>53</sup>, que teve origem em 1986. Hoje a universidade conta com 21 cursos de graduação, três mil alunos matriculados de toda região e é a principal referência do Extremo Oeste Catarinense em Universidade.

Em 2005 a prefeitura de São José do Cedro doou as instalações do antigo Colégio Agrícola para a UNOESC, visando a instalação da universidade na cidade. Assim, nasceu o Campi São José do Cedro que atua com o curso de Agronomia, único oferecido no município por dispor de uma ótima bacia leiteira e agricultura familiar, estruturando as atividades do curso. O campus se localiza na zona rural do município contando com 540 mil m<sup>2</sup>.

Ainda, de acordo com a Tabela 5 há uma instituição de ensino superior federal no município de São Miguel do Oeste. Em 2010 inaugurou as instalações do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC<sup>54</sup>, oferecendo cursos técnicos e de qualificação profissional. Em 2015 iniciou seu primeiro curso de graduação: superior de tecnologia de alimentos. De acordo com a Figura 27, percebe-se que o IFSC São Miguel do Oeste é a única unidade da instituição no Extremo Oeste Catarinense, as unidades mais próximas são de São Carlos (inaugurada em junho de 2015) e a unidade de Chapecó, a maior do oeste catarinense.

De acordo com IFSC (2015) a instalação da instituição de ensino na região, tem especial impacto devido as características próprias do local. Por São Miguel do Oeste ser considerado polo regional a cidade é referência para uma população de aproximadamente 260 mil habitantes, e conforme o IFSC, influenciando trinta e quatro municípios na região.

---

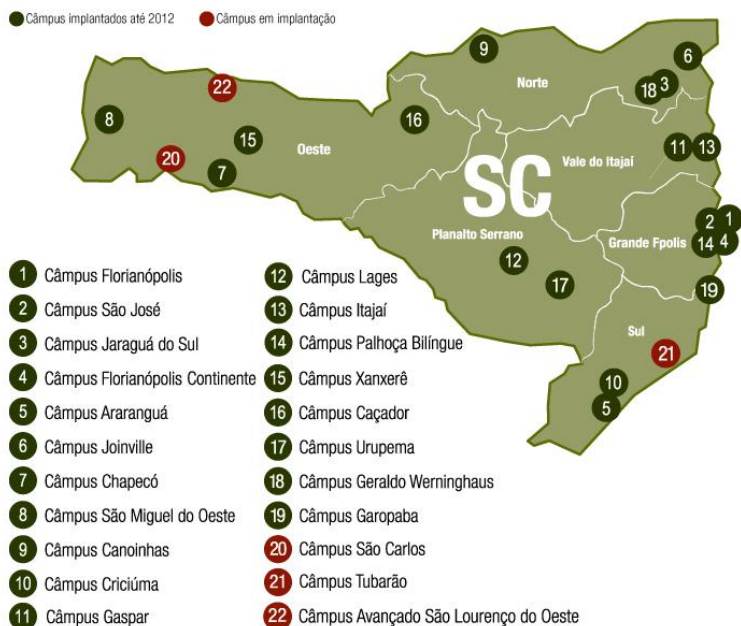
52 A UNOESC atua nos municípios de São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Maravilha, Pinhalzinho, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba, Videira, Capinzal e Campos Novos, se destacando em todo o Oeste de Santa Catarina.

53 Informações retiradas do site oficial da universidade: <http://www.unoesc.edu.br/unoesc/conheca-unoesc-single/sao-miguel-do-oeste>  
Acesso em 11 de novembro de 2016.

54 Informações obtidas do site oficial da instituição: <http://www.ifsc.edu.br/188>  
Acesso em 11 de novembro de 2016

Para iniciar os cursos no IFSC São Miguel do Oeste foram realizadas audiências públicas onde foram demandadas as prioridades dos cursos, por ordem Agroindústria (26%); Agroecologia (24%); Manutenção Automotiva (18%); Moveis (10%) e Vestuário (10%). Assim, a instituição visou atender as necessidades da região que possui economia voltada para a agroindústria, agricultura familiar, metalomecânica, moveis entre outros.

Figura 32 - Presença do IFSC no Estado



Fonte: Diretoria de Comunicação do IFSC (2015)

São Miguel do Oeste, ainda possui conforme a Tabela 5 quatro instituições de ensino superior a distância atuando na cidade, todas de caráter particular. Conforme pesquisa em campo, observamos que existem as seguintes universidades atuando na cidade: UNIP, UNIGRAN, UNINTER, UNISUL VIRTUAL, UNOPAR.



Em ensino técnico e ensino médio, a cidade possui uma unidade do SENAI, uma do SENAC e uma instituição privada a LOCAL X, que atuam com diversos cursos na região.

O município de Itapiranga também vem se destacando no ensino superior, atualmente a cidade conta com a Faculdade de Itapiranga- FAI<sup>55</sup>, que iniciou suas atividades nos anos de 2000 e atualmente conta com 12 cursos de graduação. A universidade polariza parte do Extremo Oeste Catarinense principalmente as cidades de Mondai, Tunápolis e São João do Oeste e o noroeste do Rio Grande do Sul.

Em 2016, inaugurou em Barracão/PR a União de Ensino da Trifronteira, a UNETRI<sup>56</sup> Faculdades visando a o ensino superior das três cidades da fronteira Barracão/PR, Dionísio Cerqueira/SC e Bernardo de Irigoyen. Atualmente a faculdade está atuando com três cursos, mas pretende ampliar.

Observa-se que São Miguel do Oeste vem se destacando como polo educacional do Extremo Oeste ao longo de sua história, porém Dionísio Cerqueira e Itapiranga estão buscando se sobressair como polos educacionais de ensino superior. Os outros municípios do Extremo Oeste<sup>57</sup> de Santa Catarina são polarizadas por São Miguel do Oeste, sendo que São José do Cedro possui unicamente um curso de ensino superior da UNOESC.

Nas atividades da área da saúde o município de São Miguel do Oeste influência toda a região Extremo Oeste. A cidade possui o Hospital Regional Terezinha Gaio Basso, inaugurado em 27 de dezembro de 2010. O hospital atende 30 municípios da região Oeste, incluindo todos os municípios do Extremo Oeste. Desenvolve trabalhos em diversas especialidades<sup>58</sup> da saúde, no mês de outubro de 2015 o hospital

---

55 Informações obtidas no site oficial da universidade <http://faifaculdades.edu.br/institucional.php#afai>, acesso em 09 de novembro de 2016.

56 Informações obtidas através da seguinte notícia: <http://www.portalagoranoticias.com.br/noticia/14148/barracao-%E2%80%93-foi-inaugurado-a-faculdade-unetri-no-final-da-tarde-de-ontem-29-.html>. Acesso em 09 de novembro de 2016. A Faculdade ainda não possui site oficial.

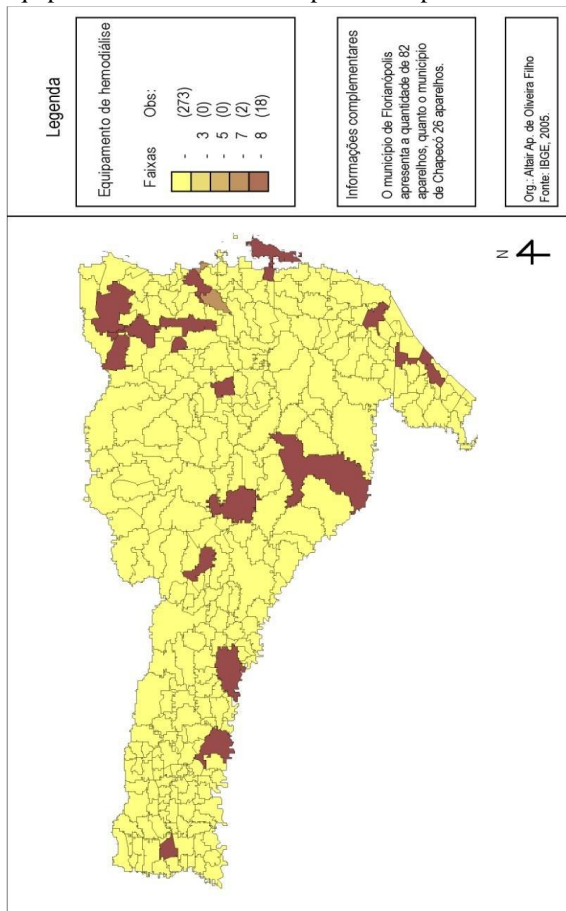
57 Em algumas cidades há a presença de núcleos de ensino a distância, por não haver dados oficiais não foram computadas nessa dissertação.

58 De acordo com o site oficial do hospital as áreas de atendimento são: Anestesiologia, cardiologia, cirurgia geral, cirurgia vascular, gastroenterologia, urologia, neurocirurgia, neurologia, radiologia, bucomaxilofacial, infectologia, nefrologia, oftalmologia, pediatria, otorrinolaringologia, ortopedia, pneumologia, clínica médica em geral e ginecologia/obstetrícia. Informações obtidas em: <http://www.hrtgb.org/hospital> acesso 09 de novembro de 2016.

atendeu 2.058 pessoas entre emergência, clínica médica, emergência, U.T.I, entre outros.

São Miguel do Oeste também possui um setor de saúde especializado em hemodiálise, contando com uma clínica no município. Na região do Extremo Oeste Catarinense São Miguel do Oeste é a única cidade que contempla esse serviço, sendo a próxima cidade mais próxima a Capital Regional Chapecó.

Figura 33 - Setor de saúde especializada do Estado de Santa Catarina, equipamentos de hemodiálise por município no ano de 2005.



Fonte: IBGE (2005) elaborado por Oliveira Filho (2014).

Devido aos serviços prestados no setor de saúde, São Miguel do Oeste criou uma relação de dependência, pois nesse espaço as pessoas poderão ser atendidas de acordo com suas necessidades em virtude das especialidades que um Hospital Regional contempla.

### 5.3 GESTÃO FEDERAL

A seleção dos locais da instalação dos órgãos públicos não é pautada apenas nas características das atividades, mas sim, na possibilidade do acesso da população ao serviço, indicando um grau de centralidade. No REGIC<sup>59</sup> 2007 (2008), foram considerados dois eixos: Poder Executivo e Poder Judiciário.

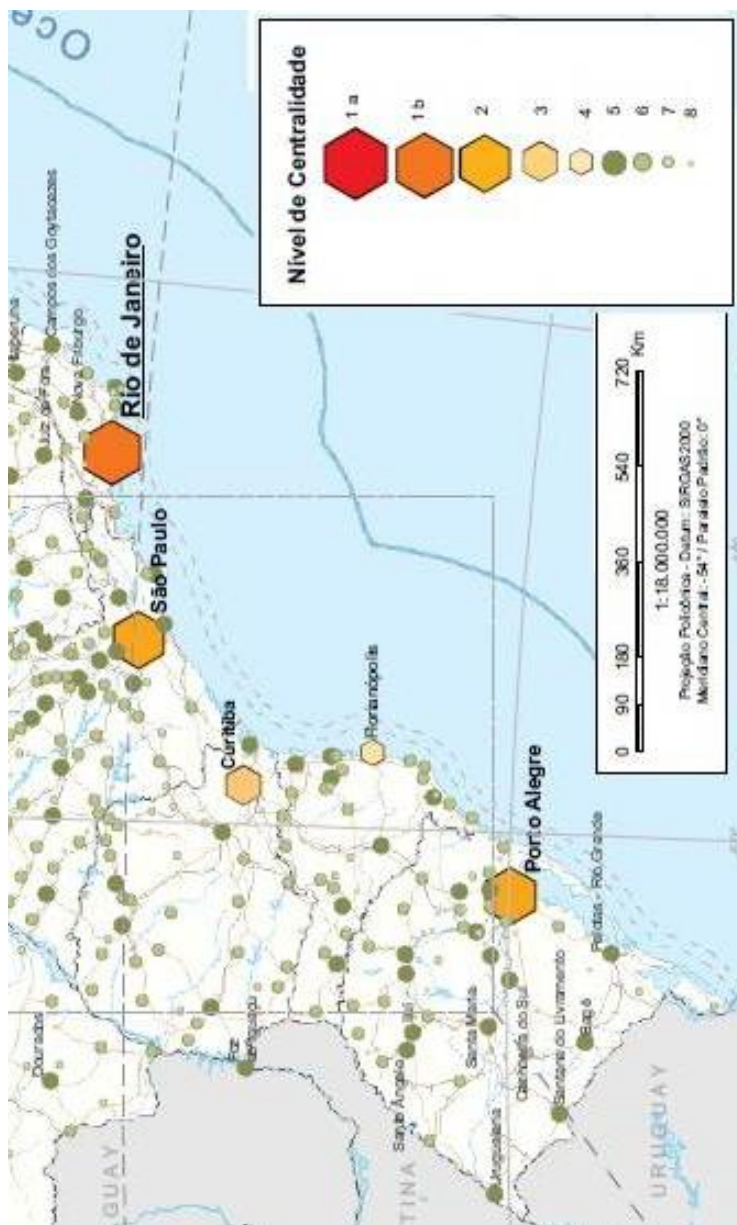
Conforme Figura 34, no Oeste Catarinense o maior nível de Centralidade fica para a cidade de Chapecó com Nível 5, ou seja, “Centros com gerências dos órgãos administrativos e a 1ª Instância da Justiça Federal”.

No Extremo Oeste Catarinense o município que se destaca é São Miguel do Oeste, contando com o Nível 6, ou seja, “Centros com agências de mais de um dos órgãos administrativos; e 1ª Instância da Justiça Federal”.

---

<sup>59</sup> Lembramos novamente que o REGIC foi realizado em 2007 e publicado em 2008.

Figura 34 - Gestão Federal Sul do Brasil – 2006



FONTE: IBGE (2008)

### 5.3.1 Executivo

Em relação ao Executivo selecionaram-se órgãos com atuação descentralizada e cobertura nacional: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Secretaria da Receita Federal (SRF), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Totalizaram 874 unidades territoriais (IBGE, 2008).

#### **a)** Instituto Nacional Do Seguro Social (INSS)

No Extremo Oeste Catarinense atualmente possuem 3 unidades de atendimento, São Miguel do Oeste e Dionísio com Agências de atendimento, com unidade vinculada a Gerencia Executiva de Chapecó. E em menor nível, Itapiranga com uma unidade de Atendimento respondendo diretamente a Agência Da Previdência Social de São Miguel do Oeste. Percebe-se que o Extremo Oeste ficou dividido entre essas unidades. Dionísio Cerqueira é a única unidade local que polariza outro estado, devido a sua formação com a cidade gêmea de Barracão.

Observa-se uma mudança significativa nos últimos 10 anos sobre a instalação da INSS na região do Extremo Oeste Catarinense. Até 2006, a região contava apenas com uma unidade de Atendimento em São Miguel do Oeste que polarizava todo o Extremo Oeste Catarinense. A partir de 2006, a cidade de Itapiranga buscou uma Unidade de Atendimento através do PREVICIDADE, firmando um convênio com o INSS, e outras cidades interessadas para facilitar a utilização desse recurso na cidade.

Salienta-se a inauguração da Agência de Previdência Social Dionísio Cerqueira ocorrida em 2016, com Gerência Executiva em Chapecó. A Agência polarizou diversas cidades que solicitavam atendimento em São Miguel do Oeste, principalmente as 5 cidades de atendimento atual: Dionísio

---

60 Lei nº2317 de Maio de 2006 do município de Itapiranga/SC. “Autoriza o poder executivo municipal a firmar convênio com o INSS [...] para instalação da unidade de atendimento do PREVICIDADE, [...]” Acesso em: <http://leismunicipa.is/pqndi>. Até então essa unidade de atendimento sofria renovações de 5 em 5 anos, se tornando permanente em 2016.

61 Informações obtidas pela reportagem: <http://jrregional.com.br/news/agencia-do-inss-de-dionisio-cerqueira-sera-inaugurada-nesta-sexta-feira>.

Cerqueira/SC; Guarujá do Sul/SC; Princesa/SC; São José do Cedro/SC; e Palma Sola/SC.

Tabela 6 - Unidades de Atendimento INSS no Extremo Oeste

<b>UNIDADE DE ATENDIMENTO</b>	<b>LOCAL DO ATENDIMENTO</b>	<b>UNIDADE VINCULADA</b>	<b>CIDADES ABRANGENTES</b>
<b>Agência da Previdência Social São Miguel D Oeste</b>	São Miguel do Oeste	Gerência Executiva Chapecó	Anchieta/SC; Bandeirante/SC; Barra Bonita/SC; Belmonte/SC; Guaraciaba/SC; Iporã do Oeste/SC; Mondai/SC; Paraíso/SC; Santa Helena/SC; São Miguel do Oeste/SC. 10 cidades. 1 Unidade Local – Itapiranga.
<b>Agência da Previdência Social Dionísio Cerqueira</b>	Dionísio Cerqueira	Gerência Executiva Chapecó	Dionísio Cerqueira/SC; Guarujá do Sul/SC; Princesa/SC; São José do Cedro/SC; Palma Sola/SC; (5 cidades de SC); Barracão/PR; Bom Jesus do Sul/PR; Flor da Serra do Sul/PR (3 cidades do PR); 8 cidades
<b>Unidade de Atendimento PREVICIDADE Itapiranga</b>	Itapiranga	Agência da Previdência Social São Miguel D Oeste	Itapiranga/SC; São João do Oeste/SC; Tunápolis/SC.

Fonte: Elaborado pela autora

**a) Secretaria da Receita Federal (SRF),**

Na região do Extremo Oeste existem duas unidades de atendimento ao contribuinte<sup>62</sup>: IRF Dionísio Cerqueira e IRF São Miguel do Oeste.

**b) Agência Regional [do Trabalho] em São Miguel do Oeste<sup>63</sup>;**

Destaca-se aqui que a Agência Regional do Trabalho foi inaugurada no ano de 2015<sup>64</sup>, até a formulação do REGIC 2007 São Miguel do Oeste não possuía essa agência. Até então o atendimento mais próximo para o Extremo Oeste Catarinense acontecia em Chapecó.

Na formulação do REGIC – 2007, a hierarquização dos municípios foram baseadas na distribuição nacional destes 3 órgãos, considerando ainda localização das sedes de órgãos da administração indireta, a saber: Agências, Conselhos Nacionais, Fundações e Institutos de Caráter Nacional, e Superintendências.

### 5.3.2 Judiciário

Em relação ao Judiciário conforme Oliveira (2011, p. 120):

[...] examinou-se a distribuição dos órgãos da Justiça Federal Comum e da Justiça Federal Especializada (Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral), que se organizam em Tribunais Superiores (STF, STJ, TSE, TST), Tribunais de 2ª Instância (TRF, TRT e TER), e de 1ª Instância. Na 1ª Instância, a Justiça Federal Comum está organizada em seções judiciárias nas capitais estaduais e subseções, em municípios cuja jurisdição abrange os municípios vizinhos. Os níveis correspondentes na especializada são as

---

62 Informações obtidas através do Site Oficial da SRF: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/contato/unidades-de-atendimento/santa-catarina> Acesso em 06 de Outubro de 2016

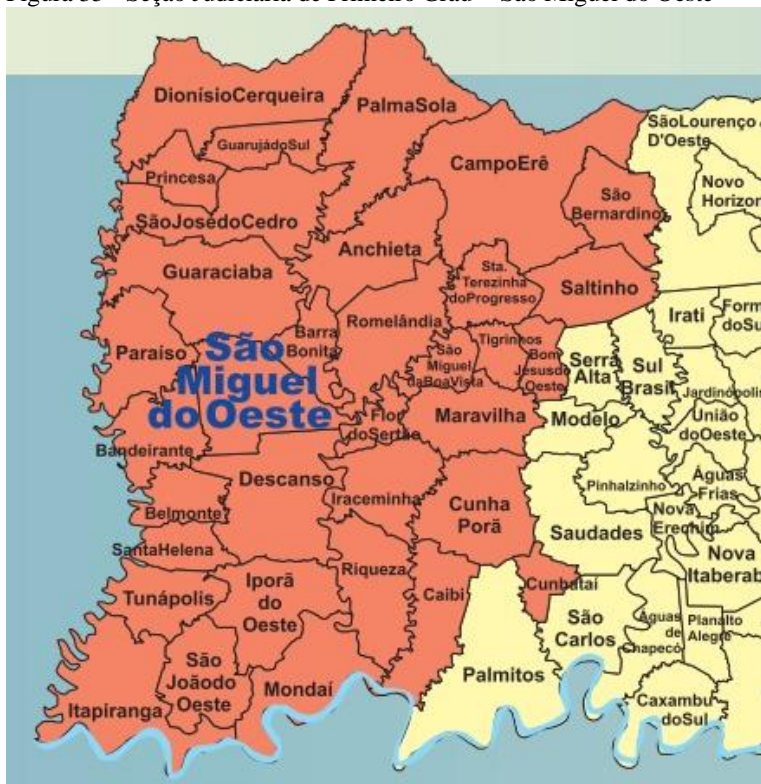
63 Informações disponibilizadas no site oficial do MTE, <http://trabalho.gov.br/rede-de-atendimento/rede-de-atendimento-do-trabalho/rede-sc>. Acesso em 06 de Outubro de 2016.

64 De acordo com a reportagem: “Agência Regional do Trabalho e Emprego é inaugurada em SMO” A inauguração aconteceu em 25 de Setembro de 2015 e conta com dois funcionários para atendimento do público, sendo um deles disponibilizado pela administração municipal. Informação disponível em: <http://wh3.com.br/noticia/136906/agencia-regional-do-trabalho-e-emprego-e-inaugurada-em-smo.html> . Acesso em 06 de Outubro de 2016.

varas do trabalho e as sedes de zonas eleitorais

Parte do Oeste Catarinense é abrangido pela Subseção de São Miguel do Oeste, a qual é composta pelos 19 municípios do Extremo Oeste Catarinense mais os municípios de: Campo Erê; São Bernardino; Santa Terezinha do Progresso; Saltinho; Romelândia; São Miguel da Boa vista; Bom Jesus do Oeste; Maravilha; Flor do Sertão; Iraceminha; Riqueza; Cunha Porã; Cunhataí. Como pode-se observar pela Figura 35:

Figura 35 - Seção Judiciária de Primeiro Grau - São Miguel do Oeste



Fonte: Seção Judiciária de Santa Catarina

São Miguel do Oeste se encontra no Nível 6, ou seja, Centros com agências de mais de um dos órgãos administrativos,



e 1ª Instância da Justiça Federal. Conforme constatado, a cidade na época do REGIC 2007 estabelecia uma polarização maior com as Agências do INSS, porém com a abertura de nova Agência em Dionísio Cerqueira e uma Unidade em Itapiranga essa polarização foi diminuída. Salienta-se porém que o município recebeu uma unidade do MTE, além de possuir diversas entidades, fundações que mantem sua polarização como é o caso da 1ª instância judiciária.

#### 5.4 ORGÃOS ESTATAIS

Em se tratando de órgãos do Estado, São Miguel do Oeste também possui nomes de grande importância como: 11 Batalhão de Polícia Militar; 14ª Regimento de Cavalaria Mecanizada (RCMec); Banco do Brasil; Banco Bradesco; Caixa Econômica Federal; Companhia Elétrica do Estado de Santa Catarina (CELESC); Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC); Delegacia Regional; Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI).

Até 2005 São Miguel do Oeste era o município polo da Secretárias de Desenvolvimento (SDR) do Estado de Santa Catarina quando Dionísio Cerqueira criou a sua 30ª SDR. E depois em 2007 Itapiranga criou a 31 SDR. Em 2007, São Miguel do Oeste tinha gerenciamento de Guaraciaba, Paraíso, Barra Bonita, Bandeirante, Descanso e Belmonte. De acordo com a Lei 16.795/2015 o governador Raimundo Colombo transforma as Secretárias de Desenvolvimento Regional (SDRs) em Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), porém permaneceu a mesma área de atuação das Secretárias e Agências.

Destaca-se aqui o município de Dionísio Cerqueira/SC que está aumentando a sua polarização através das novas agências, polarizando cidades catarinenses do Extremo Oeste, sua irmã gêmea Barracão e outras cidades do Paraná. Também como já relatado a criação do Porto Seco em 1979 e sua expansão em 2003 com a instalação do Ponto de Fronteira Alfandegado integrando Brasil e Argentina. Através do Porto Seco a cidade vem se destacando no comércio internacional, criando várias empresas no ramo. Em 2005 foi instalada a 30ª SDR (Atual Agência de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira) sendo composta pelos municípios de Dionísio Cerqueira, Princesa, Palma Sola, Guarujá do Sul, São José do Cedro e Anchieta.

Em 2007 os municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, Iporã do Oeste, Santa Helena deixaram de pertencer a 1ª SDR e constituíram a 31ª SDR do Estado de Santa Catarina que tinha como sede o município de Itapiranga. Atualmente Itapiranga é sede da Agência de Desenvolvimento Regional de Itapiranga, com os mesmos municípios da antiga SDR. Itapiranga também buscou maior autonomia, onde conjugada com Tunápolis e São João do Oeste e seus recursos municipais mantém uma unidade da PREVCIDADE.

### 5.5 ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: A AMEOSC

As associações intermunicipais se caracterizam pela iniciativa de fortalecimento da capacidade administrativa, social e econômica dos municípios. (JACOBI, 1989 apud NICOLLI, 2006).

Santa Catarina é composta por 21 Associações Microrregionais de Municípios<sup>65</sup> reconhecidas pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM). “As associações de Municípios (AM) são entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos com duração indeterminada e estatuto próprio, aprovado em Assembleia Geral.” (MARQUES, DIAS, 2003, p. 31)

A primeira associação municipal que se tem registro é a Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos (AMVRS), com sede em Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul fundada em 1960. Já em 1961 Santa Catarina funda sua primeira associação – Associação dos Município do Meio Oeste Catarinense (AMMOC).

No Oeste Catarinense a primeira associação de municípios foi a AMEOSC<sup>66</sup> que Fevereiro de 1968 e abrangia 34 municípios o Oeste Catarinense: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Anchieta, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes,

---

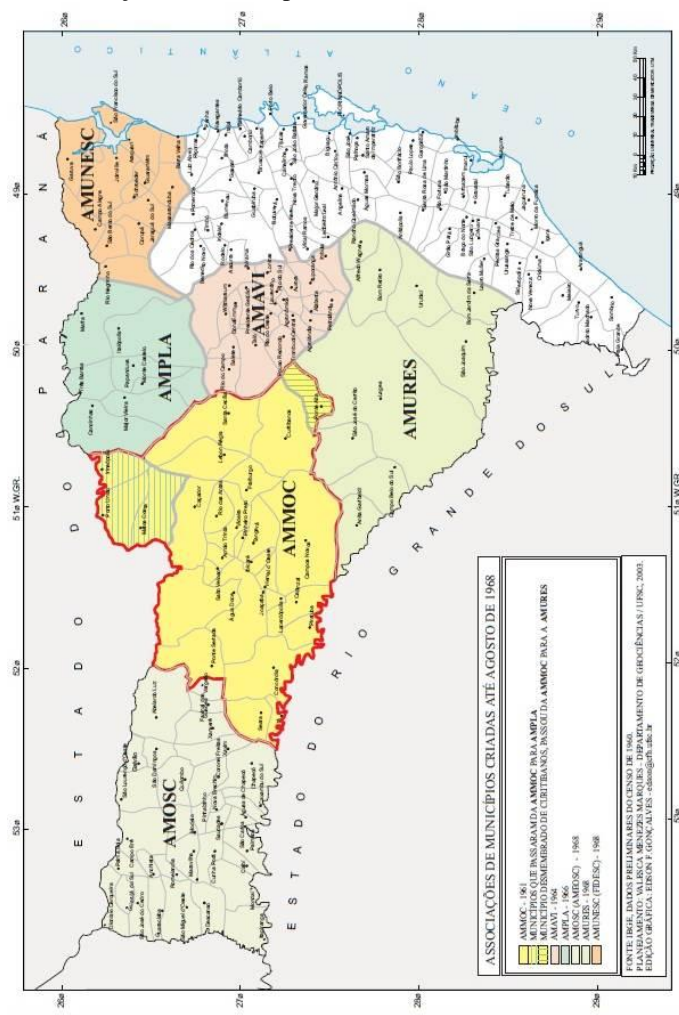
<sup>65</sup> Informações obtidas no site oficial do FECAM

(<http://www.fecam.org.br/>) com acesso em 02 de outubro de 2016.

<sup>66</sup> Em 1971 há a separação da AMEOSC em AMOSC, AMERIOS e AMEOSC, sendo que AMEOSC irá compreender os 11 municípios do Extremo Oeste Catarinense.

Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Maravilha, Modelo, Mondaiá, Nova Erechim, Palma Sola, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, Romelândia, São Carlos, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço d'Oeste, São Miguel d'Oeste, Saudades, Vargeão, Xanxerê, Xaxim.

Mapa 1 - Associações de Municípios de Santa Catarina - 1968



Fonte: (MARQUES, 2003, p. 92)

A AMEOSC<sup>67</sup> tinha sede em Chapecó e foi criada pelos prefeitos do Oeste, sendo o primeiro presidente o prefeito de Chapecó. De acordo com Marques e Dias (2003) a primeira assembleia foi presidida pelo então Secretário de Estado dos Negócios do Oeste, Serafim E. Bertaso, o que indicaria a influência estadual para criação da associação. A associação teria por finalidade aliar os interesses dos municípios através dos seus representantes – prefeitos – em defesa dos interesses comuns dos associados e do Oeste Catarinense.

A união entre os municípios do Oeste Catarinense originaram diversos frutos para a região. Destaca-se a reivindicação da BR-282 para integração do Oeste Catarinense ao litoral do Estado, que levou os representantes a Brasília, cujos resultados foram alcançados. (MARQUES E DIAS, 2003).

Em 1971 acontece o desmembramento da AMEOSC em AMOSC (polo Chapecó) e AMEOSC (polo São Miguel do Oeste). De acordo com Marques e Dias (2003) o desmembramento ocorreu pela distância e a dificuldade de deslocamento dos municípios do Extremo Oeste para Chapecó. A preocupação em acelerar o desenvolvimento microrregional através da instalação de órgãos regionais do Governo do Estadual e Federal para atendimento a população. Um outro motivo seria derivado da política de regionalização do então governo do estado, Colombo Salles.

A AMEOSC em 1971 era formada então por 11 municípios do Extremo Oeste Catarinense: Anchieta, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Romelândia, São José do Cedro, São Miguel d'Oeste.

Melo (1978 apud MARQUES e DIAS, 2003) considerava a instituição de unidades microrregionais polarizadas como um avanço no planejamento estadual, pois essas unidades iriam intermediar o diálogo e a colaboração entre os níveis de governo municipal e estadual. Saliencia também, que isso proporcionaria um foco mais amplo na escala do planejamento, não só limitando à órbita do município. Marques e Dias (2003, p. 13) destacam que as associações eram mantidas com recursos federais e estaduais durante os anos de 1960. “Outra fonte de recursos foi aquela

---

<sup>67</sup> Aqui referida a AMEOSC composta por 34 municípios.

recebida para elaborar os ‘Termos de Referência do Plano de Desenvolvimento Microrregional Integrado’ (IBAM, 1978), [...]”

Ao cessar os recursos federais ou estaduais, a AM passa a ser mantida com as mensalidades das próprias prefeituras. A Associação de Municípios se consolida com os seguintes objetivos: promover o desenvolvimento local e regional e disponibilizar assessoria técnica aos municípios participantes da associação. (MARQUES E DIAS, 2003).

Para Fontes (2001 apud MARQUES E DIAS, 2003) as associações de municípios tem sido uma forma para enfrentar questões como o desenvolvimento econômico através da construção de uma identidade política territorial. Essa identidade é materializada pelos arranjos institucionais que se comprometem a consolidação do território da associação e o fortalecimento político dos municípios.

Percebe-se que o cooperativismo presente no Oeste Catarinense influenciou o associativismo municipal do Estado. Os prefeitos foram os primeiros agentes para a construção do associativismo, porém para sua real efetivação teve o apoio de lideranças políticas e empresariais, que auxiliaram nas representações.

A ideia de deixar as questões partidárias de lado após a eleição e buscar o desenvolvimento conjunto através das associações municipais, demonstra uma identidade regional que foi marcada historicamente pelo processo de colonização do Extremo Oeste Catarinense.

Na busca de melhorar a qualidade da administração pública local a estrutura associativista vem resistindo a diversas crises econômicas, porém o objetivo de desenvolver políticas básicas de regionalização são mantidas em foque, como a busca pela educação, saneamento básico, infraestrutura, desenvolvimento econômica e ambiental, agricultura familiar, etc. (NICOLLI, 2006).

Atualmente a AMEOSC é formada pelos municípios de Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondai, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

## 5.6 GESTÃO EMPRESARIAL

Na investigação em relação a gestão empresarial dos centros, o REGIC 2007 teve como base as informações do Cadastro Central de Empresas do IBGE – CEMPRES do ano de 2004, considerando os centros com função de direção empresarial. “Para definir os centros de gestão empresarial, considerou-se a distribuição do território das unidades locais situadas em município diferente daquele onde se localiza a sede, [...]” (REGIC, 2008)

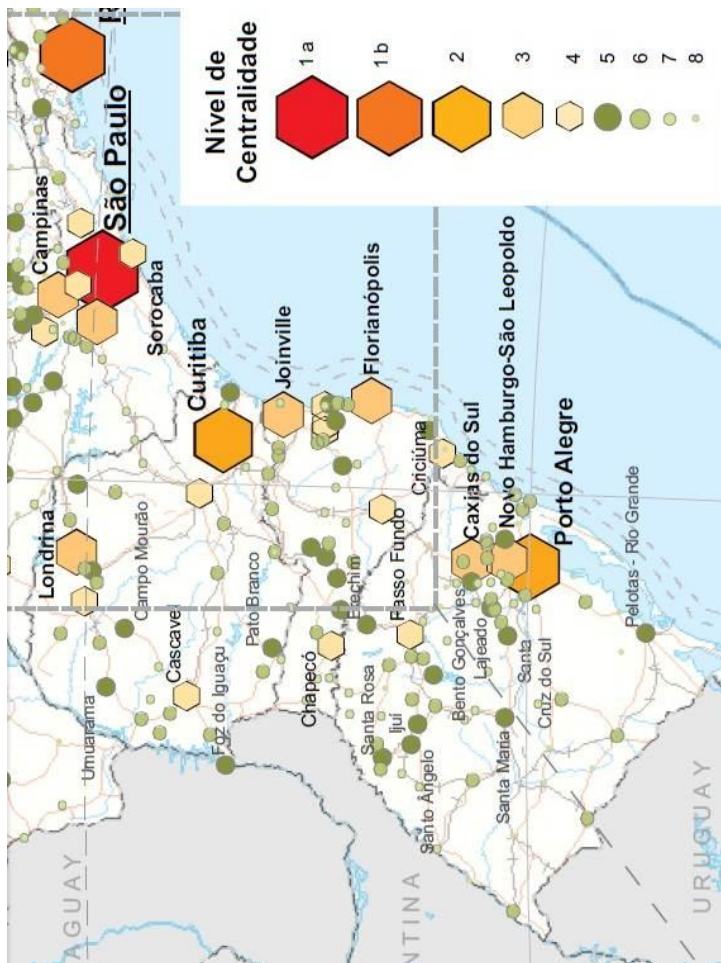
O REGIC (2008) ainda complementa que a centralidade não se expressa apenas pela relação hierárquica de subordinação pelo comando das empresas, mas também pelo centro ser polarizador e atrair a instalação de filiais de empresas existentes em outros centros. Esses indicadores são usados para calcular o conjunto.

No primeiro, para cada centro, contou-se o número de filiais (unidades locais) de suas empresas em outras unidades territoriais com filiais (unidades locais) de suas empresas. O segundo conjunto – também para cada centro – liga-se à sua capacidade de atração e, considerando as filiais ali instaladas, conta-se o número das sedes localizadas em outras unidades territoriais e o número de unidades territoriais onde se localizam estas sedes. Além disso, foram identificadas redes hierárquicas, considerando-se a ligação dominante. [...] Dois resultados desta rede foram também utilizados: a distância média de cada município para o conjunto daqueles onde se localizam filiais de empresas ali sediadas e o fato de, nessa rede o centro subordinar outros centros. (REGIC, 2008)

Ainda para complementar foram combinados os resultados com a relação das 1000 maiores empresas da revista Exame, em 2004 (segundo o valor das vendas), e das 1000 maiores empresas definidas pelo jornal *Valor Econômico* (segundo a receita líquida), para o ano de 2004. O resultado gerou o 9 níveis de centralidade, sendo o primeiro 1 a e 2 a. No recorte do Sul do

País (Figura 36) observa-se que a cidade do Oeste catarinense com maior representatividade é Chapecó no nível 4. No Extremo Oeste Catarinense a única cidade que se apresenta demarcada é São Miguel do Oeste com o nível 6.

Figura 36 - Gestão empresarial Sul do Brasil – 2004



Fonte: IBGE (2008)

Além de entender sobre a avaliação da gestão empresarial realizada pelo REGIC no seu parâmetro nacional, buscamos ver qual a relação da listagem das maiores empresas da revista Valor Econômico em 2016 e a presença destas na região do Extremo - Oeste Catarinense, mais especificamente na cidade polo São Miguel do Oeste. Como a analisar toda a listagem demandaria muito tempo, focamos na relação das 100 maiores empresas brasileiras. O Extremo Oeste Catarinense possui a segunda maior do Brasil com filial na região estudada.

Em segundo lugar na classificação da revista valor econômico aparece a empresa JBS<sup>68</sup>, que atua no setor de alimentos e bebidas com sede em São Paulo. Atualmente a empresa possui 42 frigoríficos distribuídas pelas regiões pecuaristas brasileiras e 16 centros de distribuição. Empresa conhecida pela grande presença na região Oeste Catarinense, conta com quatro vertentes: Abate de aves, Industrializados, Abate Suínos e Centros de Distribuição, sendo que no Extremo Oeste só não há um centro de distribuição.

Em 2013 a empresa adquiriu a Seara Brasil, conseguindo assim estender sua importância ao Extremo Oeste Catarinense, através da utilização das estruturas já existentes e na criação de uma nova estrutura no município de São Miguel do Oeste. Além disso, em 2014 o grupo JBS compra o frigorífico local a Sul Valle<sup>69</sup>, frigorífico fundado em 2009 pelo empresário local Ruben Grasel, que entrou em crise em 2012 durante a crise de grãos em 2012.

Nas atividades do Extremo Oeste há o Abate de Aves na cidade de Itapiranga/SC; Industrializados nas cidades de Itapiranga/SC e São Miguel do Oeste/SC; e Abate de suínos em Itapiranga/SC<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> De acordo com o site oficial da empresa, a empresa concentra-se no segmento de aves, suínos e alimentos processados, elaborados e congelados, voltados para mercado brasileiro e externo. Em 2015 a empresa teve uma produção anual de 1.307,3 milhões de cabeças de aves e 4.920,6 cabeças de suínos em 2015, sendo a segunda maior empresa do país nesse segmento. Informações disponíveis em : <http://www.jbs.com.br/pt-br/content/estrutura-0> Acesso em 08 de outubro de 2016.

<sup>69</sup> Informações obtidas através da reportagem: <http://wp.clicrbs.com.br/estelabenetti/2014/03/28/jbs-compra-o-frigorifico-sul-valle-de-sao-miguel-do-oeste/?topo=67,2,18,,67> Acesso em 08 de outubro de 2016.

<sup>70</sup> Informações obtidas através do site oficial da empresa: <http://www.jbs.com.br/pt-br/content/estrutura-0> Acesso em 08 de outubro de 2016.



Também no Extremo Oeste há uma representação da ACB bebidas, filiada a Ambev de SP, que atua na distribuição de bebidas e alimentos da região. As prestadoras de serviço, Claro (15<sup>a</sup>); Oi (19<sup>a</sup>) e Tim (31<sup>a</sup>) possuem representações na região.

A 63<sup>a</sup>, Magazine Luíza com sede em São Paulo possui uma loja em Itapiranga e uma em São Miguel do Oeste. A Renault (71<sup>a</sup>) atende em São Miguel do Oeste através da concessionária autorizada Rudiger.

A 78<sup>a</sup> maior empresa é a Aurora Alimentos, dentro do ramo de alimentos e bebidas. A empresa possui um Frigorífico de Suínos em São Miguel do Oeste, e adquiriu o Grupo Peperi também da cidade em 1982.

Em 79<sup>a</sup> Lugar temos a CELESC, que possui uma Agência Regional em São Miguel do Oeste desde 1955 e atende 34 municípios do Oeste Catarinense. Todas as outras cidades do Extremo Oeste possuem postos de atendimento, porém é em São Miguel do Oeste que se localiza a administradora e a base operacional da região.

Observamos que ao procurar as empresas o município que mais se destacou foi São Miguel do Oeste e em segundo lugar Itapiranga. Partindo para as relações empresarias presentes no Extremo Oeste buscou-se o levantamento do número de empresas atuantes na região, como já previsto São Miguel do Oeste pelo REGIC acabou se destacando. O que chama a atenção é a diferença entre São Miguel do Oeste com 2.061 empresas em 2012 e a segunda cidade com maior número de empresas São José do Cedro com 758 empresas. Percebe-se a polaridade de São Miguel dès da colonização vem mantendo seu posto de polo comercial e de serviços. Apesar de não atingir a marca de 50 mil habitantes a diferenciação do número de empresas, e como vimos a gestão federal presente no município reforça a sua polaridade no Extremo Oeste Catarinense

De acordo com a Figura 37 entre os anos de 2010 e 2012, São Miguel do Oeste se manteve no polo de empresas, porém alguns municípios obtiveram aumento em suas unidades e outras obtiveram bruscas reduções. É o caso de Guaraciaba que em 2010 contava com 534 empresas e em 2012 teve uma redução para 374. E Dionísio Cerqueira que nos ano de 2010 possuía 845 empresas e em 2012 o número cai para 435 unidades, como a diferença foi evidente, buscou-se o número de empresas locais em 2008 e a qual possuía 461 unidades.

Figura 37 - - Unidades de empresas atuantes no Extremo Oeste Catarinense - 2012



Fonte: Fonte: Elaborado pela autora, base de dados: IBGE (2012).

Também houve uma retração das unidades empresariais em alguns municípios como Barra Bonita, que em 2010 possuía 58 unidades e em 2012 apenas 49.

Os municípios que apresentaram menor número de empresas em 2012 são: Barra Bonita com 49 unid.; Belmonte com 87 unid.; Bandeirante com 89 unid.; Princesa com 111 unid.; Paraíso com 121 unid. Esses municípios não atendem as funcionalidades da centralidade e sofrem limitações para

oferecem serviços as suas áreas rurais, o que acaba reforçando a dependência com o município polo São Miguel do Oeste.

Figura 38 - Unidades de empresas atuantes no Extremo Oeste Catarinense - 2010



Fonte: Fonte de dados IBGE (2010), elaborado pela autora.

## 5.5 SETORES PRODUTIVOS

A produção agropecuária brasileira sempre foi destaque mundial, e de acordo com Espindola e Souza (2009), mantém seu excelente desempenho em comparação a outros setores da economia.

A região do Extremo Oeste teve seu crescimento econômico baseado em primeiro momento na agropecuária, o que

levou a instalação das agroindústrias e a partir de então outros setores econômicos começaram a se destacar. Com o crescimento de setores, os municípios acabaram se especializando em atividades diferenciadas, e algumas centralidades começaram a surgir, caso de São Miguel do Oeste que recebeu por parte do governo do estado (como já relatado anteriormente) órgãos de gestão.

Esse viés histórico dos municípios vem se retratando até os dias atuais e para conseguir entender como os municípios tem sua arrecadação atualmente buscamos as contribuições por setores no PIB de cada município.

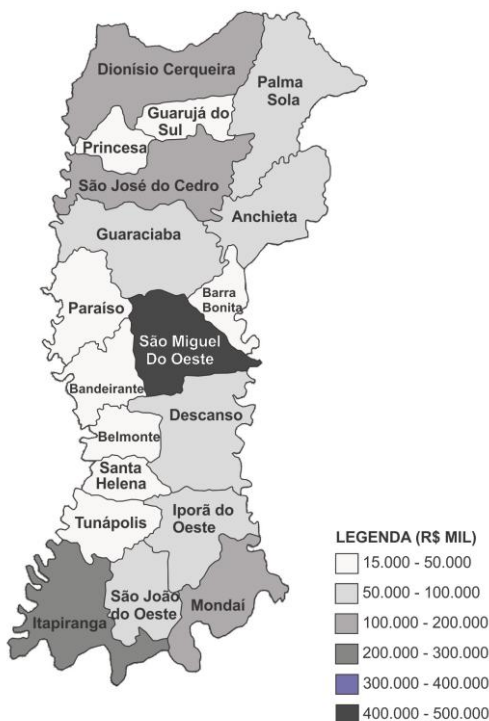
Conforma Figura 34 podemos observar a diferença entre os municípios na arrecadação do PIB, a cidade que mais se destacou no ano de 2006 é o município polo São Miguel do Oeste com PIB de 457.177 mil reais, desses 60,30% foram arrecadados do setor de Serviços e Comércio, 34,50% do setor industrial e apenas 5,20% do setor agropecuário. Dessa forma podemos ver que São Miguel do Oeste se mantém no polo regional pela possibilidade de serviços e comércio favorecido, como destacado anteriormente, e o que acaba refletindo na contribuição econômica do município.

Em segundo lugar com maior arrecadação o município de Itapiranga com 294.226 mil reais, sendo 46,00% dessa arrecadação responsabilidade da indústria, 40% do setor agropecuário e 14,00% do setor de serviços. Itapiranga tem seu principal destaque nos frigoríficos instalados na região, o que reflete diretamente na economia e ocupação do município. Relembramos que a maior parte da população da cidade ainda vive na área rural.

Em terceiro lugar, o município de Mondai com 154.458 mil reais, com 49,20% da sua renda no setor de serviços, 36,60% no setor industrial e 14,20% no setor de agricultura. O município possui destaque para a indústria de laticínios

Os municípios que apresentaram contribuição abaixo de 20 mil reais: Barra Bonita com 15.968 mil reais; Princesa com 17.607 mil reais; Bandeirante com 18.290 mil reais. Todos esses municípios apresentam o setor produtivo relacionado a agricultura com mais de 45% de contribuição.

Figura 39 - PIB Municipal do Extremo Oeste Catarinense - 2006



Fonte: Elaborado pela autora, base de dados: IBGE (2006).

O município que teve a maior contribuição associada ao setor produtivo industrial foi Itapiranga. Em relação aos serviços destacam-se São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. E o município com economia mais voltada ao setor rural é o de Barra Bonita, sendo um dos municípios de menor contribuição e com diminuição populacional.

### 5.5 LIGAÇÕES AÉREAS E RODOVIÁRIAS

Conforme o IBGE existem quatro tipos de interações 1) gestão federal; 2) gestão empresarial; 3) ligações aéreas e 4) ligações rodoviárias. As duas primeiras interações abordamos

anteriormente, buscaremos agora entender as interações que acontecem na região pelas ligações aéreas e as ligações rodoviárias.

A região do Extremo Oeste Catarinense não possui nenhum aeroporto do tipo comercial, que faça voos regulares através de empresas aéreas. O aeroporto mais próximo usado pela região se localiza na Capital Regional B, Chapecó, nomeado de Aeroporto Serafin Enoss Bertaso (SBCM-SC). Segundo informações da Aviação Brasileira<sup>71</sup>, em 2014 o mesmo influenciava 109 cidades, tendo como perfil a movimentação de pessoas a trabalho/estudo, sendo administrado pelo Estado. De acordo com ANAC (2015) em 2015 houve 2.365 decolagens e movimentou 216.562 passageiros.

Em pesquisa realizada no dia 25 de novembro de 2015 sobre o itinerário, a Figura 40 mostra que existiam 9 horários de voos, sendo que atuavam três empresas no aeroporto: Avianca, Azul e Gol. Desses voos quatro possuíam conexão com Florianópolis com destino a São Paulo (três Congonhas e um Guarulhos). Um voo com conexão em Florianópolis e São Paulo (Guarulhos) com destino a Brasília; três voos diretos para Campinas; e um voo direto para Porto Alegre.

O itinerário de voos em 2015 apresentava grande ligação do oeste catarinense com a capital econômica do país, São Paulo com cinco voos para Guarulhos ou Congonhas e mais três voos para Campinas.

Em segundo lugar, a capital do estado Florianópolis possuía cinco voos em forma de conexão, ou seja, com destino a outras cidades (principalmente São Paulo). Por último a cidade de Porto Alegre, com um horário de voo de domingo a sexta. O que chama atenção é que mesmo que Curitiba/PR possuía grande polaridade com a região Oeste de Santa Catarina, como já apresentado anteriormente, não havia nenhum voo direto para a cidade.

---

<sup>71</sup> Informações retiradas do site oficial da aviação brasileira. Disponível em: <http://portal.aviacao.gov.br/assuntos/aeroportos/chapeco-sc-o-brasil-que-voa.pdf>  
Acesso 07 de novembro de 2016

Figura 40- Itinerário de voos que decolavam do Aeroporto Serafim Enoss Bertaso – 2015

VOO	EMPRESA	HORÁRIO	DESTINO(S)	FREQUÊNCIA
G3-1501	gol	5:30	Florianópolis, São Paulo (Congonhas)	segundas aos sábados
O6-6319	avianca	6:00	Florianópolis, São Paulo (Guanulhos), Brasília	diária
AD-4252	azul	11:41	Campinas	segundas às sextas
AD-4062	azul	12:25	Campinas	sábados
AD-4253	azul	13:00	Porto Alegre	domingos às sextas
O6-6175	avianca	14:15	Florianópolis, São Paulo (Guanulhos)	diária
G3-1509	gol	15:05	Florianópolis, São Paulo (Congonhas)	domingos às sextas
G3-1597	gol	17:10	Florianópolis, São Paulo (Congonhas)	sábados
AD-5169	azul	18:58	Campinas	domingos às sextas

Fonte: Em Sampa<sup>72</sup> (2015).

<sup>72</sup> Consulta do Itinerário através do site:

[http://www.emsampa.com.br/voos/aeroporto\\_chapeco.htm](http://www.emsampa.com.br/voos/aeroporto_chapeco.htm) Acesso em 25 de novembro de 2015.

Em **07 de novembro de 2016** buscamos novamente o itinerário de voos que partem de Chapecó, ocorrendo algumas modificações. Em vez de 9 voos, agora são 8. Sendo dois voos diretos para São Paulo (Guarulhos); dois voos diretos para Campinas. Um voo com conexão em Florianópolis e São Paulo (Guarulhos) com destino a Brasília. E apenas um voo com conexão em Florianópolis com destino a São Paulo (Guarulhos)

Observamos que os voos com conexão/destinos para Florianópolis tiveram uma regressão considerável. Em 2015 cinco voos passaram por Florianópolis e agora apenas dois voos. São Paulo se mantém como principal destino para aqueles que viajam de avião do Oeste Catarinense.

A polarização da capital catarinense Florianópolis, definida como Capital A, se deve pela mesma ser capital administrativa do estado, e possuir as matrizes de diversos órgãos do Estado, além de algumas sedes empresarias. Complementa-se a isso a oferta de distintos equipamentos e serviços que adota como centralidade. A capital ainda abriga a Universidade Federal de Santa Catarina e outras instituições universitárias que fazem com que muitos jovens saiam do Oeste de Santa Catarina para estudar.

Enquanto, o itinerário aéreo do Oeste Catarinense tem maior número de conexões com a região metropolitana de São Paulo e Florianópolis, em se tratando de transporte terrestre temos algumas diferenças. Ao avaliar as operações mensais divulgadas pela ANTT (2016), buscamos a associação dos principais municípios do Extremo Oeste Catarinense e as cidades que ocorrem os destinos dos ônibus. (Gráfico 1).

Novamente São Miguel do Oeste se destaca pela maior polaridade do Extremo Oeste, em se tratando do sistema de transporte rodoviário é a cidade do Extremo Oeste que tem maior número de cidades destinos. Possui cidades destinos em nove estados, sendo o maior número de destinos o estado do Paraná com 28 cidades de destino e o estado do Mato Grosso em sequência com 27 destinos. A cidade ainda oferece ônibus para Mato Grosso do Sul (12), Tocantins (8), Goiás (7), São Paulo (6), Maranhão (4) e Minas Gerais (2).

Em comparação ao município de Dionísio Cerqueira apresenta cidades de destinos em cinco estados, sendo o maior número de cidades no estado do Paraná com 19 cidades. Em seguida Mato Grosso com 14, Mato Grosso do Sul com 6; Rio



Grande do Sul com 3 e São Paulo com 1 cidade de destino. Já, Itapiranga é o município com menor conexão com outros estados no sistema rodoviário, sendo cidade de origem para 14 destinos.

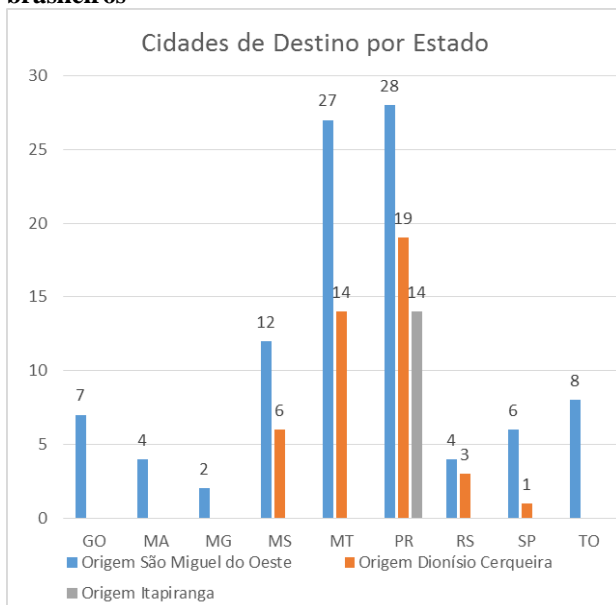
Figura 41 - Itinerário de voos que decolavam do Aeroporto Serafim Enoss Bertaso – 2016

VOO	EMPRESA	HORÁRIO	DESTINO(S)	FREQUENCIA
06-6319	avianca	6:00	Florianópolis, São Paulo (Guanulhos), Brasília	diária
AD-2622 AD-9256	azul	6:45	Campinas	diária
AD-5261	azul	8:55	Porto Alegre	segundas e quartas
G3-1299	gol	9:40	São Paulo (Guanulhos)	segundas, terças, quintas, sextas e sábados
AD-9019	azul	13:30	Campinas	segundas às sextas
06-6175	avianca	14:15	Florianópolis, São Paulo (Guanulhos)	diária
AD-5263	azul	18:55	Porto Alegre	sextas e domingos
G3-1297	gol	19:40	São Paulo (Guanulhos)	segundas, quartas, quintas, sextas e domingos

FONTE: Em sampa<sup>73</sup> (2016)

<sup>73</sup> Consulta do Itinerário através do site:

**Gráfico 1 - Transporte rodoviário das principais cidades do Extremo Oeste - Número de conexões em outros estados brasileiros**



Fonte: Elaborado pela autora, base de dados: ANTT (2016).

Entre as ligações interestaduais Dionísio Cerqueira é ligação de saída das linhas, passando por São Miguel do Oeste e fazendo a conexão com as outras cidades. Dionísio Cerqueira por essa peculiaridade possui 20 municípios de destino, São Miguel do Oeste 8 e Itapiranga 7. Salienta-se que parte dos 20 ônibus que possuem como cidade de origem Dionísio Cerqueira passam por São Miguel do Oeste.

Através da conexão de fluxos podemos perceber a polarização da cidade de São Miguel do Oeste em relação ao Extremo Oeste, sendo o município que propicia maior número de ligações com outros estados, principalmente o Mato Grosso, Paraná e São Paulo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a Rede Urbana do Extremo Oeste Catarinense nos abriu perspectivas para pesquisas em diversas áreas. Desse modo, esta dissertação buscou reconstruir uma visão da estrutura regional do Extremo Oeste Catarinense a partir de arranjos e análises focados em nortear uma definição mais precisa da hierarquia urbana e que aprofundasse as predefinições das tipologias marcadas pelo REGIC. Para tanto, tentamos esclarecer os eventos gerais que estruturaram a região e a sua integração por meio de um debate sobre a história e economia da região, na busca de novas perspectivas para o entendimento e a formação de sua rede urbana.

A colonização do Extremo Oeste teve início em 1908 se consolidando tardiamente. Realizada por empreendimentos privados originados do Rio Grande do Sul as colônias do Extremo Oeste não eram então integradas ao governo do Estado Catarinense. A relação com Florianópolis, capital do estado eram distantes e autônomas, tendo a cidade de Chapecó como maior polarizadora do Extremo Oeste.

Na década de 1940, a cidade de São Miguel do Oeste começa a se destacar na região pelas suas relações comerciais e de serviços quando a 5ª delegacia regional se instala na cidade. Em 1950 quando a economia do extremo oeste ganha novos contornos, ampliando as relações com São Paulo e Curitiba, a cidade chama atenção da Capital Catarinense, Florianópolis. Em 1953, com a emancipação dos municípios de Dionísio Cerqueira, Mondai, Itapiranga e São Miguel do Oeste inicia-se o processo de estruturação da rede urbana do Extremo Oeste Catarinense.

O município de Itapiranga obteve diversos investimentos da Alemanha durante sua colonização, porém as enchentes, a febre que ocorreu em 1940, além do isolamento territorial dificultaram a ascensão econômica da cidade. Já de Dionísio Cerqueira se beneficiou pela sua ligação econômica com a sua "irmã gêmea" Barracão e a cidade Argentina de Bernardo de Irigoyen. Contudo, com a mudança das agroindústrias de erva mate e soja para o sul do Mato Grosso a cidade acabou perdendo importância no contexto regional.

São Miguel do Oeste acabou se destacando pelo "empreendimento colonizador". Desde início a empresa Barth,

Benetti & Cia LTDA estabeleceu a Vila Oeste e incentivou comércios e serviços na Vila que viriam a servir toda a região. Somada a isso, São Miguel do Oeste possuía estradas que ligavam o município a Carazinho no Rio Grande do Sul, outra que se ligava a Dionísio Cerqueira, outra para Itapiranga e outra para Chapecó. Assim, São Miguel do Oeste estava num verdadeiro entroncamento de estradas favorecendo a sua polarização comercial e de serviços.

Em 1970, o estado expande o transporte rodoviário e a execução de obras nas BR-282, e São Miguel do Oeste enfim está ligado a capital catarinense (final da BR-282 na época), conjugada as novas comunicações como o telefone. Há a integração de São Miguel do Oeste a rede do Estado e automaticamente o Extremo Oeste através de São Miguel do Oeste.

Com a ascensão da agroindústria, a região foi sendo modificada a partir das dinâmicas econômicas mantendo o destaque para algumas cidades Itapiranga, Mondai e São Miguel do Oeste. De acordo com o REGIC a cidade que polariza através da oferta de bens e serviços o Extremo Oeste é São Miguel do Oeste, tendo leve destaque a São José do Cedro e Itapiranga. Porém, ao analisar as cidades do Extremo Oeste Catarinense associando aos critérios demográficos outras relações como as massas, fluxos e tempo definido por Milton Santos (2012), concluímos que a análise puramente demográfica pode conduzir a equívocos quanto ao papel que a cidade desempenha na rede urbana.

Podemos exemplificar com a cidade de Itapiranga que mesmo possuindo 50,57% da sua população na zona rural apresenta uma economia industrial forte e vem buscando se destacar no cenário regional na busca de serviços a região, além do ramo agroindustrial. Portanto, a densidade geográfica e a relação entre a população urbana e população rural não pode ser determinante para indicar as relações da cidade como predominância rural. As novas relações entre o urbano e o rural são predominantes nesse aspecto, pois devido as modernidades da vida moderna, pode-se escolher viver no meio rural ou no meio urbano e trabalhar em ambos. É o "novo rural brasileiro" (SILVA, 2002) que busca a melhor adaptabilidade aos moldes de vida familiar, seja no campo ou na cidade, que já atingiu o Extremo Oeste Catarinense.

A cidade de Dionísio Cerqueira também se destaca em sua polarização, além de buscar elementos presentes na gestão federal como o INSS, além de possuir uma agência da Polícia Federal, também há iniciativas no ensino superior.

Portanto, ao longo deste estudo percebeu-se que as cidades que possuem sua maior parcela de renda no setor agropecuário estão tendo populacional Anchieta, Barra Bonita e Paraíso, e novas polaridades estão surgindo como Dionísio Cerqueira e Itapiranga.

Adotar análises mais complexas no estudo da rede urbana é necessário para se compreender o papel de cada cidade na composição geral. Entendemos que dessa forma se pode elaborar políticas públicas específicas mais eficientes para o desenvolvimento regional. Concluímos que ao insistir na classificação do REGIC que reforça a polarização da cidade de São Miguel do Oeste como Capital Regional B, e as cidades de Itapiranga e São José do Cedro como Centro de Zona B, e as outras dezesseis cidades como centro local, não avalia-se as peculiaridades criando uma homogeneização, não possibilitando o desenvolvimento adequado de cada cidade.

Dionísio Cerqueira, Itapiranga e São Miguel do Oeste tratam-se de três cidades que sofreram transformações desde a colonização, que implicaram em novas características quanto ao seu papel na rede urbana do Extremo Oeste Catarinense. Apesar de suas diferentes classificações, São Miguel do Oeste; Itapiranga; e Dionísio Cerqueira são cidades que destacam no que se refere à área de influência a partir da distribuição de bens e serviços. Caracterizam-se por funções diferenciadas, pois cada uma inseriu-se de maneira distinta na divisão territorial do trabalho e contam com uma polaridade específica.

O Extremo Oeste é marcado por uma rede urbana complexa, com especialização de serviços e integração econômica e social devido sua divisão territorial do trabalho, seu caráter histórico e dos empreendimentos privados que refletem na sua configuração atual. Uma complexidade que reflete a especificidade e funcionalidade oriunda dos processos de produção, circulação, distribuição e consumo. Apesar desta rede urbana não ter sofrido transformações espaciais significativas, suas dinâmicas socioeconômicas criaram novas polaridades ao longo do tempo que alteraram as relações e influências de seus elementos.



## REFERÊNCIAS

ADEODATO, Marise Tissyana Parente Carneiro. **A razão e os limites das políticas nacionais de desenvolvimento urbano:** uma análise comparativa das proposições de 1975 e 2004. São Paulo, 2010. 303f. Tese (Doutorado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional)-FAUUSP, São Paulo, 2010.

AMEOSC, Associação de Municípios do Extremo Oeste Catarinense. Disponível em: <http://www.ameosc.org.br/>, Acesso em 23 de Abril de 2013.

ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil). **Anuário do Transporte Aéreo 2015**, volume único, 1ª edição, Brasília/DF, 2016.

ANDRADE, Adriano Bittencourt, **O Modelo Espacial da Rede Urbana do Recôncavo Baiano Setecentista à luz da Cartografia Histórica**, In: Anais 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. Os ciclos econômicos do extremo oeste catarinense: modernização, progresso e empobrecimento. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional – Universidade Regional de Blumenau), Blumenau, 2003.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **CICLOS ECONÔMICOS REGIONAIS** - Modernização e Empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense. 01. ed. Chapecó: Argos, 2005. v. 01. 219p

BAVARESCO, Paulo Ricardo.; FRANZEN, D. O. ; FRANZEN, T. E. . **Políticas de Colonização no Extremo Oeste Catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional (Q- b 4 )**. Revista Trilhas da História, v. 3, p. 86-114, 2013.

BERNADELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva – SP**, In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão de, WHITACKER, Arthur Magon (org), Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural, 2 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BONA, Avelino de. **Evolução histórica de São Miguel do Oeste**. São Miguel do Oeste: McLee, 2004.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Brasília-DF: DOU, 2001.

BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005

CONTE, Cláudia Heloiza, Rede Urbana: uma breve abordagem teórica, in: GEOATOS - REVISTA DE GEOGRAFIA EM ATOS, Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 14, v.1, janeiro a junho de 2014, p. 76-93.

CORRÊA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP, Espaço e Tempo, São Paulo, n. 30, pp. 05-12, 2011.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira**. In: Encontro Nacional da Anpur, 9, 2001, Rio de Janeiro. Anais: Ética, planejamento e construção democrática do espaço. v.1. Rio de Janeiro: Anpur, 2001. p.424-430.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

DEÁK, Csaba. **O processo de Urbanização brasileiro**: Falas e Façanhas. In: DEÁK, Csaba & SCHIFFER (orgs). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 2010, 2ª edição.

DEBONA, Narcélio Inácio. **Memórias da colonização de Palma Sola**. São Miguel do Oeste/SC: McLee, 2003.



DIAS, L. C.. Redes de informação, grandes organizações e ritmos de modernização. **Etc** (UFF), v. n.2,v1, p. 1-4, 2007.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In CASTRO, I. E; GOMES P. C. C. e CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas sobre urbano e o rural**, In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão de, WHITACKER, Arthur Magon (org), **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**, 2 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESPIG, Márcia Janete. **A construção da linha Sul da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1910):** mão de obra e migrações. v. 28, n. 48, pp. 849-869, 2012.

ESPÍNDOLA, Carlos José; SOUZA, Joel José de; A distribuição territorial dos novos investimentos no agronegócio catarinense. In: **12 Encontro de geógrafos de América Latina**, 2009, Montevideo. Anais do 12 Encontro de geógrafos de América Latina. Montevideo: Easy Planners, 2009. v. 01.

FACCO, Janete; FUJITA, Camila; BERTO **Agroindustrialização E Urbanização De Chapecó-SC (1950 - 2010): Uma Visão Sobre Os Impactos e Conflitos Urbanos E Ambientais. Redes** (Revista de Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul. Online), v. 19, p. 187 – 215 , 2014.

FERNANDES, Maíra. **Entraves do planejamento urbano no Brasil:** dos planos de desenvolvimento integrado à fragmentação das políticas urbanas na RMSP. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) - FAUUSP, São Paulo, 2013.

FERRARI, M. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:** o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX), 2011.

445f. Dissertação (Pós-Graduação - Geografia Humana)-UFSC, Florianópolis, 2011.

FRESCA, Tania Maria. **A rede urbana do norte do Paraná**. 1ª ed. Londrina: Edel, 2004

FUGITA, C.; MAIA, C. M., ALBA, R. S.. Reestruturação produtiva e dinâmica urbana e regional no oeste catarinense: uma análise do papel de Chapecó e outras cinco cidades influentes. In: **XV Encontro da Associação Nacional Planejamento Urbano e Regional**, XV ENANPUR, 2013, Recife. Encontro da Associação Nacional Planejamento Urbano e Regional: Desenvolvimento, Planejamento e Governança., 2013. v. 1. p. 1-16.

FUGITA, C.; MATIELO, A.; ALBA, R. S. Rede de polo e micropolos regionais no oeste catarinense. **Redes** (Santa Cruz do Sul), v. 14, p. 53-79, 2009.

HARVEY, D. **The urban experience**. Oxford: Oxford, 1989.

HAHN, Mauro. **Capital social e estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga** (SC). Florianópolis, 2005. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agrecossistemas – Universidade Federal de Santa Catarina), UFSC, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

IBAM, Instituto Brasileiro De Administração Municipal. **Criação de Municípios**. Disponível em: < [http:// www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br)>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais. **Comunicação Social**, 24 set., 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influências das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 de maio de 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

KOHLSDORF, M. E. **Ensaio sobre o pensamento urbanístico**. Brasília, 1996.

LACERDA, Norma. O campo do planejamento urbano e regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v.15, n.1, maio, 2013.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: EDUSP, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital** (O pensamento marxista e a cidade). Rio de Janeiro: DP&A, 1999. In: SAQUET, 2010

LOCH, C. **Monitoramento global integrado de propriedades rurais a nível municipal, utilizando técnicas de sensoriamento remoto**. Curitiba, 1998. 142f. Tese (Pós-Graduação – Engenharia Florestal, Ciências Agrárias)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988.

LOCH, Carlos; REBOLLAR, Paola Beatriz May; ROSENFELDT, Yuzi Anai Zanardo and WALKOSKI, Marines. **Multifuncionalidade da paisagem como subsídio às políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável**. *Cienc. Rural* [online]. 2015, vol.45, n.1, pp. 171-177.

MARQUES, V. M. ; **DIAS, L. C.** . Associações de Municípios em Santa Catarina: da gênese à consolidação. Geosul (UFSC), Florianópolis, v. 18, n.36, p. 29-53, 2003

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cadernos MCidades Nº1; Política Nacional e Desenvolvimento Urbano. Brasília, 2004.

M. Secretária Geral. **II Plano Nacional de Desenvolvimento; programa de ação do governo na área do desenvolvimento, 1975-1979.** Brasília, 1975

MIOR, L. C.. Agricultura Familiar, agroindústrias e desenvolvimento territorial. In: Paulo Freire Viera;Ademir Cazella,Claire Cerdan & Jean-Paul Carrière. (Org.). **Desenvolvimento Territorial no Brasil:** subsídios para uma política de fomento.. Florianópolis: Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento (APED), 2010, v. , p. 235-258

MIOTO, Beatriz Tamaso. **Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina:** Transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento econômico – Área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – UNICAMP, Campinas, SP, 2011.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. Planejamento em áreas de transição rural-urbana: velhas novidades em novos territórios. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v.11, n.1, maio, 2009.

MONTE-MÓR, R.L. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: COSTA, G. M.; MENDONÇA, K. G. (Orgs.). **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas.** Belo Horizonte: C/Artes, 2008.

MOREIRA, Antônio Carlos; MEDEIROS, Rosa Maria. **ENTRE OS COLONOS E OS AGRICULTORES:** a constituição dos camponeses no extremo oeste de Santa Catarina. II Encontro de Grupos de Pesquisa, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Instituto de Geografia. (2006)

MURDOCH, J. Networks – a new paradigm of rural development?. **Journal of Rural Studies** n. 16, 2000, p. 407-419.

NICOLLI, María Helena. A descentralização do Estado de Santa Catarina (Brasil) e o associativismo intermunicipal. **Polígonos. Revista de Geografia**, [S.l.], n. 16, p. 167-184, jul. 2012. ISSN 2444-0272. Disponível em:  
<<http://revistas.unileon.es/index.php/poligonos/article/view/415>>.

OLIVEIRA, Evangelina X. G. de. Perspectivas das pesquisas sobre regiões de influência das cidades. In: PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina [org's] **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011.

OLIVEIRA FILHO, Altair Aparecido de; GUILARDI, Livia; SCHLICKMANN, Paulo Henrique. 2. As implicações da centralidade de Chapecó no Oeste Catarinense: Processo histórico e desenvolvimento econômico. In: **Cadernos Geográficos**, nº30, Florianópolis, março de 2014.

PIMENTA, Luis Fugazzola. Cidades pioneiras: identidades e modernização no oeste de Santa Catarina. **Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 285-292, maio 2012. Disponível em:  
<<http://rbeur.anpur.org.br/index.php/shcu/article/view/448>>.  
Acesso em: 01 out. 2016

PIMENTA, L. F.. Globalização, cidades e regiões: mudanças recentes na industrialização e nos espaços regionais e urbanos do sul do Brasil. In: **8 Encuentro de Geógrafos de America Latina**, 2001, Santiago. 8 Encuentro de Geógrafos de América Latina. Santiago: Universidad de Chile, 2001.

PIMENTA, Margareth de C. Afeche; PIMENTA, Luiz Fugazzola. Globalização e desafios urbanos: políticas públicas e desigualdade social nas cidades brasileiras. **EURE**, v.37, n.112, set., 2011.

PINTO, Sol Garson Braule. **Regiões metropolitanas: obstáculos institucionais e fiscais à cooperação em políticas urbanas**. Rio

de Janeiro, 2007. 391f. Tese (Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional).

REIS FILHO, N. G. **Urbanização e planejamento no Brasil, 1960 - 1983**. CADERNOS DE PESQUISA DO LAP - Universidade de São Paulo, n. 11, jan./fev., 1996.

RIBEIRO, A. C. T. O Ensino do Planejamento Urbano e Regional. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. V. 4. N. ½ - Maio/Novembro 2002

RIBEIRO, R. **As Cidades Médias e a Reestruturação da Rede Urbana Amazônica: a experiência de Marabá no Sudeste Paraense**. 2010. XX f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Maria José; SILVA, Francine Borges. Considerações Teóricas sobre Rede Urbana. In: **GeoAmbiente On-line**. Revista Eletrônica do Curso de Geografia do Campus Jataí – UFG, Jataí- GO, N. 8. Jan./Jun. 2007.

ROSANELI, Alessandro Filla. **Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná**. São Paulo, 2009. 161f. Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo)-FAUUSP, São Paulo, 2009.

SAFFNAUER, Tatiane; MENDES, César Miranda. O Desenvolvimento da empresa Sadia S.A no território nacional. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Realizado na Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANTA CATARINA. Lei n. 16795, de 16 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a transformação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional em Agências de Desenvolvimento Regional, extingue cargos e estabelece outras providências. Diário Oficial - SC - Nº 20.207, Florianópolis, SC, 16 de Dezembro de 2015. Disponível em:

<<http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-16795-2015-santa-atarina-dispoe-sobre-a-transformacao-das-secretarias-de-estado-de-desenvolvimento-regional-em-agencias-de-desenvolvimento-regional-extingue-cargos-e-estabelece-outras-providencias>>. Acesso em: 05 de set. 2016.

SANTORO, Paula Freire. Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v.16, n.1, maio, 2014.

SANTOS, A. C. **Plano de negócio de empreendimentos associativos da cadeia produtiva agroindústria queijo e salame familiar do território extremo oeste catarinense**. Chapecó: CEADES, 2013.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. I. (Eds). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5ª ed. São Paulo: Edusp. 2005

\_\_\_\_\_. A urbanização brasileira. 5ª ed, 2. Reimpr., São Paulo: Edusp. 2009

\_\_\_\_\_. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp. 2005

\_\_\_\_\_. Da totalidade ao lugar. 1 ed. 3 reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

\_\_\_\_\_. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo: Educ, 1994.

\_\_\_\_\_. **Manual de Geografia Urbana**. 3 ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 (1 ed. 1981)

SANTOS, L. D. **Concorrência e cooperação em arranjos produtivos locais: o caso do pólo de informática de Ilhéus/BA**, Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio, **Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão de, WHITACKER, Arthur Magon (org), *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*, 2 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAULE JR, N. **A Participação dos Cidadãos no Controle da Administração Pública**. Polis Papers. Instituto Polis. São Paulo, 1998

SCHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da. Rede Urbana na Amazônia dos Grandes Rios: Uma Tipologia para as cidades na calha do rio Solimões – Amazonas – AM. In: Elson Manoel Pereira; Leila Christina Duarte Dias. (Org.). *As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro*.. 1ed. Florianópolis: Insular, 2011, v. 1, p. 129-146

SIEBERT, Claudia; SPENGLER, Bruna. A rede urbana de Santa Catarina – Abordagem trans-escalar. In: XIII ENANPUR – Encontro Nacional da ANPUR, Florianópolis, 2009 Disponível em:  
<http://unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/articloe/view/2831> Acesso em: 20 de maio de 2016.

SILVA, J. G. da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2002.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas, et al. A complexidade genética do Urbano em Roraima In: **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011, p. 95-102. Disponível em:  
<http://revista.ufr.br/actageo/article/view/542> Acesso em: 30 de Agosto de 2016

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbana**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão de, WHITACKER, Arthur Magon (org), Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural, 2 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: Expressão Popular, 2000. (p. 609-643)

\_\_\_\_\_. O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Presidente Prudente [s.n.].2004. (Tese de Livre Docência).

THEIS, Ivo Marcos; GALVÃO, Antônio Carlos F. A formulação e políticas públicas: as concepções de espaço, território e região. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v.14, n.2, nov., 2012.

TRINDADE, Gilmar Alves. **Aglomerção Itabuana - Ilhéus: cidade, região e rede urbana**. Tese ( Núcleo de Pós-Graduação em Geografia - NPGeo - Doutorado em Geografia)- Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristovão, Sergipe, 2011.

VAINER, C. B. **Fragmentação e Projeto Nacional: Desafios para o Planejamento Territorial**. XII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém, 2007.

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. **Estud. av.**, São Paulo, v. 20, n. 57, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000200023&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200023&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 dez. 2015.

VELOZO, S. *et al.* (2005), «Diagnóstico da Região de São Miguel do Oeste». *Projeto Meu Lugar*. PNUD/SDR São Miguel do Oeste.

VIEIRA, M. G. E. D. ; NAPOLEÃO, Fábio; ROCHA, Isa de Oliveira . Contribuição ao estudo da rede urbana de Santa Catarina - Brasil. In: **14 EGAL - Encuentro de Geógrafos de América Latina: 'Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos'**, 2013, Lima, Perú. Anales do 14 EGAL, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril 2009, vol. 17, n. 1, p.60-85.

WELTER, L. **O espaço geográfico do oeste catarinense e sua cartografia ambiental**, 2006. 79f. Tese (Pós-Graduação - Geografia Humana)-USP, São Paulo, 2006.

WERLANG. Alceu Antonio. **A colonização das margens do Rio Uruguai no Extremo-Oeste Catarinense**. Atuação da Cia Territorial Sul Brasil -1925 a 1954- . 236f. Dissertação (Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humandas da Universidade Federal de Santa Catarina), Florianópolis, 1992.

WHITACKER, A. M. Inovações Tecnológicas, Mudanças Nos Padrões Locacionais E Na Configuração Da Centralidade Em Cidades Médias. In: **Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales**. Vol. XI, Núm. 245 (24), 1 de Agosto de 2007.

\_\_\_\_\_. Cidade imaginada. Cidade concebida. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão de, WHITACKER, Arthur Magon (org), **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**, 2 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.